

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E  
AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ANA CAROLINY DO NASCIMENTO PINHO

ÓDIO LÍQUIDO:  
Confrontos entre o bem e o mal na mídia paraense

BELÉM- PARÁ  
2018

ANA CAROLINY DO NASCIMENTO PINHO

ANA CAROLINY DO NASCIMENTO PINHO

**ÓDIO LÍQUIDO:**  
Confrontos entre o bem e o mal na mídia paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alda Cristina Silva da Costa

BELÉM-PARÁ  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- P654o Pinho, Ana Caroliny do Nascimento  
ÓDIO LÍQUIDO: Confrontos entre o bem e o mal na mídia paraense / Ana Caroliny do Nascimento  
Pinho. — 2018  
172 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Alda Cristina Silva da Costa
1. Amazônia Paraense. 2. Direitos Humanos. 3. Ódio Líquido. 4. Midiatização. 5. Grupo RBA. I. Costa, Alda Cristina Silva da, *orient.* II. Título
-

ANA CAROLINY DO NASCIMENTO PINHO

ÓDIO LÍQUIDO:  
Confrontos entre o bem e o mal na mídia paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

RESULTADO:      ( X ) APROVADO      ( ) REPROVADO

Data:

...

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alda Cristina Silva da Costa (PPGCom/UFPA) - Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Marly Leite Mendonça (PPGSA/UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Trindade Chagas Amorim (PPGCom/UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Otacílio Amaral Filho (PPGCom/UFPA) – Suplente

BELÉM-PARÁ  
2018

*Dedico este trabalho ao meu pai, Angelo Vieira Pinho. Obrigada por todo o amor e dedicação de sempre. Você me amou e mostrou como eu poderia realizar meus sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

Concluir esta pesquisa foi uma tarefa difícil e que não seria possível sem a ajuda da minha família, amigos e professores. O Mestrado teve para mim um significado especial, pois foi um momento de renúncias, dedicação e, principalmente, aprendizado. Conhecer a si mesmo é um processo árduo e doloroso e concluir esta pesquisa me mostrou que posso chegar mais longe do que imaginava. Neste momento olho para trás, confesso que já com certa saudade, e me vejo como um ser humano afortunado, que encontrou neste caminho pessoas incríveis para dividir a jornada.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Professora Dra. Alda Cristina Costa, que me acolheu desde o início, quando ainda era ouvinte no PPGCOM/Ufpa. Obrigada por seus conselhos, pelo carinho, as orientações, por segurar na minha mão nos momentos de maior desespero e principalmente por acreditar que este trabalho seria possível. O convívio me faz cada dia admirá-la mais como profissional, mestre e mulher. Você me acolheu como uma filha e eu espero sempre tê-la ao meu lado.

Minha gratidão aos professores do Programa de Pós Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPa). Meu obrigado em especial vai para os professores que lecionaram as disciplinas que participei. Professores Fábio Castro, Elaide Martins, Vânia Torres, Manuela Corral e Danila Cal. Vocês não imaginam, mas me abriram novos caminhos, incentivaram meu conhecimento e me inspiraram.

Agradeço à professora Célia Trindade Amorim, com quem tive o prazer de trabalhar no Academia Amazônia. Obrigada por dividir seu conhecimento desde a fase de Qualificação desta pesquisa e por compreender minhas ausências em certos momentos.

À professora Kátia Mendonça que gentilmente aceitou nosso convite para participar da avaliação desta pesquisa e compartilhar seu conhecimento conosco.

Como é comum em qualquer jornada, infelizmente, algumas pessoas se perdem ao longo do caminho. No entanto, não é possível chegar a qualquer lugar sem reconhecer aqueles que amamos e nos ajudaram. Minha gratidão e carinho eternos a Felipe Barata Amaral. Obrigada por ter feito parte desta história, por ter compartilhado seu conhecimento, ter ouvido minhas reclamações e receios e por ter sido uma das pessoas que mais me incentivaram a chegar aqui. Você é um exemplo de pesquisador e profissional. Meus agradecimentos à minha família de coração Tia Kátia, Tio Luiz, Tia Léa e Léo. Obrigada pelo amor de sempre. Sempre haverá um pedaço de cada um de vocês em mim.

Obrigada aos colegas de turma! Nós sabemos as dores e as delícias da nossa convivência. Vocês tornaram tudo mais divertido!

Aos amigos peço perdão pelos momentos de ausência e agradeço pelas palavras de incentivo nos momentos de desânimo e descrença. Infelizmente, a vida do pesquisador tende a ser solitária, mas saber que eu os tenho acalentou meu coração. Prometo compensá-los com todas as risadas e o amor que puder dar.

A um amigo gostaria de agradecer especialmente. Nelson Nunes, obrigada por me ouvir falar deste trabalho por horas (sem parar), por acreditar e incentivar essa pesquisa, pelas risadas e por dividir comigo o amor pelo Bauman. Uma vez você disse que eu te inspirei a “odiar mais” (nós entendemos essa piada). Pois saiba que você me inspira a ter cada vez mais amor e solidariedade ao próximo. Talvez você não saiba, mas seu coração é gigante.

Agradeço à minha família, sem eles eu não estaria aqui.

Pai é impossível colocar em palavras o amor que nós sentimos um pelo outro. Você me mostrou que sem caráter e educação não chegamos a lugar algum. Você é minha maior inspiração. Obrigada por acreditar em mim e nos meus sonhos. Eu só consegui torná-los realidade porque sei que você está comigo. Eu te amo, meu velhinho.

Tia Eliana, minha Juju, obrigada por me amar e cuidar de mim. Também te dedico este trabalho. Talvez eu não te diga com tanta frequência, mas eu te amo muito.

Mãe, talvez a senhora nem imagine, mas também há uma parte sua nesta pesquisa. Infelizmente, estamos separadas pela distância e isso pode ser ingrato para pais e filhos. No entanto, aprendemos a ter qualidade no pouco tempo que passamos juntas e você sem perceber também me ajudou na construção deste trabalho. Obrigada!

Infelizmente, não posso citar o nome de todos aqueles que me ajudaram até aqui. No entanto, saibam que ainda que estes nomes não estejam escritos nestas páginas vocês estarão sempre na minha memória e no meu coração. Obrigada por tudo!

*É necessário sair da ilha para ver a ilha, não nos vemos se não saímos de nós.*

*(José Saramago)*

## RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar a construção do ódio líquido na sociedade contemporânea e a maneira como ele é reproduzido na mídia paraense, considerando a desconstrução dos direitos humanos e a acentuação da insensibilidade ao outro. Para isso, tomamos como ponto de partida o pensamento de Zygmunt Bauman. Faz parte da mostra desta pesquisa o caderno Polícia do jornal *Diário do Pará*, o *Linha de Frente*, veiculado na Rádio Clube Pará AM e o programa Metendo Bronca, que é exibido pela Tv RBA. Todos esses meios pertencem ao político paraense Jader Barbalho, logo são veículos de comunicação com ligações político-partidárias. Para compor a mostra, selecionamos edições publicadas/exibidas entre outubro de 2016 e dezembro de 2017. O desenvolvimento desta pesquisa teve início com a caracterização da sociedade líquida e da relação com o outro. Em seguida, mostramos como se dá a construção histórica do ódio na humanidade, para então mostrá-lo a partir da sua banalização e as características do ódio líquido. A mídia é configurada como relevante na representação da realidade, uma vez que faz circular informações e produz novas formas de interação social, assim como nos dá uma mostra de comportamentos sociais que precisam ser debatidos. Como aporte metodológico, foram utilizadas a Análise de Conteúdo, a Análise Pragmática da Narrativa, assim como os critérios de análise de violação dos direitos humanos propostos nos relatórios de monitoramento midiático da ANDI – Comunicação e Direitos. O objetivo deste trabalho é mostrar como as notícias podem construir uma sociedade pautada no medo, na insensibilidade ao outro e na banalização do mal a partir da disseminação, implícita ou explícita, do ódio líquido em narrativas jornalísticas.

**Palavras-chave:** Amazônia Paraense; Direitos Humanos; Ódio Líquido; Mídia; Grupo RBA.

## ABSTRACT

The present research proposes to analyze the construction of net hatred in contemporary society and the way it is reproduced in the Paraense media, considering the deconstruction of human rights and the accentuation of insensitivity to the other. For this, we take as a starting point the thought of Zygmunt Bauman. Part of the show of this research is the police notebook of the *Diário do Pará* newspaper, the *Front Line*, broadcast on Radio Clube Pará AM and the *Metendo Bronca* program, which is shown by TBA RBA. All of these media belong to the politician Parader Jader Barbalho, soon they are vehicles of communication with political-partisan connections. To compose the show, we selected issues published / exhibited between October 2016 and December 2017. The development of this research began with the characterization of the liquid society and the relationship with the other. Next, we show how the historical construction of hatred in humanity is given, and then show it from its banality and the characteristics of liquid hatred. The media is configured as relevant in the representation of reality, since it circulates information and produces new forms of social interaction, as well as gives us a sample of social behaviors that need to be debated. As a methodological contribution, we used the Content Analysis, the Pragmatic Analysis of Narrative, as well as the criteria for analysis of human rights violations proposed in the media monitoring reports of ANDI - Comunicação e Direitos. The objective of this work is to show how news can build a society based on fear, insensitivity to the other and the banalization of evil from the dissemination, implicit or explicit, of net hatred in journalistic narratives.

**Keywords:** Amazonia Paraense; Human rights; Hate; Midiatization; Group RBA.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> - Edições selecionadas.....	121
<b>Quadro 2</b> - Características das edições selecionadas .....	123
<b>Quadro 3</b> - Estrutura de cadernos do <i>Diário do Pará</i> .....	124
<b>Quadro 4</b> - Aspectos Comparativos .....	133
<b>Figura 1</b> - Capa do caderno Polícia, 11 set. 2017 .....	136
<b>Figura 2</b> - Matéria do caderno Polícia, p. 2, 11 set. 2017.....	138
<b>Figura 3</b> - Matérias do caderno Polícia, p. 3, 11 set. 2017 .....	140
<b>Figura 4</b> - Matéria do caderno Polícia, p. 4, 11 set. 2017.....	142
<b>Figura 5</b> - Matéria do caderno Polícia, p. 5, 11 set. 2017.....	144
<b>Figura 6</b> - Matéria do caderno Polícia, p. 6, 11 set. 2017.....	145
<b>Figura 7</b> - Matéria do caderno Polícia, p. 7, 11 set. 2017.....	146
<b>Figura 8</b> - Matéria do caderno Polícia, p. 8, 11 set. 2017.....	148
<b>Figura 9</b> - Cenário e apresentador do Metendo Bronca.....	153
<b>Figura 10</b> - Suspeitos durante reportagem do Metendo Bronca .....	156
<b>Figura 11</b> - Joaquim Campos e JR Avelar.....	157

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>A SOCIEDADE LÍQUIDA COMUNICATIVA</b> .....	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>O contexto da sociedade líquida</b> .....	<b>21</b>
2.1.1	Ambivalência e a dicotomia entre o “bem” e o “mal”.....	24
<b>2.2</b>	<b>A violência</b> .....	<b>27</b>
2.2.1	Violência e poder simbólico .....	30
2.2.2	A violência como um produto na sociedade contemporânea .....	31
2.2.3	Violência e medo .....	34
<b>2.3</b>	<b>Conteúdos populares: entre policiais e policiaescos</b> .....	<b>38</b>
<b>2.4</b>	<b>O poder da comunicação:</b> .....	<b>47</b>
<b>2.5</b>	<b>Política e poder na mídia da Amazônia paraense</b> .....	<b>50</b>
<b>2.6</b>	<b>O ‘outro’ na comunicação da sociedade líquida</b> .....	<b>52</b>
2.6.1	É possível amar o ‘outro’ que não conheço? .....	55
<b>3</b>	<b>MÍDIA: ENTRE O ÓDIO E OS DIREITOS HUMANOS</b> .....	<b>60</b>
<b>3.1</b>	<b>Midiatização</b> .....	<b>60</b>
<b>3.2</b>	<b>O mapa da mídia no Brasil</b> .....	<b>62</b>
3.2.1	Televisão.....	64
3.2.2	Jornais impressos .....	65
3.2.3	Rádio.....	66
<b>3.3</b>	<b>A presença ódio</b> .....	<b>67</b>
<b>3.4</b>	<b>Discursos de ódio: conceitos</b> .....	<b>70</b>
<b>3.5</b>	<b>Formas contemporâneas de expressão do ódio</b> .....	<b>73</b>
<b>3.6</b>	<b>Discursos de ódio</b> .....	<b>80</b>
<b>3.7</b>	<b>O ódio ao outro na sociedade líquida</b> .....	<b>83</b>
<b>3.8</b>	<b>O ódio líquido</b> .....	<b>92</b>
3.8.1	O reconhecimento do ódio líquido.....	102
3.8.2	Consequências do ódio líquido .....	107
<b>3.9</b>	<b>Diretos humanos na sociedade líquida</b> .....	<b>111</b>
<b>4</b>	<b>ÓDIO LÍQUIDO NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DA AMAZÔNIA PARAENSE</b> .....	<b>114</b>
<b>4.1</b>	<b>Aspectos metodológicos trilhados</b> .....	<b>114</b>
4.1.1	Análise de conteúdo.....	115

4.1.2	Análise crítica da narrativa .....	116
4.1.3	Monitoramento de mídia.....	120
<b>4.2</b>	<b>Corpus de Análise .....</b>	<b>121</b>
4.2.1	Descrição do objeto .....	123
<b>4.3</b>	<b>Relatório da ANDI.....</b>	<b>128</b>
4.3.1	Critérios de análise da ANDI.....	130
<b>4.4</b>	<b>Critérios de análise do ódio líquido.....</b>	<b>133</b>
<b>4.5</b>	<b>Análise do caderno Polícia do <i>Diário do Pará</i> .....</b>	<b>136</b>
<b>4.6</b>	<b>Análise do programa <i>Linha de Frente</i>.....</b>	<b>149</b>
<b>4.7</b>	<b>Análise do programa <i>Metendo Bronca</i> .....</b>	<b>152</b>
<b>4.8</b>	<b>Síntese das análises .....</b>	<b>162</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>164</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo da Comunicação tem como uma de suas características a possibilidade de atravessar e criativamente dialogar com outros campos de conhecimento. A comunicação faz parte da natureza humana e não há apenas um tipo nem uma única maneira de compreendê-la e interpretá-la enquanto fenômeno social. Não nos cabe com esta pesquisa questionar a possível dependência da Comunicação em relação aos demais campos, quando tenta, por exemplo, responder suas próprias questões epistemológicas.

Nosso ponto de partida com estas considerações iniciais é afirmar que a Comunicação e seus objetos de análise são interdisciplinares por excelência e estas trocas devem ser usadas principalmente para enriquecer as discussões, afinal, os objetos de pesquisa não se encontram isolados em casulos (FRANÇA; SIMÕES, 2016).

Falar de comunicação vai muito além da compreensão dos processos midiáticos, pois implica entender que ela se faz presente desde os princípios das nossas relações, segue se transformando ao longo da trajetória humana e necessita da compreensão do tempo/espaço nos quais é realizada, além de ter como imprescindível condição a figura do “outro”, que é fundamental na construção dos processos comunicacionais.

No que diz respeito ao escopo deste estudo, cumpre dizer que, historicamente, a violência, a intolerância, o mal e a crueldade sempre estiveram presentes na vida do homem. Trata-se de combustíveis que impulsionam guerras, conflitos e acentuam desigualdades. Nessa perspectiva não há novidades, no entanto, o estímulo inicial desta pesquisa foi compreender como o ódio se multiplica, ganha forças e destrói as relações humanas, de modo que compromete sentimentos como compaixão, empatia e solidariedade.

O estado da arte do ódio mostra que as discussões sobre o tema estão concentradas nas áreas da Psicologia e em menor escala no Direito e na Filosofia. Isso mostra a necessidade de abordar a temática a partir de outros prismas, neste caso a Comunicação. Logo, minha inquietação em trazer o debate para a minha área de pesquisa foi ganhando proporções maiores. No entanto, era preciso, além de um tema, encontrar o objeto que me ajudaria a desvelar esta questão.

Ao entrar no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), em 2016, percebi que minha pesquisa precisaria ser repensada. Foi então que, quanto da entrada no grupo de pesquisa “Mídia e Violência”, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alda Cistina Costa, percorri caminhos que me apontaram a televisão como um espaço rico para realizar análises sob várias perspectivas.

Nesse início, o corpus da pesquisa era formado pelos programas de TV *Metendo Bronca e Barra Pesada*, transmitidos pela Rede Brasil Amazônia (RBATV), e o *Balanço Geral*, veiculado de segunda a sexta-feira, ao meio dia, pela emissora Record Belém. A intenção era observar a construção dos discursos unidirecionais, a ausência de diversidade de pontos de vista e o excesso de opinião dos apresentadores. Esses programas têm como características elementares o abuso da violência, as narrativas construídas com base na ‘defesa da comunidade’ e a construção dos discursos de ódio voltados para grupos específicos da população.

Parte considerável da bibliografia escolhida priorizava a análise dos processos midiáticos e a construção dos discursos sobre violência com base no medo. Contudo, a mudança na pesquisa e nas escolhas teóricas se deram após as considerações do Seminário Interno de Avaliação, ocorrido em maio de 2017. Os apontamentos realizados nos levaram a compreender que as temáticas selecionadas, mídia e violência, eram mais complexas do que imaginávamos e estavam intimamente ligadas a análises mais profundas.

Era necessário, a partir daquele momento, afunilar as discussões e trazê-las ainda mais para o campo da Comunicação, mesmo que considerando a presença da interdisciplinaridade como relevante neste estudo. Naquele momento, a pesquisa deixou de ser apenas os programas televisivos de caráter popular e passou a ser os conteúdos jornalísticos produzidos pela Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), com exceção das plataformas digitais. Compreendemos a necessidade de estudar como se dá a construção dos discursos de ódio líquido em diferentes meios de comunicação tradicionais, mas que pertencem ao mesmo grupo de comunicação seria um esforço de investigação mais interessante e profícuo, principalmente, levando em consideração que o proprietário é um dos políticos mais influentes do Estado do Pará, o senador Jader Barbalho<sup>1</sup>, do partido MDB.

O cenário midiático na região possui peculiaridades, entre elas a presença ilegal, porém consentida, de políticos que recebem deles mesmos a concessão de emissoras de rádio e TV. Segundo Castro:

Essa realidade fere a Constituição e a democracia. É evidente que a posse de veículos de comunicação por parlamentares significa um acúmulo de poder inaceitável em uma democracia. Além disso, é uma situação, a qual desequilibra completamente o jogo político, pois aqueles que possuem os próprios veículos encontram-se numa posição de vantagem na exposição pública de sua imagem, da de seus aliados, de seus interesses e suas posições. (CASTRO, 2012, p. 27).

---

<sup>1</sup> Além da trajetória política, que inclui cargos no governo do estado do Pará e Ministério – durante o governo do

Para a construção do problema desta pesquisa partimos do entendimento de que a realidade social diz respeito ao conjunto de objetos culturais e institucionais que caracterizam o mundo no qual circulamos, por isso, fazemos as seguintes indagações: o que são o “bem” e o “mal” nas narrativas midiáticas do jornalismo policial dos veículos do Grupo RBA de Comunicação? Quem é o “outro” nessas narrativas? Como são enquadrados os indivíduos envolvidos em situações de violência?

Dadas as novas considerações e os novos percursos metodológicos a serem traçados, nossos objetivos foram assim determinados: analisar as construções narrativas sobre o “bem” e o “mal” no jornalismo policial do Grupo RBA de Comunicação.

A violência urbana é a matéria-prima trabalhada pelo jornalismo policial, com construções que remetem ao medo e à sensação de insegurança, assim como desconstruções de instituições e indivíduos (COSTA, 2005, 2011; COSTA et al., 2017). Do mesmo modo, essas narrativas estabelecem confrontos para escolhas morais entre o que seria o “bem” e o “mal”. Ou seja, de acordo com Bauman (2011, p. 10-11), a escolha entre bem e mal significa “encontrar-se em uma situação de ambivalência”, isto é, não em uma relação binária de escolha de um ou de outro, mas de enfrentamento e, portanto, de “assumir a responsabilidades pela responsabilidade de alguém”.

Logo, situamos esta pesquisa na Modernidade Líquida de Zygmunt Bauman – cuja perspectiva se constitui como a espinha dorsal desta pesquisa –, na qual temos mercados sem fronteiras, estamos ligados uns aos outros, mesmo que distantes geograficamente ou contra a nossa vontade, e o tempo é mais fluido, assim como as relações, os sentimentos e os processos. A passagem da modernidade sólida para a sociedade líquida é para o autor:

Uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam. (BAUMAN, 2007a, p. 7).

Bauman (2007a) explica que vivemos em uma era de medos e incertezas. A Modernidade Líquida é por natureza fragmentada e individualista, além de ambivalente em suas relações. O autor fala de relacionamentos e relações, inclusive com os estranhos, e questiona se ainda somos capazes de amar ao outro como a nós mesmos. Os sentimentos típicos desta era, a exemplo da rapidez e da desconfiança, afetam nossas relações e nos deixam com a constante sensação de insatisfação (BAUMAN, 2004).

O autor também é o responsável pela criação dos conceitos de “amor líquido” (2004), “medo líquido” (2008a), “tempos líquidos” (2007a) e “sociedade líquida” (2008b), que serão usados nesta pesquisa para contextualizar o que chamaremos de “ódio líquido”. Destaco que esta conceituação não seria possível sem as contribuições de Bauman, afinal a intenção desta pesquisa é, a partir do pensamento do autor, compreender o quanto os ódios que sentimos e praticamos atualmente são breves e vazios, quando não possuem sustentação, e perigosos, quando têm por trás uma ideologia.

Gabriel Liiceanu (2014) afirma que, quando este sentimento está sustentado por cultura e as ideologias, torna-se socialmente aceito e por isso mais perigoso do que quando é instintivo. O reflexo deste cenário é a proliferação da violência e dos discursos de ódio, que por vezes são confundidos com a liberdade de expressão. De acordo com Birman (2009), somos incapazes de sentir compaixão, solidariedade ou empatia quando nos sentimos ameaçados. Na sociedade cercada por medos sem fundamentos, descrita por Bauman, fica fácil entender que essa pode ser uma das razões para não nos reconhecermos como iguais, enxergarmos no outro nosso inimigo e iniciarmos uma guerra silenciosa entre o que acreditamos ser o bem e o mal.

Para Rancière (2014), o ódio se refletirá nesta sociedade de várias formas, inclusive na aversão ao direito do outro. A pós-modernidade enxerga os direitos humanos de maneira diferente de outras épocas, pois eles ganharam mais valor e mobilizações por parte dos sujeitos que desejam assegurá-los. O ódio que enxergamos, inclusive na mídia, constrói-se em cima do desrespeito aos direitos fundamentais do indivíduo que comete o crime, pois este é visto como inimigo e deixa de ser merecedor de qualquer proteção por parte das leis.

A este fenômeno Alves (2013) dá o nome de “desumanização do humano”, entendida como a “desqualificação, ostensiva ou velada, de certas categorias de indivíduos como integrantes verdadeiros da espécie” (2013, p. 3), sendo para o autor essa exclusão ainda mais absurda em nossa “era de direitos”.

Para esta pesquisa, durante o processo inicial selecionamos 86 exemplares tanto de jornais impressos quanto de programas de rádio e televisão recolhidos entre outubro de 2016 e dezembro de 2017. Deste total, 22 edições do programa de televisão *Metendo Bronca*, da emissora RBATV, veiculados entre outubro e novembro de 2016; 15 edições do programa *Linha de Frente*, cuja captura se deu em dois momentos distintos, primeiramente 10 programas em julho de 2017 e depois mais 5 programas em dezembro do mesmo ano; e, por fim, 49 edições do caderno Polícia do jornal *Diário do Pará*, também recolhidos em dois

momentos, pois primeiro foram selecionadas 15 edições entre maio e junho de 2017 e mais 34 edições, entre setembro e novembro de 2017.

A seleção deles foi realizada de modo descontínuo, pois nossa intenção foi buscar assuntos e abordagens de fatos distintos em cada veículo, algo que só seria possível se eles não fossem coletados na mesma época. Após a análise prévia de todas as edições selecionadas, aleatoriamente, escolhemos: a edição de 16 de dezembro de 2016 do *Metendo Bronca*; de 11 de setembro de 2017 do caderno Policia do *Diário do Pará*; e o programa de 11 de dezembro de 2017 do *Linha de Frente*.

Nossa intenção com essa amostra foi analisar como se dá a construção do ódio líquido e das narrativas do bem em confronto com o mal no jornalismo que tem a violência e a negação dos direitos humanos como base. Para chegar às conclusões a que nos propusemos, foram usadas como metodologia de pesquisa a Análise de Conteúdo, a Análise Pragmática da Narrativa e ainda os critérios de violação estabelecidos pela ANDI-Comunicação e Direitos.

Considerando que uma pesquisa de mestrado possui tempo limitado para sua execução e que analisar imagens, textos, contextos, entrelinhas e significados não é tarefa fácil de ser realizada em pouco tempo, julgamos necessário cuidado no levantamento das informações, na categorização e na interpretação delas.

Para a realização da análise, partimos da Análise de Conteúdo, porque busca a mensagem e pondera o poder de fala do emissor. Como esta pesquisa analisou três veículos que pertencem ao mesmo grupo de comunicação, foi imprescindível compreender o poder de quem fala, pois se trata de uma empresa de comunicação que tem características importantes de se considerar, como a ligação político-partidária com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>2</sup> e a grande popularidade na região.

O foco, nesse caso, foi a totalidade do texto, sem a intenção de verificar o receptor, mas sim, neste primeiro momento, analisar a desordem de quem emite a mensagem (BARDIN, 2009). Para isso, seguindo a proposta de Bardin (1977), adotamos à risca as três etapas sugeridas pela autora na obra *Análise de Conteúdo*, que são: pré-análise; exploração do material e, por fim, tratamento de resultados e a interpretação. Cada uma dessas fases é necessária para a pesquisa que adota essa metodologia. Na pré-análise, organizamos dados, procedimentos e estabelecemos as categorias que foram analisadas. Na segunda etapa os dados foram agrupados segundo as categorias estabelecidas, e em seguida, na última etapa, os

---

<sup>2</sup> Em dezembro de 2017 o PMDB durante uma votação interna do partido aprovou a troca na sigla de nomenclatura e passou a se chamar apenas Movimento Democrático Brasileiro.

elementos destacados foram analisados e interpretados a partir de grupos com características em comum.

A análise de conteúdo necessita da criação de categorias-base, que em nosso caso seguiram o critério de infrações e/ou grupos minoritários que têm seus direitos mais violados ou que são alvo da incitação do ódio. Neste primeiro momento, não nos preocupamos ainda com o sentido das palavras coletadas ou sua representatividade dentro dos discursos, mas somente em enumerar direitos ou situações em relação aos quais as violações acontecem com maior frequência nos programas/edições escolhidos.

Como este estudo também se propõe a analisar a construção do ódio líquido e seus efeitos na construção do ‘outro’ dentro das narrativas sobre violência e direitos humanos na mídia paraense, foi necessário entender o contexto social e político no qual essas falas/histórias são construídas, por isso adotamos a Análise Pragmática da Narrativa.

Para entendermos melhor os processos da Análise de Narrativa, a partir da perspectiva de Motta (2008; 2013), é preciso ir além do olhar linguístico, literário e estrutural. O autor se apega às análises simbólica e antropológica, de tal modo que sua análise se torna muito mais multidisciplinar e cultural. Para ele, o relevante é a “busca de sentido, a construção narrativa de significado, seja através da narrativa fática ou fictícia” (MOTTA, 2013, p. 121). Os significados são tidos como relações, ou seja, trocas que se estabelecem entre os sujeitos. Já as narrativas são relações argumentativas criadas a partir da convivência entre pessoas com vontades e desejos diferentes e que estão “sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder” (MOTTA, 2013, p. 121).

A pesquisa aqui proposta, por fim, encontra-se dividida em três capítulos que busca no primeiro capítulo compreender como se dá comunicação na sociedade líquida descrita por Bauman. Nesta primeira parte, analisamos quem é o ‘outro’ desconhecido e estranho, com quem nos relacionamos na sociedade contemporânea, por vezes tomado como inimigo e algoz. A partir desta análise, questionamos se em uma sociedade fragmentada e individualista ainda é possível amar ao outro, pois constantemente somos levados a compreender o mundo a partir da ambivalência entre o “bem” e o “mal”. Em seguida, buscamos discutir a violência como produto midiático que é alimentado pelos medos da sociedade contemporânea, já que os conteúdos jornalísticos populares de caráter policial são construídos a partir desta lógica;

No segundo capítulo, partimos das considerações da relação que a mídia faz entre ódio e direitos humanos. Para isso, iniciamos as discussões buscando compreender que a mídia faz parte desta construção ideológica dicotômica graças à representatividade dos veículos de comunicação de massa para a sociedade e quais as expressões contemporâneas do ódio na

sociedade líquida. Nossa intenção com estes conceitos foi pensar uma estrutura para se entender o que são os discursos de ódio e o conceito de ódio líquido que construímos nesta pesquisa. Em seguida, refletimos as concepções sobre direitos humanos e como se dá a relação entre ódio líquido e direitos humanos – na mídia paraense e nas atrações e conteúdos policialescos;

No terceiro capítulo, fazemos a ligação entre a parte teórica descrita nas duas primeiras partes com os objetos desta pesquisa, que são os veículos de comunicação de massa (impresso, televisivo e radiofônico) da Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA). A partir da obra de Motta analisamos as construções narrativas jornalísticas levando em consideração o contexto e a intencionalidade dos autores das falas selecionadas. O objetivo deste capítulo é mostrar como as notícias buscam construir uma sociedade pautada no medo, na insensibilidade ao outro e na banalização do mal a partir da resignificação de contextos sociais e na disseminação, implícita ou explícita, do ódio líquido.

*Tinha que ter um atirador de elite dentro de um helicóptero abatendo, que nem abate aqueles javalis que estão comendo e atacando aqueles animais lá no sul. Isso aí é uma praga da humanidade. (Joaquim Campos, Metendo Bronca, 2016).*

## 2 A SOCIEDADE LÍQUIDA COMUNICATIVA

O presente capítulo busca, dentro da denominação de Modernidade Líquida, elaborada por Zygmunt Bauman, compreender a relação comunicativa estabelecida entre os indivíduos numa sociedade caracterizada pela fluidez, efemeridade e ambivalência que afetam as relações sociais – líquida, portanto. De modo que cada vez mais se desconhece o outro, muitas vezes sendo configurado como inimigo.

Percebemos assim, conforme nos mostra Donskis (2014), que a sociologia de Bauman se caracteriza pela diversidade, pois comporta dos medos aos sonhos; vai da crítica mais feroz do comportamento humano até sua vaidade e busca por atenção, sem deixar de discutir as desilusões e insensibilidades do indivíduo da era moderna. Em outras palavras, é a sociologia que busca olhar para dentro de si e do outro a partir da ética nas ações.

A obra de Bauman reflete de uma maneira geral sobre o homem comum nas miudezas do cotidiano e em sua marginalização, de modo que este processo o deixa às margens sociais, ou seja, sem ser visto ou reconhecido, pois nos encontramos insensíveis ao outro (BAUMAN, 2001; 2004; 2006; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b, 2010; 2011; BAUMAN; DONSKIS, 2014). Trata-se do sujeito excluído e que perde o direito à integração social, pois faz parte do contexto de uma sociedade individualista e fragmentada. Donskis (2014, p. 10) brinca, ao dizer que Bauman se ocupa dos “perdedores da modernidade, e não dos heróis”, afinal ele fala de histórias reais, pensamentos e aflições que nos cercam. Por isso, o autor não é linear, permitindo-se cruzar o tempo e o espaço, assim como a Modernidade Líquida que pensou.

A sociologia baumaniana é identificada por Donskis como uma “sociologia da imaginação, dos sentimentos, das relações humanas – amor, amizade, desespero, indiferença, insensibilidade – e da experiência íntima” (DONSKIS, 2014, p. 7). Portanto, questões que são centrais na presente pesquisa, que, entre outros aspectos, analisa a construção do ‘outro’ nas narrativas midiáticas sobre violência – ou seja, a violência cotidiana urbana e por consequência, o medo e a segurança de viver e conviver com o outro, que me é estranho e distante. Dirá Donskis sobre Bauman,

Sua sociologia não só emite sons, ela também olha você diretamente nos olhos. Esse olhar tem um viés ético. Não se pode desviar dele e deixar de lhe responder, pois, ao contrário do olhar psicologicamente exploratório ou do que absorve (consome) objetos do seu ambiente, o olhar de Bauman incorpora o princípio de um espelho ético. O que volta para você são todas as suas atividades, sua linguagem e tudo que você disse ou fez sem pensar, simulando segurança, todo o seu mal irrefletido, porém silenciosamente endossado (DONSKIS, 2014, p. 9-10).

Ao dialogarmos com Bauman, buscamos compreender, da mesma forma que o autor, como é construído o ‘outro’ nas narrativas midiáticas sobre violência, ou seja, aqueles indivíduos que são considerados nos veículos de comunicação “à margem da sociedade”, ou então, “indivíduos do mal contra os indivíduos de bem”, no que o autor caracterizará como o estado da ambivalência.

## **2.1 O contexto da sociedade líquida**

A sociedade contemporânea vive um momento de descobertas e ausência de certezas, diferente de outras épocas e com características que a torna peculiar em várias perspectivas. Para entender que tempos são esses, caracterizados pela liberdade, a individualidade e a fragmentação, dialogamos com as ideias de Bauman (2001; 2004; 2006; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b, 2010; 2011) e Bauman e Donskis (2014). Para o autor, vivemos a chamada Modernidade Líquida (2001), que nos leva cada vez mais à efemeridade e à desintegração de Tempos Líquidos (2007).

Bauman é categórico ao dizer que os Tempos Líquidos são marcados pela insegurança. Nestes tempos, o homem coexiste com o medo de viver nas grandes metrópoles, de não alcançar o sucesso e a estabilidade, tem o receio de não controlar o tempo, vivendo cercado de tantas outras angústias. Segundo ele, as cidades se tornaram espaços de batalha, nas quais há o choque de identidades e a ausência de solidariedade social. Não há como negar que os resultados desses confrontos serão sempre a violência e a sensação de caos entre os indivíduos (BAUMAN, 2007a).

Bauman (2007) inicia esta obra falando sobre as certezas das fórmulas de vida e de relacionamento, que já não são suficientes para contemplar os anseios da vida moderna. Segundo ele, os laços humanos, exemplificados pela solidariedade, a fraternidade e a compaixão, tornaram-se “frágeis e reconhecidamente temporários” (BAUMAN, 2007a, p. 9). Os momentos históricos, políticos e econômicos em que vivemos incentivam muito mais a livre competição e a divisão entre grupos do que a unidade em prol da comunidade. A essência destes tempos líquidos encontra-se na mutação, nas conexões e desconexões aleatórias tanto quanto no volume quase infinito de possibilidades.

Bauman (2004) fala, indiretamente, que os indivíduos destes tempos podem ser e ter o que quiserem e ainda assim não ser ou ter nada, pois o ambiente de liberdade excessiva, jamais vivido antes, traz consigo a inércia e o gosto da insatisfação contínua, já que não fortificamos os laços com aquilo que temos - e aquilo que um dia teremos será sempre melhor

do que o que temos hoje. Para ele, vislumbramos sempre um passo à frente, pouco aproveitamos o lugar onde estamos e tampouco desfrutamos do caminho percorrido, afinal “sucessos passados não aumentam necessariamente a probabilidade de vitórias futuras, muito menos as garantem” (BAUMAN, 2007a, p. 9).

Para entender a sociedade líquida na qual nos encontramos se faz necessário compreender, partindo de uma perspectiva macro, o que o autor acredita ser a Modernidade. Para Bauman (2001, p. 129) “de fato, a modernidade é, talvez mais que qualquer outra coisa, a história do tempo: a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história”. Na visão dele, a modernidade trouxe à tona a modificação na compreensão e nos conceitos do que seriam o “tempo” e o “espaço”, e teria resultado no que o autor vai chamar de “modernidade líquida”.

Segundo ele, os líquidos, diferente dos sólidos, não mantêm suas formas com rigidez e facilidade. Eles se moldam e se movem contornando os obstáculos. Dissolvem, invadem e ficam intactos quando são colocados diante de alguns objetos.

Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço, nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; o espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento”. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os sólidos, podemos ignorar inteiramente o tempo; ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro (BAUMAN, 2001, p. 8).

A metáfora do autor compara os fluidos e todas as características inerentes a eles à modernidade, período visto por Bauman como uma fase de natureza mais leve, uma vez que preenche um ambiente, mas ao mesmo tempo esvai-se com facilidade, para assim tomar outra forma. Nesta pesquisa, discutimos o ódio, sentimento intrínseco à natureza humana.

O ódio nestes tempos, assim como a modernidade líquida e os líquidos, é efêmero e maleável, ou seja, adapta-se com facilidade aos diferentes espaços e grupos sociais, mas pode durar pouco caso não seja alimentado. A dita leveza se caracteriza, não pelo aspecto positivo, mas pela possibilidade de invadir pensamentos e dominar ideologias, estando sempre pronto para ter um novo alvo.

Para Bauman, a Modernidade Líquida faz parte de tempos cada vez mais líquidos, nos quais as incertezas são alimentadas pelos medos e por um leque de possibilidades a serem

escolhidas, mas que nos geram muito mais expectativa, ansiedade e frustração do que satisfação. Essas angústias da vida moderna transformam

Os laços inter-humanos, que antes teciam uma rede de segurança digna de um amplo e contínuo investimento de tempo e esforço, e valiam o sacrifício de interesses individuais e imediatos (ou do que poderia ser visto como sendo interesse de um indivíduo), se tornam cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários. (BAUMAN, 2007a, p. 8-9).

O autor questiona se a modernidade não teria sido fluida desde a sua concepção, já que, desde o começo, “o derretimento dos sólidos” (BAUMAN, 2001, p. 9) foi seu passatempo principal. Para o autor, a modernidade em sua origem buscou a emancipação do que a prendia e não a deixava viver sua natureza fluída de forma plena. Bauman ressalta que:

Essa intenção clamava, por sua vez, pela “profanação do sagrado”: pelo repúdio e destronamento do passado, e, antes e acima de tudo, da “tradição” – isto é, o sedimento ou resíduo do passado no presente; clamava pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiam que os sólidos resistissem à “liquefação”. (BAUMAN, 2001, p. 9).

É impreciso dizer quanto tempo a modernidade possui, pois não há consenso a respeito de seu início. Ainda que haja esforço para delimitá-la, sua própria natureza ambígua recusa essa definição de começo, meio e fim. Segundo o autor, o que estava ultrapassado e não permitia o crescimento precisaria ser abolido em favor de novas ideias, histórias e sensações, ou seja, a intenção primária era “substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por um conjunto aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável” (BAUMAN, 2001, p. 9).

Por ‘derreter os sólidos’, entende-se o rompimento com as tradições da era anterior e o ato de se desvincular das obrigações que “impediam os movimentos e restringiam as iniciativas” (BAUMAN, 2001, p. 10). Logo, o objetivo maior ao ‘derreter estes sólidos’ seria, então, inventar sólidos – ideias, conceitos – com mais durabilidade e daí confiar que o mundo poderia se tornar um lugar previsível e, por isso, administrável e sem maiores surpresas.

O derretimento dos sólidos da Modernidade Líquida trouxe consequências concretas, pois libertou a economia de certas obrigações de caráter político, ético e cultural, por exemplo. Essa compreensão de tempo e espaço em Bauman nos ajuda a contextualizar onde e quando se dão as relações na sociedade atual, ou seja, trata-se de uma sociedade que rompeu paradigmas antigos na tentativa de criar novos modelos e ideias para pensar e se relacionar. O indivíduo na era moderna líquida tem muito mais mobilidade em relação aos períodos

anteriores. Ele consegue se emancipar com maior facilidade de certos ideais, e isso inegavelmente mudou a condição humana (BAUMAN, 2001).

### 2.1.1 Ambivalência e a dicotomia entre o “bem” e o “mal”

Bauman (1999) afirma que a ambivalência é uma característica da modernidade líquida, que tem por meta a ordem do mundo, do habitat humano e do ‘eu’, em que há a necessidade de nomear e classificar os objetos, pois, segundo ele, vive-se em um momento de caos difícil de ser habitado e contornado, sendo necessários recursos para compreender o mundo e os indivíduos.

A ambivalência se define pela capacidade de atribuir a um objeto ou a um evento mais de uma categoria, ainda que pertençam a extremos, ou seja, é o caráter daquilo que possui em si dois aspectos radicalmente distintos, que podem, inclusive, ser opostos.

Segundo o autor, primeiramente, a ambivalência pode ser descrita como algo que faz parte da linguística, ou seja, “classificar, em outras palavras, é dar ao mundo uma *estrutura*: manipular suas probabilidades, tornar alguns eventos mais prováveis que outros, se comportar como se os eventos não fossem casuais ou limitar ou eliminar sua casualidade” (BAUMAN, 1999, p. 9).

É a partir da linguagem e da possibilidade dada por ela de nomear e classificar tudo, que damos ordem ao caos do mundo ao redor e em nossa própria mente. Portanto, a possibilidade de classificar algo traz consigo a segurança de que conhecemos e dominamos o objeto e a certeza de que podemos seguir adiante, ainda que todos os pontos de parada sejam temporários, pois a modernidade também carrega uma constante carga de insatisfação na qual “nenhum lugar é privilegiado, nenhum é melhor que outro, como também a partir de nenhum lugar o horizonte é mais próximo do que de qualquer outro” (BAUMAN, 1999, p. 18).

A modernidade é entendida como a era que reflete sobre si e que tem verdadeira obsessão pela ordem e a sua dicotomia com o caos. Para o autor:

A dicotomia é um exercício de poder e ao mesmo tempo sua dissimulação. Embora nenhuma dicotomia vingasse sem o poder de separar e pôr de lado, ela cria uma ilusão de simetria. A falsa simetria dos resultados encobre a assimetria de poder que é a sua causa. A dicotomia representa seus membros como iguais e intercambiáveis. No entanto, sua própria existência é testemunho da presença de um poder diferenciador. É a diferenciação assistida pelo poder que faz a diferença. Diz-se que apenas a diferença entre unidades da oposição, não as próprias unidades, é significativa. Parece, portanto, que a significação é gerada nas práticas de poder capazes de fazer diferença — de separar e manter de lado. (BAUMAN, 1999, p. 22).

Diz-se que a ordem é o contrário do caos, pois em nossa concepção se encontram em lados opostos e são constituídos de atitudes distintas. Todavia, Bauman (1999, p. 12) afirma que ambos são “gêmeos modernos”, de modo que a dificuldade em definir a ordem, como algo obsessivo, só se tornou uma preocupação real quando ela se tornou um problema.

Esses conceitos de ordem e caos só foram aceitos após a ruptura e o colapso com o mundo que outrora conhecia as verdades da vida a partir da perspectiva divina. Nesse sentido não havia a necessidade vital de racionalizar as ações ou problematizar os fatos, pois eles apenas eram o que eram. A bifurcação entre caos/ordem, positivo/negativo, bom/mau ou certo/errado veio com a modernidade líquida, que tem a necessidade de separar e classificar.

A ambivalência é como “um sintoma da desordem e é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e temos que optar entre ações alternativas” (BAUMAN, 1999, p. 9), pois entendemos melhor o mundo e assimilamos com mais facilidade os padrões de comportamento quando reconhecemos e atribuímos valores aos opostos. O estado da ambivalência é uma contradição, que deixa de lado ideias pré-concebidas e cristalizadas, aceitando a possibilidade de que seres humanos e eventos podem ser complexos e comportar em si pontos de vista e características opostas.

Fazendo a leitura de modo mais amplo, podemos questionar o que nos faz entender que algo ou alguém é bom ou mau? Por que dividimos a sociedade líquida, que é fragmentada por natureza, em extremos do bem e do mal?

Segundo o pensamento baumaniano, a ambivalência é uma construção social. O mundo moderno é naturalmente ambivalente, pois estamos vivendo um mundo de incertezas (BAUMAN, 1999). Isso significa que o escândalo – e por que não dizer o mal-estar da ambivalência – está na sua subjetividade e a possibilidade de ser várias coisas ao mesmo tempo, ainda que o indivíduo moderno queira se ‘programar’ para entender o mundo a partir de uma cartela de duas cores: preto ou branco, sem perceber as nuances existentes nos fatos.

Por exemplo, a ambivalência tende a atenuar temáticas polêmicas como a violência e o ódio, pois os dois podem ser considerados simultaneamente bons e ruins, afinal este ponto de vista dependerá de quem os sente e quais são seus alvos. Pensemos nos suspeitos mostrados nos programas policiais de caráter popular, que se tornam alvo da repulsa e do ódio da população. Qualquer ato de violência dedicado a estes sujeitos parece ser socialmente aceito, daí tem a proliferação de linchamentos, nos quais a população faz justiça com as próprias mãos e não é punida, como se seu crime fosse “menor” do que o que foi cometido pelo acusado.

Somos obrigados a dividir e categorizar os objetos para a nossa própria leitura do mundo e para isso criamos os estereótipos, por exemplo. Sem essas divisões nos tornamos incapazes, inclusive, do autorreconhecimento. Para entender estas questões retomamos a discussão sobre o outro. Precisamos sempre do ‘outro’ para nossa própria autoafirmação. A sociedade líquida possui indivíduos com dificuldades para relacionar-se que atribuem sempre aos outros a culpa pelos seus próprios fracassos.

Porém, nenhum sujeito é, por natureza, completamente bom ou mau. A essência humana permite a união complexa de sentimentos, por vezes considerados ambíguos e contraditórios. Entretanto, para o nosso próprio conforto temos a necessidade de rotular o ‘outro’ de modo que este seja colocado no lugar que acreditamos que ele merece. Na sociedade líquida moderna, o valor dos indivíduos é dado, no contexto da sociedade de consumo, de acordo com nosso poder de compra. O não reconhecimento do ‘outro’ e o desejo ambivalente de classificá-lo como bom ou mau é atravessado pela desqualificação atribuída a este sujeito e o ‘baixo valor’ que lhe é dado. Por isso, Bauman também descreve que ambivalência tem ligação com a intolerância, pois:

A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado — a deslegitimação do outro. Na medida em que a ânsia de pôr termo à ambivalência comanda a ação coletiva e individual, o que resultará é intolerância — mesmo que se esconda, com vergonha, sob a máscara da tolerância o que muitas vezes significa: você é abominável, mas eu sou generoso e o deixarei viver (BAUMAN, 1999, p. 16).

Especificamente pensamos no papel da mídia que ajuda na construção e no reforço dessa ideia da ambivalente entre bem e mal, quando elabora narrativas com os sujeitos em papéis previamente determinados, nos quais os criminosos são a personificação do mal e por isso precisam ser exterminados. Neste sentido, os meios de comunicação mostram o poder que possuem, pois se constituem em importantes ‘instituições’ na construção e manutenção de realidades diversas. Ou, conforme afirmam Kabuenge e Costa (2015).

Da perspectiva legal, esse movimento corresponde à exclusão ou negação do acusado, bem como o enunciado “sociedade de bem” é reputado como violência, na medida em que a pessoa declarada criminosa já não tem uma responsabilidade moral ou social para ser considerada como parceiro dialógico na construção mútua da experiência social (KABUENGE; COSTA, 2015, p. 11).

Continua a pesquisadora, lembrando que ao negar o direito do outro para se defender, antes de receber a sentença judicial sobre o desvio do seu comportamento, constatamos uma

subjugação do outro, “um outro que não tem direitos, que não é levado em consideração nem ouvido pelos meios de comunicação” (KABUENGE; COSTA, 2015, p. 11).

## 2.2 A violência

A compreensão sobre o que é violência muda à medida que o tempo passa. Para cada geração, o termo ganha novos significados e novas formas de se concretizar. Por isso, definir ou discutir violência é uma tarefa complexa, pois se trata de um conceito por vezes visto como subjetivo e que possui muitos aspectos a serem considerados em relação às suas manifestações. Ou então, às vezes, é percebido apenas na ordem física, sem levar em conta a violência simbólica que atravessa diversas questões e debates na sociedade. Maffesoli (1987) enxerga a violência como um fenômeno plural, uma espécie de herança de qualquer civilização e por isso estará sempre presente nas relações humanas:

A violência sempre está presente; antes de condená-la de uma maneira rápida demais, ou ainda, negar sua existência, é melhor ver de que maneira pode-se negociar com ela. É a partir de um princípio de realidade desse que é possível apreciar a qualidade de equilíbrio maior ou menor que caracteriza cada sociedade. Consciente da onipresença da violência, da sua conformidade com o fato social, é preciso negociar, ser astuto, ‘amansá-la’, socializá-la. (MAFFESOLI, 1987, p. 14-18).

Já para Michaud (1989),

Há violência quando, numa situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p. 11)

Bauman (2008b, p. 258) usa os terroristas como exemplo para falar sobre violência. Segundo ele, “terroristas fazem violência”, ou melhor, “chamamos de violência o que os terroristas fazem”. Essa correção na frase mostra como é difícil definir o que é a violência apenas pelo ato em si. A violência tem como características básicas, de acordo com o autor, obrigar as pessoas a fazer o que não querem, aterrorizá-las, privá-las de seus direitos básicos e causar danos e dores ao corpo transformando tudo isso em espetáculo bizarro. Porém, ao refletir sobre violência, Bauman vai além:

Em resumo, a violência é um conceito contestável. A contestação em que esse conceito está inserido se refere à legitimidade. A violência é uma coerção ilegítima; para ser mais preciso, uma coerção à qual foi negada a legitimidade. Chamá-la de ato de coerção, de forçar as pessoas a agir contra as suas vontades ou tirando delas as chances de voltar a atuar de boa ou má vontade, de um “ato de violência” não é uma informação nova para a

descrição do ato, mas transmite a decisão do orador de questionar o direito de os atores exercerem coerção, e também de negar-lhes o direito a determinar quais palavras serão usadas para descrever suas ações. Na luta pelo poder, a violência é ao mesmo tempo um meio e um risco. Esse papel dual tem origem no principal objetivo dessa luta: legitimar a coerção (BAUMAN, 2008b, p. 260).

Ao afirmar que a violência é um conceito contestável, Bauman causa certo desconforto. Isso por que a ideia de violência nos parece óbvia, delimitada e diz respeito à opressão, a tirania e tantos outros exemplos de violação seja ao corpo, à mente ou ao livre arbítrio. Entretanto, há certa dificuldade em definir a violência apenas pelo ato em si. Violar alguém, seja de modo físico ou psicológico, só será reconhecido como um ato violento, dependendo de quem é o autor da ação. Vítimas e carrascos estarão sempre em lados opostos e a voz dos que sofreram repressões nem sempre é ouvida. Logo, a classificação de um ato de violência será sempre um ato subjetivo e dependerá das intenções de quem classifica.

Arendt (2011) explica de modo geral que a violência sempre foi vista como uma ação corriqueira, apesar de estar sempre presente em todas as gerações e civilizações. Segundo a autora,

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração pessoal. [...] Isso indica quanto que a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, negligenciadas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos (ARENDR, 2011, p. 23).

Para a filósofa, a violência sempre foi vista como um fenômeno marginal e por isso recebeu menos atenção do que deveria ter. Arendt (2011) registra seus pensamentos sobre a violência a partir das guerras, a experiência durante o período do holocausto, traça panoramas comparativos com outros autores sobre a compreensão do tema e ainda delimita a diferença entre violência e poder.

De acordo com a autora, “uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é que o poder sempre depende de números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos” (ARENDR, 2011, p. 58). Em outras palavras significa dizer que para existir poder é necessário a aprovação e consenso da maioria, já para aplicar a violência basta ter instrumentos. Arendt segue seu pensamento dizendo que “a forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema de violência é Um contra Todos” (2011, p. 58). Logo, a violência nunca será possível sem instrumentos para cometê-la.

Um dos obstáculos para compreender o que é, de fato, a violência, afirma a filósofa, está na confusão de significados que se faz entre os termos ‘vigor’, ‘força’, ‘autoridade’, ‘poder’ e ‘violência’. Cada um deles possui um significado específico que nos ajuda a entender a complexidade das relações humanas e da realidade que nos cerca.

Arendt (2011) explica que o poder é a capacidade de o homem agir em concerto. O poder nunca é de um único sujeito, mas sim faz parte do grupo ao qual ele pertence e ele só existe enquanto esse grupo se enxerga e permanece unido.

A filósofa acredita que o homem, na verdade, possui como característica individual o vigor, que seria a qualidade que pode o destacar entre os demais sujeitos. Já a força – facilmente confundida com a violência –, deve ser compreendida como um meio de coerção, enquanto a autoridade é o reconhecimento, em uma hierarquia, daqueles que obedecem. Neste caso, não é necessário usar coerção muito menos a persuasão para que a autoridade seja reconhecida, ou seja, para que ela exista é necessário o respeito daqueles que o seguem. Por fim, a violência seria então a ação de caráter instrumental usada na tentativa de impor algo (ARENDR, 2011, p. 63).

A combinação entre violência e poder atravessa os séculos. Tanto em questões mais gerais, quanto em relações de interesse internacional ou de cunho doméstico, a violência é tida como último recurso para manter invioláveis as estruturas de poder contra aqueles que o contestam. Entretanto, há uma reflexão entre esses dois conceitos que nos interessa para esta pesquisa, pois “o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido” (ARENDR, 2011, p. 72). Logo:

Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada ao seu próprio curso, conduz a desaparecimento do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo. (ARENDR, 2011, p. 73-74).

Poder é sinônimo de controle. Quem tem poder controla e vice-versa. O controle pode ser físico ou ideológico. Este segundo é considerado por alguns autores como sendo mais forte, pois pode conduzir e influenciar grandes quantidades de pessoas movidas pela identificação com uma ideia ou comportamento e sem o uso de violência física. É importante destacar que os atos de violência facilmente são associados às agressões físicas, atos de extermínio ou qualquer ação abrupta de ataque ao outro, porém a violência também pode se dar de maneira velada e implícita em qualquer meio social.

### 2.2.1 Violência e poder simbólico

Bourdieu (1989), assim como Hannah Arendt, afirma em sua obra que a violência está ligada ao poder. Para ele o poder simbólico nada mais é do que uma reprodução das relações de poder que influenciam e impõem outras formas de enxergar e agir. Quem está sendo dominado nem sempre se enxerga como tal ou como um elo mais fraco, ou seja, o sujeito ainda imagina ter autonomia diante de seus atos. Entretanto, o indivíduo dominado tem aquele que exerce o poder simbólico como referência de verdade absoluta e por isso acaba reproduzindo a ideia ou comportamento por ele imposto. Bourdieu descreve como se dá essa relação:

O poder simbólico como poder de constituir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização; só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa dizer que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 1989, p. 14)

O poder simbólico também pode resultar em violência simbólica, segundo Bourdieu (1989). Para ele, trata-se do resultado direto do poder simbólico, que reforça e naturaliza as relações de poder. Esse tipo de violência é tido como uma forma de construção social que auxilia na manutenção e perpetuação dos valores simbólicos. As ideologias dominantes sobre o que é certo e o que é errado são impostas nos discursos e os indivíduos submetidos a essas falas começam a achá-las naturais e muitas vezes também as reproduzem.

A violência nesses casos se dá de forma implícita e os sujeitos que são alvo dela são colocados em situação de inferioridade e submissão. Ainda segundo Bourdieu, o poder simbólico pressupõe o não reconhecimento da violência que é exercida, logo a violência simbólica pode ser tida como um ato silencioso de conivência, no qual as vítimas não se reconhecem como tal e não reconhecem o discurso imposto a elas como um ato evidente de desrespeito e agressão. Para muitos de nós ainda falta a habilidade de perceber que a violência não está restrita aos atos físicos, mas também diz respeito às ideias, pois quando somos obrigados a nos comportar, falar, pensar ou agir de determinada forma estamos sofrendo um ato de violência simbólica.

A violência simbólica pode se fazer presente em todas as esferas da sociedade e pode ser exercida em todas as instituições, inclusive na escola, que impõe seus conteúdos que por muitas vezes ignoram as peculiaridades de cada um dos seus estudantes. Por isso, esses discursos podem se estender a todos os ambientes, inclusive os midiáticos de modo geral. Esse meio merece uma atenção especial, pois ajuda na legitimação dos discursos graças à estrutura, amplificação e alcance. As novas ferramentas tecnológicas de comunicação também são usadas para perpetuar ideias e estigmas e reforçar a exclusão social e os estereótipos.

Logo, é importante fixar que a violência simbólica se dá em primeiro lugar no imaginário do emissor, que formula um ideal a ser seguido e reproduzido. Em seguida, essa ideia ganha corpo através da linguagem - discurso - e de uma série de elementos “invisíveis” em um primeiro olhar. Depois disso, ao ganhar o imaginário do receptor, ela chega ao seu destino e ali é perpetuada quando vai ao encontro da bagagem intelectual do outro indivíduo, criando assim uma espécie de círculo vicioso.

### 2.2.2 A violência como um produto na sociedade contemporânea

A sociedade líquida transforma tudo em produto. De pessoas a objetos, de sentimentos a experiências, todos esses estão passíveis de serem consumidos. Essa era supervaloriza o consumo, pois compreende que é a partir do poder de compra que o valor dos indivíduos é dado. Os sujeitos colocados na condição de consumidores, segundo Bauman (2008), também se tornam mercadoria de consumo. O mercado se aproveita de desejos, medos e necessidades para criar soluções práticas, rápidas e vendáveis para atrair o público, afinal o lucro é a prioridade.

De acordo com o pesquisador Kabuenge et al. (2015), ao analisar as narrativas policiais ou de violência produzidas pelos veículos de comunicação impressos e televisivos na Amazônia Paraense, há uma construção nessas narrativas, de uma economia e arquitetura do medo.

[...] a partir das matérias produzidas nas narrativas policiais ou de violência, a presença de uma “economia do medo”, a qual os impressos jornalísticos paraenses realizam por meio da violência estetizada nos cadernos Polícia, com mensagens que, em certa medida, moldam o comportamento do leitor, por exemplo, em relação a frequentar certos locais da capital paraense ou ao consumo de certos produtos mercantis. A economia do medo, então, estimula o consumo de materiais ou serviços que possam proteger o cidadão contra a violência, como carros blindados, cercas elétricas, alarmes, armas, grades, entre outros. Dessa economia, nascem a indústria da violência e a arquitetura do medo. (KABUENGE et al., 2015)

Como arquitetura do medo, o autor vai se reportar à nova fisionomia da cidade, em que os indivíduos constroem suas casas, prédios ou outras habitações, com muros altos, grades, alarmes, verdadeiras fortalezas, ou o surgimento de condomínios para se proteger contra a violência.

Segundo Bauman (2010), os medos não têm raízes e isso acontece por causa da sociedade líquida que explora essa característica de maneira política e comercial. Há quem lucre com o mercado do medo. Constantemente buscamos adquirir bens para garantir nossa segurança, mas essa prática só alivia a tensão e o medo momentaneamente:

Para governos e o mercado, é interessante manter acesos esses medos e, se possível, até estimular o aumento da insegurança. Como a fonte das ansiedades parece distante e indefinida, é como se dependêssemos dos especialistas, das pessoas que entendem do assunto, para mostrar onde estão as causas do sofrimento e como lutar contra ele. Não temos como testar a verdade que nos contam. Só nos resta então acreditar no que dizem. (BAUMAN, 2010, p. 75).

Há um segmento da economia mundial que se alimenta da insegurança dos indivíduos e se aproveita para vender soluções que vão exterminar com a violência. Esta economia faz parte do que Birman (2009) chamará de cultura do medo:

Construímos hoje uma efetiva cultura do medo, infelizmente. Estamos apavorados, como se não tivéssemos meios de nos defender da violência, que nos ameaça a cada momento, podendo retirar as nossas vidas e a de pessoas que nos são próximas. Que seja o vizinho o alvo eventual dessa violência fatídica e não nós é uma mera questão de acaso, pois nada garante a nossa segurança, a que deveríamos ter direito por atributo constitucional. (BIRMAN, 2009, p. 252).

Donskis (2014) também discute a cultura do medo. Ele afirma que há na contemporaneidade o medo de ser vulnerável e mostrar quem se é de verdade. Trata-se do receio, por assim dizer, da desimportância, da invisibilidade e de estar distante do mundo da mídia, ou seja, teme-se o esquecimento. Para o autor, a atualidade é caracterizada por este sentimento e dessa forma desenvolvemos a “cultura do medo” que está cada dia mais poderosa e global. Segundo ele, o medo “usa várias máscaras e pode falar a linguagem da experiência íntima e existencial” (DONSKIS, 2014, p. 117), tornando-se então um sentimento corriqueiro:

O medo da modernidade é notícia requeitada. Cada novo fenômeno pode causar um surto de pânico moral e uma reação exagerada. Podemos ver aqui uma espécie de medo controlado ou domesticado. A questão é que o medo se tornou desde então parte da cultura popular, nutrindo nossa imaginação perturbada e apocalíptica: terremotos, tsunamis, outros desastres naturais e

crimes de guerra deixaram de se situar num plano remoto da realidade. Agora estão conosco o tempo todo, alimentando nossa mídia sensacionalista e privando-nos do doce sonho de que haja em algum lugar (ou pelo menos deveria haver) uma ilha distante onde pudéssemos nos sentir absolutamente seguros e felizes. (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p. 116-117).

Ora, se tudo pode ser consumido a qualquer momento, estamos consumindo não apenas o que é material, mas também tudo aquilo que não é palpável, a exemplo das ideias, os sonhos, o tempo – cada vez mais escasso –, as notícias, ou seja, podemos e estamos consumindo tudo aquilo que não necessariamente está amostra nas vitrines. Contudo, antes que imaginemos que a lista de ‘produtos’ disponível na sociedade de consumo se restringe a elementos positivos, lembremos que o homem, ser de natureza perversa segundo Freud (1930), também é sedento pela violência e por isso a consome.

O medo de se tornar a próxima vítima em um ataque repentino que colocará a segurança pessoal em risco faz com que os indivíduos da era contemporânea sejam consumidores fiéis da violência cotidiana transmitida pela mídia, de modo que a justificativa para esse consumo sempre será a autoproteção. Corroborando com essa construção, destacamos o consumo e a popularidade dos programas de rádio e televisão pautados na violência e os cadernos policiais, por exemplo.

A violência enquanto produto obedece às lógicas do mercado como qualquer outra mercadoria produzida em larga escala e comercializada ao público. Assim como o objeto que buscamos em uma prateleira de supermercado, ela precisa estar de acordo com o gosto das pessoas e ser atrativa aos olhos de quem a vê.

Portanto, as narrativas de violência trabalhadas nos programas de caráter popular ou nos cadernos policiais, são elaboradas com objetivo de “atrair e seduzir” o público. Entre seus objetivos, a intenção, primeiramente, é de chocar e em seguida criar um cenário de terror, no qual se diz que não há solução para a atual situação de caos da cidade. Sem qualquer tipo de pudor ou censura, a violência é retratada de maneira crua e direta, de modo que o público tem a impressão de que a narrativa é na verdade a realidade<sup>3</sup>. Dessa forma, os veículos de comunicação ao usarem a violência como espetáculo, sem explorar o aspecto reflexivo, criam um ambiente de insegurança pautado no medo do outro.

---

<sup>3</sup> É importante destacar que não estamos ignorando os altos índices de violência na sociedade brasileira, inclusive com a cidade de Belém figurando entre as cidades mais violentas do país. Nosso questionamento tem como base o tratamento dispensado pelos veículos à violência, ou seja, geralmente é associado à pobreza e à miséria, sem contextualizar o papel do Estado no seu enfrentamento.

### 2.2.3 Violência e medo

A violência usada como forma de conseguir ou manter o poder continua sendo um dos grandes males enfrentados pela sociedade contemporânea. Entretanto, não podemos deixar de destacar que apesar de ser um problema a ser combatido, a violência, tanto a simbólica quanto a física, são fenômenos que trazem ferramentas importantes para entender questões sociais e culturais das sociedades.

Nessas construções, constatamos que a violência passa a ser o ponto de partida para alimentar os medos contemporâneos, isto é, em que são conduzidos os olhares e comportamento dos indivíduos em sociedade (COSTA, 2015; 2016). Ou seja, onde devo ir? Quais lugares? Que pessoas devo temer? Onde é seguro? O que devo e quem devo evitar?

Bauman (2008a) associa o medo às incertezas e ignorâncias. Ele explica que este é um sentimento típico de toda criatura que luta pela própria vida, ou seja, trata-se de uma característica comum a homens e animais. Todo o ser que se sente ameaçado tem duas alternativas: a fuga ou a agressão. Porém, o autor vai além da explicação biológica e afirma que o homem, diferente dos seres irracionais, experimenta em seu cotidiano outro tipo de reação, que seria o “medo derivado”, visto como um fator que orienta o comportamento humano e ajuda na percepção de mundo e tomada de decisões:

O medo secundário [ou medo derivado] pode ser visto como um rastro de uma experiência passada de enfrentamento de ameaça direta – um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade. (BAUMAN, 2008a, p. 9).

O medo derivado descrito por Bauman (2008a) fala exatamente sobre o temor de estar suscetível a qualquer perigo, a constante sensação de insegurança, pois já não há lugares completamente seguros, além de a dúvida sobre as opções de defesa despertar a desconfiança e superar tudo e todos. Segundo ele,

Uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência da ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o “medo derivado” adquire a capacidade da autopropulsão. (BAUMAN, 2008a, p. 9).

No geral, os medos típicos da pós-modernidade, segundo Bauman, são classificados como sendo de três tipos: 1) aqueles que ameaçam o corpo e as propriedades; 2) os medos que ameaçam a durabilidade e a confiabilidade na ordem social; 3) os medos que ameaçam o lugar

do indivíduo no mundo, ou seja, a posição em relação à hierarquia social e a identidade (BAUMAN, 2008a).

A grande dificuldade para entender o medo que sentimos acontece por não sabermos de onde ele vem. Os medos podem ter origens concretas, mas também podem ser abstratos e difíceis de serem identificados:

Os medos são muito diferentes, mas eles alimentam uns aos outros. A combinação desses medos cria um estado na mente e nos sentimentos que só pode ser descrito como ambiente de insegurança. Nós nos sentimos inseguros, ameaçados, e não sabemos exatamente de onde vem esta ansiedade nem como proceder. (BAUMAN, 2010, p. 74).

Logo, percebemos que o medo é “aproveitado” pela mídia, que o usa como combustível. Partimos aqui do pressuposto que os veículos de comunicação de massa se aproveitam da violência cotidiana para criar o ‘pânico geral’ e assim ter mais elementos para alimentar seu próprio conteúdo. Os veículos de massa direcionam sua lupa para a violência que lhe convém retratar, daí estes casos ganham mais visibilidade e o público busca nestas atrações cada vez mais informações, ou seja, formas de se proteger da violência que os veículos retratam.

A violência é retratada de forma grotesca, banalizada e em formato de espetáculo, segundo Costa (2005), pela mídia, alimentando os medos contemporâneos retratados por Bauman (2001; 2007a; 2008a; 2011), e que geram cada vez mais insegurança e incertezas. O conteúdo mostrado ao público reforça os medos pessoais e coletivos, típicos da atualidade. Bauman (2008a) explica que no ambiente líquido-moderno lutar contra os próprios medos é uma tarefa diária, pois estes são companhias constantes.

Nossa vida está longe de ser livre do medo, e o ambiente líquido-moderno em que tende a ser conduzida está longe de ser livre de perigos e ameaças. A vida inteira é agora uma longa luta, e provavelmente impossível de vencer, contra o impacto potencialmente incapacitante dos medos e contra os perigos, genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos. (BAUMAN, 2008a, p. 15).

Alimentados pelo medo de origem natural ou que é induzido, essas atrações tratam a violência não como uma questão social e coletiva, mas sim como um problema particular causado por uma questão econômico-social: pobres e moradores das periferias. Costa (2011) afirma que:

As matérias quase sempre são embaladas por contextos de espetáculo e de sensacionalismo, descaracterizando a seriedade do problema ou desprezando

o respeito à dignidade humana dos envolvidos ou daqueles que assistem diariamente a esses programas em busca de informação que, supostamente, eles veiculam. (COSTA, 2011, p. 179).

O medo passa a ter um lugar de destaque em nossa sociedade, pois se nos transformamos em seres cada vez mais individuais, os outros nos parecem cada vez mais estranhos. Ao refletir sobre a insegurança nas grandes cidades, Bauman (2007) vai enfatizar que o aumento das metrópoles, os efeitos da globalização e a fragilidade dos instrumentos de proteção tornaram estes locais mais inseguros e por isso geram cada vez mais ansiedade em seus moradores. Para ele a insegurança e o medo são angústias da vida líquida na modernidade:

O medo é o reconhecimento mais sinistro dos demônios que se alinham na sociedade nas sociedades abertas da nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável. Essa insegurança e essa incerteza, por sua vez, nascem de um sentimento de impotência: parecemos não estar mais no controle, seja individual, separada ou coletivamente, e, para piorar ainda mais as coisas, faltam-nos as ferramentas que possibilitariam alçar a política num nível em que o poder já se estabeleceu, capacitando-nos assim a recuperar e reaver o controle sobre as forças que dão forma à condição que compartilhamos, enquanto estabelecem o âmbito de nossas possibilidades e os limites à nossa liberdade de escolha: um controle que agora escapou ou foi arrancado de nossas mãos. O demônio do medo não será exorcizado até encontrarmos (ou, mais precisamente, construirmos) tais ferramentas. (BAUMAN, 2007, p. 32).

Na concepção baumaniana, a sociedade está fragmentada e dividida. Trata-se de uma sociedade na qual nos protegemos sem entender muitas vezes exatamente do que ou de quem. Para o autor, os medos típicos da modernidade nascem junto com o processo de individualização. Se em outros momentos os indivíduos mantiveram laços próximos de parentesco ou vizinhança, construindo comunidades que priorizavam o bem-estar comum, agora estes vínculos se tornaram mais frouxos e se romperam.

As novas formas de relação e relacionamento<sup>4</sup> colocam em risco, inclusive o sentimento de solidariedade. O resultado disso, segundo ele, é a substituição de laços naturais

---

<sup>4</sup> Bauman faz distinção entre relação e relacionamento. O autor pensa nos relacionamentos humanos quase como jogos, nos quais homens e mulheres encontram-se desesperados, temerosos pelo abandono, com sentimentos cada vez mais descartáveis e, mesmo que digam o contrário, ansiosos pela segurança e estabilidade do convívio afetivo. Entretanto, apesar da busca constante por relacionar-se, o autor indica uma contradição latente que seria a desconfiança e o receio de estar ligado de maneira permanente, pois todas as responsabilidades e amargores das relações representam um peso árduo de ser carregado em longo prazo e ainda limitam a tão sonhada – e difícil de ser alcançada na plenitude – liberdade, que traz consigo uma série de possibilidades que deixam de ser experimentadas (BAUMAN, 2004). A busca maior nas relações atuais é pelo prazer e a satisfação imediata. Acreditamos, segundo o autor, que há uma fórmula possível de ser aplicada em todas as relações e que vai nos

por equivalentes artificiais, nos quais os sujeitos estão unidos por interesses compartilhados ou rotinas diárias (BAUMAN, 2007a). A ausência de laços fraternais mais fortes faz Bauman acreditar que:

Os medos nos estimulam a assumir uma ação defensiva. Quando isso ocorre, a ação defensiva confere proximidade e tangibilidade ao medo. São nossas respostas que reclassificam as premonições sombrias como realidade diária, dando corpo à palavra. O medo agora se estabeleceu, saturando nossas rotinas cotidianas; praticamente não precisa de outros estímulos exteriores, já que as ações que estimula, dia após dia, fornecem toda a motivação e toda a energia de que ele necessita para se reproduzir. Entre os mecanismos que buscam aproximar-se do modelo de sonhos do moto-perpétuo, a autorreprodução do emaranhado do medo e das ações inspiradas por esse sentimento está perto de reclamar uma posição de destaque. (BAUMAN, 2007a, p. 15).

Os medos da sociedade líquida colocam em risco nossa capacidade de acreditar e interagir com os outros, pois estamos constantemente criando zonas de conforto que priorizam a defesa pessoal. As rotinas da vida cotidiana, por exemplo, passaram a ser construídas a partir das angústias e das experiências tidas que geraram medo, o que dá a este sentimento uma posição de destaque.

Aliás, o lugar do medo na sociedade líquida é algo que precisa ser refletido, pois esse é o “mais sinistro dos demônios que se aninham nas sociedades abertas de nossa época” (BAUMAN, 2007a, p. 32). O medo surge da impotência e sem instrumentos para derrotá-lo ele se torna um inimigo silencioso e mortal.

Os medos contemporâneos estão sempre se alimentando de estímulos externos, para então tornarem-se reais e concretos dentro de nós. A mídia pode colaborar nesse processo ao buscar subsídios no medo para construir uma realidade pautada no terror. Os conteúdos reproduzidos nos meios de comunicação que abusam da violência, dos discursos de ódio e da intolerância, são exemplos de fatores externos que acentuam os medos, afinal eles se valem das sensações de pânico e insegurança para vender a violência como produto.

---

ajudar a evitar o sofrimento e o luto dos términos. Bauman afirma que buscamos os chamados “relacionamentos de bolso”, ou seja, aqueles que procuramos quando nos convêm e da mesma forma que os queremos com toda a nossa vontade, os descartamos, pois as relações mais profundas são pesadas e “é preciso diluir as relações para que possamos consumi-las” (2004, p. 10). Logo, é preciso controlar as relações, no sentido de racionalizá-las, para então aceitar fazer parte de uma.

### 2.3 Conteúdos populares: entre policiais e policialescos

A cobertura de fatos violentos como sequestros, assassinatos, homicídios e latrocínios, por exemplo, se tornou frequente e quase obrigatória nos conteúdos jornalísticos da televisão, jornais impressos e rádio. Não seria questionável a cobertura, se os veículos tratassem o problema de forma a levar a sociedade a refletir sobre a violência.

No entanto, as narrativas jornalísticas apelam, sobretudo, para as sensações e a construção negativa de sujeitos, instituições e lugares, em que as diferenças culturais ou sociais são afirmadas, diferenciadas e discriminadas como processos de significações e de exclusão. Ou seja, são caracterizados os sujeitos de ‘bem’ e os sujeitos do ‘mal’, aqueles que merecem ser protegidos e defendidos, em detrimento daqueles que devem ser punidos, sem considerar o contexto dos atos ou dos aspectos jurídicos legais. (COSTA, 2005; 2011).

A intenção desses conteúdos jornalísticos de caráter popular<sup>5</sup> policialesco é mostrar ao público a violência das cidades de maneira crua argumentando que ela está cada vez mais inabitável, pois os bandidos estão à solta cometendo crimes impunemente, enquanto os ‘homens de bem’ e as famílias encontram-se presas nas próprias casas.

Percebemos que as histórias mostradas nesse jornalismo são construídas valendo-se da insegurança e do medo, descritos anteriormente por Bauman como angústias típicas da modernidade. Podemos considerar o medo como ponto de partida para a construção das narrativas que usam a violência como forma de intimidar a população e garantir a audiência. Porém, este processo é bem mais complexo e cíclico.

As atrações policiais, especificamente com relação aos programas de televisão, de rádio e os jornais impressos, não priorizam discussões mais profundas sobre a violência, a partir das causas e consequências do problema. Elas se valem da cobertura factual do cotidiano e a trabalham de modo superficial. A intenção está muito mais em seduzir o público para garantir a audiência do que em provocar a reflexão e entender os problemas de segurança pública.

A pesquisadora Marilena Chauí (2000) é enfática ao dizer que a maneira como estas discussões são conduzidas nessas narrativas, acabam por esvaziar a origem histórica dos problemas sociais – como é o caso da desigualdade –, por exemplo, pois elas naturalizam

---

<sup>5</sup> Samuel e Costa (2015, p. 4) afirmam que o termo “popular” é um conceito abstrato que está relacionado a “tudo que é aceito em larga escala, por todas as classes sociais de massa consumidora”. O conceito não está necessariamente ligado a fatores econômicos, mas ele é relevante quando pensamos na relação de consumo dos veículos de comunicação. De acordo com os autores, as narrativas jornalísticas criam representações do “popular” baseadas no perfil de consumo das classes de baixa renda, sendo que a principal finalidade dessa estratégia é se aproximar da vida do cidadão comum.

formas visíveis e invisíveis de violência. É como se estas atrações tivessem uma fórmula padrão. Especificamente com relação aos programas televisivos, Costa (2011) vai denominar essas narrativas como modelos midiáticos de espetáculo em programas televisivos. Segundo ela,

As imagens se tornam peças centrais, pois são chamariz e o eixo condutor dos programas televisivos. O princípio da seleção é a busca do sensacional e do espetacular. A televisão convida à dramatização, ou seja, pelas imagens, exagera a importância de um acontecimento, a gravidade, o caráter dramático e trágico da violência e, ao mesmo tempo, banaliza os fatos, utilizando expressões pessoais (do apresentador) no julgamento dos envolvidos. (COSTA, 2011. p. 180)

Nessa sociedade do espetáculo<sup>6</sup> há um anestesiamiento do público diante dos fatos mostrados, tornando os indivíduos frios em relação ao que sentem e quando há sentimentos envolvidos geralmente são de desprezo e repulsa pelo ‘outro’. Em geral, as pessoas mostradas são, na maioria, pobres e moradores da periferia. Percebemos assim, que há um padrão na construção da figura do ‘inimigo’, com o qual não se pode ter empatia ou solidariedade. A fala dos apresentadores, de rádio e televisão, por exemplo, gira em torno do castigo e da punição que os acusados “merecem”.

No jornalismo policial ou nos programas de caráter popular, o que tem espaço é a pobreza e a ratificação dos estereótipos do crime. De acordo com Chauí:

De fato, a violência é posta como sinônimo de chacina, massacre, guerra civil tácita e indistinção entre crime e polícia – a violência é o que se exprime através dessas imagens, localiza-se nelas. Crise ética, fraqueza da sociedade civil e debilidade das instituições políticas relacionam-se com a violência de outra maneira: indicam impotência no combate à violência, já definida e localizada em outro lugar; ou seja, a questão ética, a social e a política não são percebidas como formas de violência, mas como instrumentos débeis para combatê-la. A distinção entre dois grupos de imagens e expressões, um deles como portador da violência e o outro como impotente diante dela, não é senão a nova maneira de repetir o modo como no Brasil evitamos discutir em profundidade o fenômeno da violência. (CHAUÍ, 2006, p. 117).

---

<sup>6</sup> Para Debord (1997) vivemos na sociedade do espetáculo, que a todo o instante fabrica a alienação dos sujeitos e transforma a vida em mercadoria. Segundo ele, preferimos as representações à realidade e por espetáculo o autor entende “não só um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (1997, p. 9). O autor segue dizendo que seria uma visão cristalizada do mundo na qual: “O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e no seu corolário — o consumo”. (DEBORD, 1997, p. 9-10).

Percebemos que o retrato da violência nas atrações policiais está geralmente relacionado à guerra entre policiais e criminosos. O combate entre eles é localizado nas periferias e colocado ao público em uma espécie de narrativa de guerra em que se torce para que os ‘mocinhos’ ganhem dos ‘bandidos’. As demais formas de violência citadas pela autora, que são tão prejudiciais à sociedade quanto o primeiro tipo citado neste parágrafo, acabam não ganhando o mesmo foco e por isso são tratadas de maneira diferente, como se fossem menores, sendo que essa diferenciação nas abordagens cristaliza formas de pensar e não permite a discussão do fenômeno como assim deveria ser.

Desta forma, instituições, organizações e grupos da sociedade civil preocupados em discutir como a violência é abordada na mídia são necessários para refletir acerca da temática. Desde 2011, a organização da sociedade civil ANDI – Comunicação de Direitos<sup>7</sup> tem realizado um trabalho de monitoramento das violações de direitos na mídia brasileira, em parceria com a sociedade civil, órgãos do Estado e Cooperação Internacional, buscando contextualizar e compreender o jornalismo policial que é praticado hoje no país. Desse monitoramento foram geradas três publicações, cada uma explorando aspectos diferentes dos programas policiais.

O monitoramento realizado pela ANDI objetiva compreender o tratamento dispensado pelos veículos às questões ligadas a violência, ou seja, o caráter policial dos fatos.

Por “policialescos” compreendem-se os programas de rádio e TV dedicados a narrar violências e criminalidades, sendo caracterizados pelo forte apelo popular. Diferentemente dos noticiosos em geral, que tratam de variados aspectos da vida social de modo relativamente equitativo, essas produções são focadas majoritariamente em temas vinculados a ocorrências de ordem policial, ainda que, eventualmente, insiram entre as narrativas um ou outro assunto estranho ao rol de fatos violentos, delituosos ou criminosos. (VARJÃO, 2016, p.12)

Segundo Moura (2015), as atrações policiais que conhecemos hoje possuem um contexto histórico na televisão brasileira, afinal os programas do eixo sul-sudeste que proliferaram, principalmente nos últimos 10 anos a partir das emissoras filiadas nas capitais do país, têm suas raízes em programas como o “Aqui e Agora”, sucesso do canal SBT, que surgiu no início da década de 90. A autora explica que estas produções sempre exploraram a

---

<sup>7</sup> A ANDI foi criada em 1993 como organização da sociedade civil, ou seja, Agência de Notícias dos Direitos da Infância, com a finalidade de promover o fortalecimento de uma relação ética e profissional entre as faculdades de comunicação, veículos de comunicação e outras entidades, com vistas à agenda do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos. Após avaliadas as contribuições em outras áreas temáticas, a ANDI ressignifica seu papel, conforme informações disponíveis no site da ANDI, agora como ANDI – Comunicação e Direitos, e amplia sua missão, atuando em três frentes: Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação.

linguagem realística e eram vistas como sendo de caráter popular. Na provável tentativa de seduzir o público criavam narrativas de suspense e espetáculo, com direito a clímax e final apoteótico – nem sempre feliz, é claro.

Costa (2011) afirma que estes programas seguem uma espécie de padrão e por isso delimitou características peculiares a eles, entre elas: a) gênero; b) assuntos; c) chavões; d) público; e) linguagem; f) personagem; g) matérias; h) publicidade; i) apresentador; e j) imagens.

O conteúdo jornalístico apresentado pertence ao gênero “Policial”, mas os programas se intitulam “jornalístico policial”. Apesar de usarem recursos do jornalismo, seja na pré ou produção do conteúdo, muitos deles se aproximam muito mais do entretenimento graças ao uso excessivo da opinião pessoal, da ironia e do humor, como na construção das histórias e nos comentários dos apresentadores (nos casos da televisão e do rádio). Os casos apresentados pelos repórteres são reconstruídos pelos apresentadores, que emitem suas opiniões como ‘juízes’.

Os assuntos apresentados variam de roubo de galinhas a brigas de vizinhos e batidas policiais. Passam pelo eixo privado, porém apresentam violências relacionadas a assaltos, sequestros, homicídios, entre outras formas extremas de agressão, assim como reforçam o imaginário de espaços de medo, como a periferia e a cidade violenta.

Outro aspecto marcante destacado por Costa nas suas análises são os chamados chavões – expressões utilizadas pelos apresentadores para atrair a atenção do público, e também reforçar o caráter de defensores do povo. Essas palavras fortalecem o reconhecimento dos programas e apresentadores pelo público. O público dessas narrativas pertence predominantemente às classes sociais C e D, ou seja, com baixo poder aquisitivo e de escolaridade.

Portanto, os programas, assim como os jornais impressos abusam dos apelidos, do senso comum e das expressões de caráter popular. A linguagem utilizada é agressiva, irônica, abusa do sarcasmo e da intimidade excessiva com o público. Há o uso excessivo de gírias e palavrões, sem qualquer preocupação com o uso correto da língua portuguesa (COSTA, 2011). Em outras palavras, utilizam não uma linguagem simples, mas simplória com exagero ao ‘chulo’, que é descuidada e repleta de termos vulgares ou de palavrões.

É comum, de acordo com Costa (2011), no caso dos programas televisivos e de rádio sobre polícia, a utilização de personagens, ou seja, caricaturas que proporcionam uma atmosfera cômica às atrações. Essa estratégia ajuda na aproximação entre o programa e o público e o faz quebrar a formalidade do formato jornalístico.

Os responsáveis por apresentar os personagens, quebrar a seriedade das notícias e comentá-las são os apresentadores, que servem como “paladinos da justiça e da moralidade” (COSTA, 2011, p. 190). Eles exageram as características de uma pessoa de uma forma humorística, assim como em algumas circunstâncias acentuam gestos, vícios e hábitos particulares em cada indivíduo. A construção dessas falas é sempre de forma pejorativa ou negativa.

As matérias apelam à superficialidade, sem profundidade de conteúdo ou fontes. Geralmente os policiais são as fontes, vistos como os detentores da verdade. A comunidade é pouco ouvida e há um julgamento prévio das pessoas envolvidas pelos apresentadores, utilizando argumentos de culpabilidade aos indivíduos identificados e presos.

Outro aspecto central desses programas é a publicidade que se mistura à informação. Diferente do jornalismo investigativo, que se pauta na coleta de dados e fontes, as narrativas dos programas se aproximam do entretenimento, com a inserção de propagandas no meio das notícias. Ou seja, momentos em que estão sendo apresentados os fatos, os apresentadores fazem pausa para anunciar algum produto e depois retornam ao repórter e à cobertura.

Uma questão marcante das narrativas policiais, no caso da tevê e do rádio, é o apresentador. Essa figura é um mediador das relações entre veículo, programa e público. A mediação é entendida, conforme nos indica Braga (2012, p. 32) como “um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes”.

A ideia de mediação corresponde à percepção de que não temos um conhecimento direto dessa realidade – nosso relacionamento com o “real” é sempre intermediado por um “estar na realidade” em modo situado, por um ponto de vista – que é social, cultural, psicológico. O ser humano vê o mundo pelas lentes de sua inserção histórico-cultural, por seu “momento”. (BRAGA, 2012, p. 32).

As falas dos apresentadores representam ‘defesa’ da população contra as injustiças e a ‘sociedade do mal’ (KABUENGE; COSTA, 2015) figuram contra os indivíduos envolvidos em crimes ou criminalidades.

As imagens sejam fotográficas, textuais ou audiovisuais, compõem importantes recortes desses modelos midiáticos, conforme nos indica Costa. Segundo ela, as imagens reiteram os indivíduos da ‘sociedade do mal’, centrando a câmera nas pessoas presas, ou então, repetindo cenas violentas, explícitas e chocantes para o público, como forma de demarcar o ato violento.

## 2. 2 A Comunicação na sociedade líquida

A comunicação é uma necessidade humana tanto quanto comer ou dormir. Com ela expressamos pensamentos, estabelecemos relações, construímos memórias, adquirimos conhecimento e interagimos com o outro, sendo este o elemento fundamental para que se realize o processo comunicacional, não no sentido de transmissão, mas como relação interativa e social entre os indivíduos. A comunicação permite a união de gerações e períodos históricos, ou seja, é um fenômeno de todas as épocas.

Na compreensão de Dominique Wolton a comunicação é um fenômeno social de sucesso, pois permite ao homem técnicas que rompem com as limitações de tempo e espaço. O autor é um entusiasta do tema e por isso é considerado por muitos como um otimista. Para ele, o êxito do fenômeno se deve diretamente à Modernidade, época contemporânea que “privilegia a liberdade, o indivíduo, o direito à expressão e o interesse por técnicas que simplificam a vida: todos esses elementos estão presentes na comunicação” (WOLTON, 2004, p. 49).

Percebemos uma convergência nos pensamentos de Zygmunt Bauman e Dominique Wolton. Enquanto o primeiro é mais realista dentro de suas abordagens, o outro é mais esperançoso e apaixonado. As duas perspectivas interessam para esta pesquisa, pois mostram a construção e a importância da comunicação na Modernidade. Entretanto, assumimos que apesar das aproximações nas duas perspectivas há também diferenças que serão expostas a seguir.

De acordo com Wolton (2004) a comunicação é o fenômeno que construiu e permeou a Modernidade, afinal foi a partir dela que os mundos, antes fechados em si e nos próprios interesses, se abriram uns aos outros, de modo que foi possível trocar aquilo que era imaterial, como por exemplo, a cultura e as ideias. Trata-se então de um processo de reconhecimento do outro a partir das relações estabelecidas em processos longos e complexos que representaram uma revolução. Para ele, a abertura ao outro é uma condição da comunicação (WOLTON, 2004).

Segundo o autor,

A comunicação é um dos mais brilhantes símbolos do século XX; seu ideal de aproximar os homens, os valores e as culturas compensa os horrores e as barbaridades da nossa época. A comunicação é também uma das frágeis aquisições do movimento de emancipação, uma vez que o seu progresso caminha junto com o combate pela liberdade, pelos direitos humanos e pela democracia. (WOLTON, 2004, p. 27).

O reconhecimento do outro durante o processo comunicacional talvez seja o primeiro ponto de divergência entre os autores. Enquanto Wolton crê que a comunicação, enquanto ato revolucionário, tenha o objetivo de reconhecer e organizar as relações com o outro, Bauman ressalta os problemas de individualidade, fragmentação, insensibilidade moral e ética expõem questões da sociedade líquida que atingem diretamente o processo comunicacional, o que nos mostra que, diferente da perspectiva de Wolton, o autor acredita que nem sempre há o reconhecimento do outro e isso por consequência compromete a comunicação.

A diferença nas perspectivas iniciais quando Wolton sustenta que a comunicação, considerada elemento central da cultura ocidental, diz que “o outro é igual de si” (WOLTON, 2004, p. 50). Nesse ponto de vista estaríamos sempre disponíveis a compreender e ajudar nas necessidades dos demais incluindo inimigos e estranhos, pois os enxergaríamos como iguais e não como sujeitos inferiores. No entanto, a modernidade líquida descrita por Bauman considera que estamos moralmente insensíveis.

Bauman (2014, p. 20) empregará o conceito de “insensibilidade moral”, para demonstrar “um tipo de comportamento empedernido, desumano e implacável, ou apenas uma postura imperturbável e indiferente, assumida e manifestada aos problemas e atribuições de outras pessoas”. Reflexões que corroboram com as análises sobre as relações entre violência e direitos humanos. Ou melhor, as construções que essas narrativas sobre violência fazem dos indivíduos envolvidos em crimes ou criminalidades na sociedade contemporânea e que afetam a comunicação.

A insensibilidade é utilizada como metáfora pelo sociólogo, com o objetivo de identificar a disfunção de alguns órgãos dos sentidos (óptico, olfativo, auditivo ou tátil) que perdem a capacidade de perceber estímulos que em condições “normais” evocariam imagens, sons ou outras impressões. Ou seja, a própria insensibilidade moral humana de perceber o que acontece com o outro.

A não percepção dos primeiros sinais de que algo pode dar ou já está dando errado com nossa capacidade de conviver e com a viabilidade da comunidade humana, e que, se nada for feito, as coisas poderão piorar, significa que o perigo saiu da nossa vista e tem sido subestimado por tempo suficiente para desabilitar as interações humanas como fatores potenciais de autodefesa comunal – tornando-as superficiais, frágeis e fissíparas (BAUMAN, 2014, 21-22).

Outra diferença identificada é que Bauman acredita na liberdade e na luta pelos direitos humanos, porém não considera que vivemos em um espaço democrático, como afirma

Wolton, que enxerga na comunicação outra condição para o sistema. Para Bauman a democracia seria uma aventura seletiva e limitada, da qual nem todos fazem parte. O impedimento da participação se dá desde a criação e alteração das leis, que só pode ser feita por poucos, até sua interpretação (BAUMAN, 2007a).

O autor é assertivo quando diz que “deixada à sua própria lógica de desenvolvimento, a “democracia” poderia continuar sendo não apenas na prática, mas também de modo formal e explícito, um assunto essencialmente elitista” (BAUMAN, 2007a, p. 70).

Porém, Wolton reconhece que a comunicação nesta era também possui fragilidades. O mal-estar se daria, entre outras razões, pois ela abrange tudo. Contudo, o autor afirma que “o século XX assiste ao triunfo da comunicação, mas uma comunicação fortemente marcada, tanto por suas ambiguidades como por seus avanços, o que explica as dúvidas e as questões que se antecipam para o próximo século” (WOLTON, 2004 p. 27-28). Logo, afirmamos que a comunicação, com todas as suas ambiguidades e controvérsias, também está passível de ser ambivalente (BAUMAN, 1999), o que a coloca numa posição de constante construção e aperfeiçoamento.

Wolton estabelece três hipóteses relacionadas à comunicação e a sociedade moderna, que são: a comunicação como condição da modernidade; a comunicação como desafio da sociedade individualista de massa; e a inteligência do público. Segundo o pensador francês, “elas caracterizam a posição ‘empírico-crítica’ que destaca a importância teórica da comunicação e sua adequação ao modelo da democracia de massas, sem deixar de criticar a distância constante entre os atos e as referências” (WOLTON, 2004, p. 55). Logo a intenção das três hipóteses levantadas é discutir o lugar ocupado pela comunicação nesse contexto.

A primeira hipótese diz respeito ao fenômeno da comunicação – e a linguagem – que está na raiz de qualquer experiência humana. Porém para compreender esta primeira afirmação se faz necessário entender os sentidos que estão por trás da palavra ‘comunicação’. De acordo com o autor, há dois sentidos latentes: o de partilhar e o de transmitir e/ou difundir. Partilhamos aquilo que desejamos expressar, em outras palavras seria a busca pelo outro. Ao longo dos séculos o homem foi aperfeiçoando suas técnicas de transmitir e difundir conhecimento, a exemplo da imprensa, o telefone, o cinema e tantos outros meios. Nesta hipótese o modelo de comunicação ocidental está centralizado na comunicação do indivíduo (WOLTON, 2004).

A segunda hipótese e, comunicação como desafio da sociedade moderna, tem uma relevância na construção teórica deste projeto de pesquisa, considerando a crise existente na relação entre o indivíduo e a coletividade. Para Wolton (2004), há três dimensões a serem

consideradas na sociedade individualista de massa: o indivíduo, a massa e a comunicação. De acordo com o autor a sociedade individualista de massa é vista tanto como uma realidade quanto como um modelo, isto é, a união vitoriosa de dois movimentos opostos: de um lado, o movimento que aposta na liberdade do indivíduo; e do outro, o que busca a igualdade no sentido da coletividade.

A Modernidade faz surgir o conceito de indivíduo e a tradição liberal do século XVIII, que estava presente em aspectos políticos e econômicos, apoiando a ideia do sujeito em destaque nas relações. Já a tradição socialista, que se dá no século XIX, tem seu entendimento na igualdade social que faz parte da emancipação coletiva. Para Wolton (2004), o sucesso da comunicação nessa hipótese se dá justamente nessa contradição com intenções tão distintas.

Para o autor pensar a comunicação nesse contexto é considerar a “massificação”, ou seja, o longo alcance que advém das novas tecnologias da comunicação, e ainda levar em consideração a “individualização”, pois estas mesmas mídias são trabalhadas para que o indivíduo tenha “a impressão de poder dialogar ‘naturalmente’ com qualquer pessoa do outro lado do mundo” (2004, p. 62). Logo, a comunicação de massa que vivemos hoje acentua a sensação e fortalece o processo de individualização, pois dá aos sujeitos a ilusão de serem únicos.

A sociedade individual que não enxerga ou considera os aspectos coletivos prejudica os processos comunicacionais, afinal a confusão está na falta de compreensão sobre os limites da liberdade do indivíduo e que por isso acaba sendo levada ao extremo, pois não considera os outros, e assim coloca os direitos individuais à frente dos demais.

A interface entre a busca da felicidade individual e as inelutáveis condições de vida em comum será sempre um local de conflito. Os impulsos instintivos dos seres humanos tendem a se chocar com as demandas de uma civilização inclinada a enfrentar e vencer as causas do sofrimento humano. (BAUMAN, 2014, p. 120).

Logo, a crise na relação entre o indivíduo e a coletividade afeta a comunicação quando o primeiro tenta se sobrepor ao outro, de modo que os interesses dos sujeitos, individualmente, são sempre colocados em primeiro lugar já que este “outro” é por vezes visto como um estranho ou um inimigo, logo um indivíduo que não é merecedor de qualquer consideração.

Segundo Bauman (2008b), a crise existente na relação entre o indivíduo e a coletividade se explica pela individualização dos sujeitos nas sociedades que se tornou um destino e não mais uma escolha, como antes. Esse processo cria em cada sujeito a ilusão de

que são únicos e que seus interesses, desejos e necessidades devem estar à frente dos outros, o que inclui, inclusive, as relações. Hoje, as relações se tornaram exclusivas fontes de prazer.

As relações que os indivíduos estabelecem com os outros têm sido descritas hoje como “puras” – significando ‘sem nós’, sem obrigações incondicionais assumidas e, assim, sem predeterminação, portanto, sem uma hipoteca para o futuro. O único alicerce e a única razão para que a relação continue, como se tem dito, é a quantidade de satisfação mútua com ela obtida. (BAUMAN, 2014, p. 22).

Por fim, a terceira hipótese de Wolton trabalha como o público é geralmente negligenciado, em relação à recepção. O indivíduo, integrante do processo democrático, tem seu senso crítico questionado, pois, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que tem capacidade para escolher seus representantes políticos, em contrapartida, é visto como ‘incapaz’ de distinguir certas mensagens da comunicação (WOLTON, 2004).

Claramente a terceira hipótese de Wolton contradiz o perfil de consumo das notícias mostradas em veículos de caráter policialesco, nos quais os programas e jornais buscam falar e escrever aquilo que acreditam que o público deseja ler, ouvir ou assistir. O público não possui mais o perfil passivo de outros tempos, hoje, graças também a possibilidade de interagir, ele se mostra mais ativo na construção da notícia e no que deseja consumir.

## **2.4 O poder da comunicação:**

Se o ato de comunicar é uma característica básica da natureza humana, devemos entender que a comunicação também é um processo intimamente relacionado ao poder. Como bem diz Castells (2015) o poder é o processo mais fundamental de uma sociedade, pois ela se constrói rodeada de valores e instituições que priorizam as hierarquias. Logo, constata-se o poder como um elemento essencial e presente nas relações entre os sujeitos da sociedade líquida. Para o autor:

As relações de poder são marcadas pela dominação, que é o poder entranhado nas instituições da sociedade. A capacidade relacional do poder está condicionada, mas não determinada, pela capacidade estrutural de dominação. Instituições podem se envolver em relações de poder que dependem da dominação exercida por seus sujeitos. (CASTELLS, 2015, p. 57).

Ter poder significa influenciar as decisões do outro e ser coercitivo. Segundo o autor, há relação entre poder e a capacidade estrutural de dominação, pois para que o indivíduo seja dominado, com exceção dos casos de uso da violência física, é necessário por parte do lado

dominado que haja consentimento, aceitação e submissão, afinal “nas relações de poder há sempre um grau maior de influência por parte de um ator sobre o outro” (CASTELLS, 2015, p. 57).

Apesar de Castells dedicar a maior parte de seus estudos para compreender as relações nas redes sociais online, sua compreensão acerca de poder e sociedade e conglomerados midiáticos são importantes para entendermos o poder da comunicação nos tempos contemporâneos.

Nos últimos tempos, em especial nas duas últimas décadas, o poder dos veículos de comunicação – que apesar de não usar a violência física, possuem capacidade de dominação principalmente ideológica - e o processo de comunicação passaram por transformações, pois foram descentralizados<sup>8</sup> e os grandes grupos midiáticos perderam e estão perdendo forças<sup>9</sup>.

Os meios de comunicação, que formam redes são “conjuntos de nós conectados” (CASTELLS, 2015, p. 66) que trabalham em prol de um objetivo: ganhar cada vez mais poder e dinheiro, afinal eles também são conglomerados políticos e econômicos.

Wu (2012) afirma que todas as mídias nascem livres e abertas, ou seja, sem compromissos com certos valores ou questões. Todas elas surgem com uma infinidade de possibilidades em relação às inovações, principalmente de uso e conteúdo. No entanto o caráter capitalista destes grupos os faz ter o lucro e a intenção de domínio à frente de qualquer outro interesse.

Um dos sintomas da necessidade de domínio, importante para manter qualquer veículo, é que hoje os grupos midiáticos se encontram em diferentes plataformas (incluindo a internet e a possibilidade de acesso irrestrito por computadores, tablets e smartphones), no intuito de alcançar mais o público e aumentar suas possibilidades comerciais<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Não precisamos mais de grandes estruturas para garantir que teremos alcance e repercussão e isso se deve, entre outros fatores, a um fenômeno chamado por Manuel Castells (2015) de “autocomunicação de massa”. Ele nos explica que há uma rede horizontal de comunicação interativa que conecta o local ao global. À medida que os usuários da rede se apropriam das novas ferramentas tecnológicas, são construídos sistemas próprios de comunicação de massa, em uma espécie de “autismo eletrônico”, no qual essas páginas nas redes sociais digitais são usadas essencialmente para falar de si.

<sup>9</sup> Essa mudança foi proveniente da reconfiguração dos processos comunicacionais, e com a chegada da chamada Internet 2.0 e mais recentemente da Internet 3.0, muitas das relações de poder ligadas aos impérios da comunicação em todo o mundo começaram a ser questionadas, perder forças e assim a se desestruturar. Os veículos de comunicação de massa, que há algumas décadas tinham a publicidade ao seu lado e o poder absoluto de influenciar os indivíduos, se viram abalados e perdendo lugar graças a proliferação de canais alternativos de comunicação. Antes, para dar uma notícia era necessário ter um veículo de comunicação de massa como um jornal de circulação nacional ou uma grande emissora de televisão, hoje basta postar nossa informação em perfis de rede social online e dependendo do caso esperar a repercussão que pode, inclusive, ser imediata e de alcance mundial.

<sup>10</sup> Não é objetivo dessa pesquisa estudar as redes sociais online a partir de seus fenômenos. No entanto, é inegável que a internet hoje é um braço importante dos meios de comunicação tradicionais. A rapidez e a

A relação entre o sistema capitalista, seus conglomerados midiáticos, internet e a dependência da informação fez com que fossem criadas novas maneiras de consumo da mídia e da notícia. É o que afirma Túlio Costa (2005), ao dizer que a maneira de consumir mídia mudou. Do mesmo modo que mudou a maneira de produzir mídia:

Mudou porque a desagregação da esfera pública se traduz num jogo de comunicação entre múltiplos agentes que mimetizam facetas e técnicas da imprensa e as usam segundo as respectivas necessidades e interesses. Hoje, para que algo vire notícia, independentemente desse algo próprio, existe o trabalho planejado e profissional de lobistas, assessores de imprensa (transmutados em “agentes de comunicação”), analistas corporativos, assessores governamentais, blogs de analistas independentes, informações dispersas nas redes corporativas e acadêmicas, além das outras fontes tradicionais de informação. Nos lances de tensão nos quais se dá formato às notícias e ao espetáculo que a envolve na mídia, cada jogador atua com o seu peso e sempre de forma assimétrica (TÚLIO COSTA, 2005, p. 188).

Ter poder midiático significa ter controle dos meios de comunicação. Por isso, a compra de empresas de comunicação por outras empresas semelhantes faz parte da economia globalizada e a concentração não é um fenômeno exclusivo de países ricos ou pobres, ele acontece indiscriminadamente.

O Brasil, assim como os outros países, possui seus conglomerados midiáticos, já que, segundo Castro (2012), está vulnerável à concentração midiática, pois em 2002 foi aprovada a Emenda Constitucional 36<sup>11</sup> que autoriza a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação de origem brasileira, o que os torna também multinacionais.

O poder da mídia no país está concentrado nas mãos de 9.477 veículos de comunicação, que estão divididos entre emissoras que criam o próprio conteúdo, sendo a minoria, e o restante que reproduz o conteúdo, sendo nomeadas de redes e filiais, respectivamente. O controle está dividido entre grandes grupos nacionais e os grupos regionais, sendo que os primeiros são os detentores das concessões de rádio, televisão, jornais impressos, editoras e dos portais de notícia na internet.

Entre os maiores grupos nacionais estão as Organizações Globo, que pertencem à família Marinho e possuem 69 veículos de comunicação e o Sistema Bandeirantes de

---

interatividade com o público permitem a rádio, televisão e jornais impressos um alcance ainda maior do público, de modo à inclusive modificar seu perfil, que hoje é muito mais participativo e imediato.

<sup>11</sup> A Emenda Constitucional 36, homologada em 28 de maio de 2002, estabelece que no mínimo setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. Ou seja, os outros trinta por cento de empresas de radiodifusão podem pertencer ou ser administrados por empresas estrangeiras.

Comunicação, que pertence à Família Saad e hoje tem 47 veículos, entre emissoras de rádio e TV, aberta e por assinatura, rádio e portal (CASTRO, 2012).

No entanto, destacamos que apesar de menores os grupos regionais são significativos de modo geral, principalmente para a economia. Eles em sua maioria são negócios tradicionais e familiares, como as Organizações Rômulo Maiorana, ou estão ligados a políticos, como o Grupo Rede Brasil Amazônia, do político Jader Barbalho, ambos grupos paraenses.

Castro (2012; 2013) afirma que a política é outro modo de controlar a mídia. Muitos senadores e políticos brasileiros detêm a concessão de empresas midiáticas, sendo eles próprios os responsáveis por dar a autorização de uso. Apesar de a atitude ser ilegal e imoral, há pouca fiscalização a respeito e esse “acúmulo de poder é inaceitável em uma democracia” (CASTRO, 2012, p. 27). A seguir refletimos a cartografia da mídia na Amazônia paraense.

## **2.5 Política e poder na mídia da Amazônia paraense**

A mídia paraense é constituída basicamente por dois grupos: as Organizações Rômulo Maiorana, que detêm emissoras de rádio, TV, portal de notícias e jornal impresso na capital e em cidades do interior do Estado do Pará; e pela Rede Brasil Amazônia (RBA), que pertence ao político e empresário paraense Jader Barbalho<sup>12</sup>, de quem seus veículos também possuem ramificações no interior do Estado. Os dois grupos disputam um nicho, já limitado, na cidade que é o da informação. Por serem declaradamente concorrentes, estão em lados extremos e, graças a essa polarização, não é incomum que usem os próprios veículos como instrumentos de ataque mútuo.

O grupo Rômulo Maiorana oficialmente não pertence diretamente a nenhum político do Estado paraense, mas se alinha sempre, nas eleições, a partidos políticos contrários ao PMDB, partido do veículo do seu maior adversário comercial no Estado. Entretanto, os veículos de comunicação do grupo RBA (Rádio Clube AM, jornal *Diário do Pará*, Diário Online e RBA TV) possuem ligação declarada e explícita.

---

<sup>12</sup> O proprietário das emissoras Jader Barbalho já atuou como vereador, prefeito e governador do Pará, além de ministro da Previdência Social e do Desenvolvimento Agrário, ambos durante o governo de José Sarney. A vida política de Barbalho sempre chamou atenção pelos episódios polêmicos. Em 2002, após renunciar ao primeiro mandato de Senador da República, o político foi preso pela Polícia Federal, acusado de envolvimento no caso da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no qual vários políticos e funcionários foram acusados de desvio de verba pública e lavagem de dinheiro. A renúncia fez parte de uma manobra política para não ter o nome envolvido e o mandato cassado na Lei da Ficha Limpa. Entre as acusações contra Jader também constam crimes de corrupção e formação de quadrilha.

Uma das formas de dominar a mídia é a partir do controle político, como já dissemos, e o cenário midiático na Amazônia paraense não é diferente dos outros estados brasileiros, em que políticos detêm, mesmo considerado ilegal, a posse consentida da concessão de emissoras de rádio e TV. Segundo Castro:

Essa realidade fere a Constituição e a democracia. É evidente que a posse de veículos de comunicação por parlamentares significa um acúmulo de poder inaceitável em uma democracia. Além disso, é uma situação, a qual desequilibra completamente o jogo político, pois aqueles que possuem os próprios veículos encontram-se numa posição de vantagem na exposição pública de sua imagem, da de seus aliados, de seus interesses e suas posições. (CASTRO, 2012, p. 27).

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 a mídia precisa ser livre. Entretanto como é possível que assim seja, quando ela está comprometida com interesses políticos partidários, econômicos e pessoais? Paiva e Sodré (2013) afirmam que já não é possível fugir das responsabilidades sociais dos meios de informação mesmo que as corporações de mídia evitem ao máximo essa responsabilidade ao tomarem para si uma posição egoísta e mercadológica.

A neutralidade no jornalismo muitas vezes é uma utopia, afinal mesmo aqueles que se declaram imparciais escolhem um lado na história ao priorizarem ou favorecerem certas fontes, dar chance de resposta somente a um lado e não ao outro ou ainda durante a escolha de imagens na edição. Porém, isso fica ainda mais sério e comprometido quando os veículos de comunicação estão vinculados a partidos políticos, pois o acompanhamento e a cobertura ficam comprometidos.

Castro aponta ainda mais um problema:

Essa situação conforma um círculo vicioso de poder, ainda mais problemático pelo fato de que cabe aos próprios parlamentares a função de conceder outorgas dos serviços de TV e rádio. Ora, nesse caso, os concessionários são. Também, os concedentes, num conflito de interesses evidente, a ferir ainda mais os princípios democráticos. (CASTRO, 2012, p. 28).

A relação entre comunicação e democracia é central em Wolton (2004). Para o autor, não há democracia sem comunicação, pois esta seria a condição de funcionamento do processo democrático de massa. Porém, ao falar de comunicação, ele não está centrando seus estudos na mídia, mas sim no direito à informação. Para Wolton (2004, p. 240), na democracia existe a relação entre expressão, comunicação e ação, pois “não há política democrática sem a capacidade de expressão das opiniões e sem a comunicação entre atores”.

O que acarreta, segundo o pesquisador francês, numa relação complicada, com o triunfo da comunicação política.

Em relação à televisão, por exemplo, de acordo com a *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015*, 74% da população tem acesso à TV aberta. A televisão no Norte do país ainda cumpre o papel de levar conteúdo aos locais mais distantes da região e é um negócio lucrativo, afinal a Amazônia tem um cenário peculiar em relação às demais regiões do país quando o assunto são as concessões para radiodifusão<sup>13</sup>.

O estado do Pará, localizado na Amazônia Oriental, possui um cenário diferente da Amazônia Ocidental, encabeçada por Manaus, que tem uma centralização empresarial forte no setor midiático. Aqui também há uma variedade significativa de redes de cidades e rotas comerciais, o que reforça a ideia de que não há uma unificação no cenário da mídia na Amazônia (CASTRO, 2013).

O chamado “coronelismo eletrônico”, ou seja, a distribuição sem limites e controle de concessões de radiodifusão para políticos é ainda mais evidente no Pará, o que coloca em questão se esses veículos de comunicação seriam, na verdade, veículos de propaganda pessoal e partidária de seus proprietários.

Nesse contexto, acaba sendo inevitável que estes veículos se tornem vitrines, positivas obviamente, dos feitos políticos de seus donos, de modo a garantir mais eleitores para as sempre vindouras eleições. Os veículos de comunicação do grupo RBA, como veremos mais adiante na análise desta pesquisa, por vezes são usados como instrumento político a partir das matérias que retratam o cotidiano do Estado, principalmente em relação aos municípios da Região Metropolitana, em especial Belém e Ananindeua, que atualmente possuem gestores que pertencem ao PSDB, partido que faz oposição ao PMDB no governo.

## 2.5 O ‘outro’ na comunicação da sociedade líquida

Retomando aqui a ideia central da primeira hipótese de Wolton (2004) que considera o processo comunicativo como parte da natureza humana, a comunicação dos sujeitos é uma

---

<sup>13</sup> Entre 2005 e 2015, enquanto o Ministério das Comunicações concedeu 24,2% do total de outorgas<sup>13</sup> para o restante do país, a Amazônia Legal recebeu no mesmo período 53,4% das concessões. As TVs na região amazônica estão historicamente ligadas às igrejas, à política e aos grandes empresários. Em 2015, a Amazônia Legal tinha 508 emissoras ligadas às igrejas, 539 ligadas a políticos da região e 536 a empresários de diversos ramos. Se trouxermos esse panorama para mais próximo, mais especificamente no Pará, não é difícil confirmar que as principais emissoras locais abertas estão realmente ligadas a esses segmentos. Castro (2013), que estuda as peculiaridades sociais, econômicas e culturais do sistema de comunicação da região amazônica, afirma que a história e as características geopolíticas influenciam nas apropriações e usos dos sistemas da mídia local. Os grupos de comunicação situados aqui possuem um padrão de atuação empresas é sistêmica – ou seja, obedece a um padrão de atuação escalonada e hierarquizada (CASTRO, 2013, p. 439).

eterna busca pelo 'outro', segundo o autor. O 'outro', sujeito com quem falo ou de quem digo algo, é fundamental no processo comunicacional e por isso faz-se necessário entender quem é este 'outro' ao qual me refiro e qual a sua representação na sociedade.

Buber afirma que “o homem é um ser de relação” (2001, p. 26). A relação, vista aqui como um fenômeno, pode ser compreendida como o “diálogo”, a “relação essencial” ou ainda o “encontro”, sendo que cada um deles possui sentido próprio. Para o autor, o encontro é algo atual, já a relação necessita do encontro e por sua vez, esta última, possibilita o diálogo sempre novo.

Segundo Buber, é no encontro com o 'tu' que o 'eu' se reconhece e vice-versa, desse modo podemos afirmar que há uma relação de interdependência entre os sujeitos, principalmente na busca pelo reconhecimento. O homem, logo o 'eu', por si só, é um sujeito incompleto que só encontra uma vivência equilibrada nas relações que estabelece com o 'tu' ao longo da vida. Para isso ele propõe a existência do Eu-Tu baseada no diálogo (BUBER, 2001).

Entretanto, a relação entre o 'eu' e o 'tu' é complexa e incentiva a inquietude. Buber acreditava que a sociedade contemporânea estava doente, pois ela contribui para degradação do humano, que só poderia encontrar a salvação no poder que este mesmo homem tem de relacionar-se com o 'tu' e na força que este diálogo tem de torná-lo livre responsável pelas próprias escolhas (BUBER, 2001).

Emmanuel Lévinas (2000), assim como Bauman, enxerga que nesse processo há uma espécie de não reconhecimento e até mesmo de negação do 'outro'. O autor acredita que as relações humanas são complexas, já que o 'eu' se constrói na relação não apenas com o 'outro', mas sim com diversos 'outros', que criam uma existência plural.

O outro é significação, mas significado sem contexto nem horizonte nem fundo cultural. De ordinário, vive-se num contexto e dele recebe significação. Porém, uma redução fenomenológica levada até o fim transpõe os cenários todos e a própria mundaneidade. O outro é sentido por si só. Tu és tu absolutamente. Compreensão alguma pode abarcá-lo, superando os poderes do Eu ou da totalidade. O outro é o que não pode ser contido, que conduz para além de todo o contexto e do ser. (LÉVINAS, 2000, p. 17).

No pensamento de Lévinas, a ética é vista como a primeira filosofia e por isso impulsiona todas as outras. Segundo essa ideia o princípio ético leviniano fala que nós sempre seremos responsáveis pelo 'outro', pois o Ser só encontra seu verdadeiro sentido na relação face a face com o outro sujeito. Por isso ele explica que “na relação interpessoal, não se trata

de pensar conjuntamente o Eu e o Outro, mas de estar diante. A verdadeira união ou junção não é uma função de síntese, mas uma junção de frente a frente” (LÉVINAS, 2000, p.69).

O indivíduo não está fechado em si mesmo, ele necessita do ‘outro’ para refletir acerca de si mesmo. Lévinas chamará de ‘alteridade’ o processo em que o sujeito se encontra aberto ao ‘outro’ e a toda a bagagem que ele possui, seja ela semelhante ou diferente. Na sociedade contemporânea, em que enxergamos o outro como inimigo, é difícil exercitar a alteridade descrita pelo autor, pois ela implica descartar as diferenças, repulsas e particularidades incomuns do outro. O autor é categórico ao dizer que as guerras não permitem qualquer possibilidade de alteridade entre os sujeitos, pois são o ápice do individualismo (LÉVINAS, 2000).

Bauman em sua obra recorre inúmeras vezes ao pensamento de Lévinas. Ao falar sobre relações e relacionamentos, sejam eles amorosos, pessoais, profissionais ou com estranhos – pois sim, nós nos relacionamos com estranhos e com o desconhecido. Segundo ele, as relações contemporâneas estão cada vez mais flexíveis e efêmeras. As características da modernidade líquida, entre elas a rapidez, a individualização e a desconfiança afetam a capacidade de reconhecer e amar o próximo, nossos parceiros de vida e até nós mesmos, pois segundo o próprio autor estamos cada vez mais insatisfeitos graças às buscas sem propósito e inconvenientes às quais nos propomos. As características da sociedade líquida podem ser compreendidas como algumas das razões para não conseguir exercer a alteridade descrita por Lévinas.

Para esta pesquisa nos interessa a relação com o ‘outro’ que é um estranho, ou seja, o indivíduo com quem não tenho relações prévias e não crio vínculos posteriores. A vida líquida com todas as regras e padrões estabelecidos de convivência propõe a criação de comunidades homogêneas, que tem como pré-requisito a identificação com o outro que faz parte desse convívio:

Para as pessoas inseguras, desorientadas e assustadas pela instabilidade e transitoriedade do mundo que habitam, a “comunidade” parece uma alternativa tentadora. É um sonho agradável, uma visão do paraíso: de tranquilidade, segurança física e paz espiritual. (BAUMAN, 2005, p. 68).

Nos nós aglomeramos graças ao princípio da afinidade e buscamos no outro um pouco de nós mesmos. Tudo aquilo ou todos os seres que não se encontram nessas comunidades homogêneas nos causam estranhamento e logo são vistos como “diferentes” (BAUMAN, 2006). De acordo com Bauman, estamos aglomerados por afinidades e recusamos o que não se enquadra nelas. Demonizamos o outro que não se encaixa no nosso perfil, transformando-o

no motivo dos nossos medos e autor de todas as ameaças à estabilidade de nossa vida privada. O sujeito que temo, pela falta de reconhecimento, é rebaixado e marginalizado, e esse processo acontece porque deixamos de nos tornar sensíveis às suas necessidades mais básicas.

Bauman (2007a) fala que nós tememos a aproximação do “outro”, pois este indivíduo é visto como uma constante ameaça que pode desestabilizar ou destruir a organização familiar, profissional ou social, logo este sujeito será sempre um problema, um empecilho que deve ser eliminado; por isso tudo aquilo que é feito para garantir sua destruição se torna válido e socialmente aceito.

Entretanto, apesar da falta de elos na sociedade líquida contemporânea, Bauman (2010) acredita que ainda assim somos responsáveis uns pelos outros, mesmo que isso vá de encontro às nossas vontades – afinal, tudo o que fazemos ou deixamos de fazer impacta a vida de todos em maior ou menor proporção. Logo, estas relações não podem ser ignoradas:

Um estímulo evidente para nossa falta de responsabilidade em relação aos nossos atos é a ignorância dessa teia complexa de conexões. A maioria dos efeitos de nossas ações ou negligências, ou da ação da negligência dos outros, acaba aparecendo como consequências inesperadas, efeitos colaterais surpreendentes ou estragos não calculados. Nós podemos limitar os danos (embora talvez seja impossível eliminá-los por completo) se aprendermos mais sobre a importância do bem-estar das pessoas e o quanto elas podem sofrer com o resultado de nossas ações. (BAUMAN, 2010, p. 76).

A partir das reflexões de Bauman, que nos apresenta uma sociedade contemporânea formada por sujeitos fechados em seus próprios círculos de interesses, mas que em contrapartida buscam estar unidos em diferentes grupos movidos por afinidades ou características em comum, por que temos tanta dificuldade para aceitar ou nos relacionar com outro? Onde estará a dificuldade de respeitar ao próximo? É possível agir eticamente na relação com os outros?

#### 2.5.1 É possível amar o ‘outro’ que não conheço?

Não é nossa intenção e nem nossa área de conhecimento explorar em profundidade o campo da Psicanálise, contudo entendemos que, para compreender o contexto em que está o objeto desta pesquisa, por isso algumas explicações são necessárias nessa área. Uma das afirmações mais conhecidas na cultura ocidental cristã é “amarás teu próximo como a ti mesmo”. Na verdade, a frase antecede o cristianismo e foi alvo das discussões de Freud (2014) na obra *O mal-estar na cultura*.

Segundo ele, ouvir esta afirmação pela primeira vez causa certo estranhamento. Ora, como conseguirei amar o outro como amo a mim? Como o faço? De que isso me serve? Como criar sentimentos dessa natureza por alguém que tão pouco ou sequer conheço? Estes são apenas alguns dos possíveis questionamentos para esta afirmação.

Talvez essa máxima seja uma das mais difíceis de ser colocada em prática, afinal, em uma primeira análise, significa ter altruísmo e desprendimento. A dificuldade em realizá-lo se dá possivelmente, segundo Freud (2014, p.119), porque “o meu amor é algo valioso para mim, que não devo desperdiçar sem prestar contas. Ele me impõe deveres, que devo estar disposto a cumprir com sacrifício. Se eu amar uma pessoa, ela deve merecê-lo de algum modo”.

O amor genuíno direcionado ao próximo não leva em consideração qualquer tipo de ganho que o sujeito possa ter, seja de caráter material ou sexual. Trata-se da natureza bondosa que deseja ao outro aquilo que deseja para si e para os seus e que por isso não faz distinções entre os sujeitos. No entanto, se buscarmos entender essa afirmação, a partir de uma análise um pouco mais profunda, na verdade, ela pode ter nas suas raízes um sentimento mais egoísta e por que não dizer mais individualizado, afinal amar o próximo como amamos a nós mesmos seria buscar no outro nosso próprio reflexo.

Quando buscamos a nós mesmos no ‘outro’, estamos na realidade exercitando nossa individualidade e nosso egocentrismo, pois não estamos respeitando as diferenças e por consequência compreendemos implicitamente que nosso modo de ser e estar no mundo são ideais e mais corretos em relação aos demais.

Primeiramente, é preciso entender que é fácil amar aquilo que conhecemos ou que nos pertence, e é um exercício difícil direcionar este mesmo sentimento àquilo que não nos é familiar. Ora, minimamente trata-se de um pedido injusto: como posso amar o que não conheço assim como amo aquilo que é próximo a mim? Para Freud o amor direcionado ao outro somente acontece quando

O merece se, em aspectos importantes, for tão parecida comigo que eu possa amar a mim mesmo nela; ela o merece se for mais perfeita do que eu; de modo que eu possa amá-la como ideal de minha própria pessoa; tenho de amá-la se for filho de meu amigo, pois a dor do amigo, quando algum sofrimento o atinge, também seria a minha, e eu teria de partilhá-la. (FREUD, 2014, p. 120).

Ainda segundo o autor, amar o próximo como a si é, na verdade, uma ação antagônica e impossível, que vai de encontro à própria natureza humana. Se trouxermos para a realidade

da modernidade líquida – que a cada dia tem mais elementos que priorizam e movem o desejo individual –, como seria possível retornar ou desconstruir certos pensamentos e colocar o outro a nossa frente? E se este outro não tiver a mínima consideração por mim, ainda devo amá-lo? E se for um completo estranho?

Bauman (2001) explica que na era da modernidade líquida:

Os estranhos se encontram numa maneira adequada a estranhos; um encontro de estranhos é diferente do encontro de parentes, amigos ou conhecidos – parece, por comparação, um ‘desencontro’. No encontro de estranhos não há uma retomada a partir do ponto em que o último encontro acabou, nem troca de informações sobre as tentativas, atribuições ou alegrias desse intervalo, nem lembranças compartilhadas: nada em que se apoiar ou que sirva de guia para esse encontro. O encontro de estranhos é um evento sem passado. Frequentemente é um evento sem futuro (o esperado é que não tenha futuro), uma história para “não ser continuada”, uma oportunidade única a ser consumada enquanto dure e no ato, sem adiamento e sem deixar questões inacabadas para outra ocasião (BAUMAN, 2001, p. 111).

Diante deste cenário de indivíduos cada vez mais preocupados consigo, como amar aquele com quem não tenho laços? Segundo Bauman (2011, p. 41), “o outro pode ser uma promessa, mas é também uma ameaça. Ele ou ela pode despertar tanto desprezo quanto respeito, temor ou reverência. A grande questão é: qual dos dois é mais possível de acontecer?”

Para Bauman (2011, p. 44), esses estranhos são seres imprevisíveis e suspeitos, que personificam as ameaças, afinal “eles nos lembram, sejam quais forem as portas em que baterem, como é insegura a nossa segurança, quão fraco e vulnerável é nosso conforto, quão mal guardados são nossa paz e nosso sossego”. É este ‘outro’, tido como obscuro e ameaçador, fonte de desconfiança, desprezo e descrédito, aquele com o qual nos relacionamos, direta ou indiretamente, e que nos comunicamos. Continuando, Bauman afirma que o ‘outro’ é sempre o único culpado por nossas próprias desgraças, até as mais simples, e por isso compreendemos que seu desmerecimento é válido.

Na compreensão desse ‘outro’, de sua negação e marginalização na modernidade líquida e na explicação porque não conseguimos exercitar amor ao próximo, Bauman trabalha o conceito de ressentimento, apoiando-se em autores como Scheler e Nietzsche, considerando que esse sentimento é o maior obstáculo para cumprir a máxima do amor ao próximo como a si mesmo. Na concepção dos autores, o conceito de ressentimento estaria ligado à combinação dos significados de ‘repugnância’, ‘rancor’, ‘má vontade’, ‘nocividade’, ‘despeito’, ‘contrariedade’ e ‘acrimônia’.

Segundo Nietzsche (apud BAUMAN, 2011, p. 42), o ressentimento seria o que os humilhados ou discriminados sentem por seus superiores, ou seja, os autoafirmados, proclamados e reconhecidos. Para os tais inferiores, que geralmente pertencem a uma classe mais baixa, reconhecer os direitos daqueles que estão acima significa, inevitavelmente, aceitar sua condição de inferiores ou que são menores e não dignos de algo. Seria, nas palavras de Bauman, uma mistura entre inveja e despeito.

Para Nietzsche, essa era a fonte de todas as religiões e do cristianismo em particular, com seu postulado da igualdade de todos os homens perante Deus e com os mesmos mandamentos, o mesmo código ético, ligando a todos. Na interpretação do autor de Zaratustra, o ressentimento não leva a mais liberdade por meio da negação da liberdade a tudo; e ao alívio da dor da própria indignidade, pelo rebaixamento dos outros das alturas que eles conseguiram tornar sua propriedade exclusiva, lançando-os na direção de um nível de baixaza ou mediocridade, de escravidão ou semiescravidão próprias aos indignos (BAUMAN, 2011, p. 43).

Já para Max Scheler (apud BAUMAN, 2011, p. 43), o ressentimento surgiria entre os iguais, ou seja, sujeitos membros das classes médias que competem entre si e degradam os outros. Seria na realidade “uma luta contra a desigualdade e uma pressão para nivelarem por baixo as hierarquias sociais existentes”. Na prática, os indivíduos que estão em uma mesma classe lutariam sem medir esforços para chegar ao topo e ao chegar ao lugar almejado também não mediriam esforços para atirar seus semelhantes abaixo.

Entretanto, há um terceiro tipo de ressentimento citado por Bauman (2011, p. 44) que nos interessa. Seria o ressentimento dedicado aos estranhos. Em tempos de fluidez nas estruturas da sociedade e da “crescente fragilidade dos laços humanos e com a atmosfera de incerteza, insegurança e medo difuso, indefinido, sempre à deriva e sem lastro que vivemos”. É comum que esse ser estranho se torne alvo do nosso ressentimento, ou seja, da nossa hostilidade e desconfiança. Esses outros, que nos são estranhos, carregam consigo a imprevisibilidade e por isso se tornam suspeitos e a personificação do mal no mundo.

*Se esse desgraçado invade a tua casa e você atira e mata, você ainda vai preso, né? (Joaquim Campos, Metendo Bronca, 2016).*

### **3 MÍDIA: ENTRE O ÓDIO E OS DIREITOS HUMANOS**

A partir das análises feitas ao longo da primeira parte desta pesquisa buscamos compreender quem é o outro e como se dá o reconhecimento deste sujeito em uma sociedade líquida individualista e fragmentada. A contemporaneidade indica alguns dos elementos que colaboram para o não reconhecimento dos outros sujeitos e como se dá a construção de narrativas sobre violência nesse contexto, no qual, alimentados pelos medos típicos da sociedade líquida, enxergamos o outro – o desconhecido – como nosso inimigo e o autor de ameaças feitas a estabilidade de nossa vida particular.

Neste segundo capítulo buscamos compreender o ódio a partir de suas perspectivas filosófica, religiosa, psicológica e sociológica, ou seja, abandonando a visão limitadora que o coloca como um elemento que só ganha sentido quando está em oposição ao amor. O ódio é enquadrado como um elemento necessário e que ajuda na construção da identidade dos indivíduos da contemporaneidade e desta forma questionar qual sua atual função, em especial, dentro da mídia.

Analisamos o ódio como um dos sintomas da sociedade líquida, e que se expressa a partir da crueldade, agressividade, violência e intolerância. Conceitualmente entendemos os discursos de ódio, como resultados da insensibilidade moral (Bauman, 2014) e que estão presentes na mídia tradicional a partir das falas de construção e desconstrução entre o ‘bem’ e o ‘mal’. Nessa perspectiva, buscamos responder, o enquadramento midiático dado aos indivíduos envolvidos em situações de violência em relação aos discursos sobre direitos humanos. Para iniciar as discussões falaremos sobre a mídia e o papel da mídia no Brasil, buscando compreender seu alcance e representatividade na acentuação do ódio.

#### **3.1 Miatização**

Há algum tempo na sociedade contemporânea a mídia ocupa um papel de destaque seja na construção e reprodução de diferentes realidades, na afirmação de identidades, na formação da opinião pública ou ainda na reprodução de estereótipos. Têm-se os veículos de comunicação como fonte principal de informação e entretenimento e por isso se faz necessário reconhecer e refletir acerca do lugar da mídia no contexto social em um fenômeno chamado miatização, de modo a compreender sua influência na cultura e na sociedade.

O conceito, considerado ainda em construção por muitos teóricos, vem ganhando corpo à medida que a sociedade também se transforma e ganha novos meios de comunicação e possibilidades de interação que possuem suas lógicas particulares de funcionamento.

Fausto Neto (2008, p. 2) acredita que a midiaticização “resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram nas sociedades industriais” e serve para analisar como se dá a estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação nas dinâmicas sociais e simbólicas de um meio. Segundo ele:

Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura da mídia’. Sua existência não se constitui fenômeno auxiliar, na medida em que as práticas sociais, os processos interacionais e a própria organização social, se fazem tomando como referência o modo de existência dessa cultura, suas lógicas e suas operações. (FAUSTO NETO, 2010, p. 92).

Em outras palavras a “cultura de mídia” pode ser compreendida como um arranjo que permite novas – ou outras – formas de assimilação das dinâmicas sociais. Para o autor a midiaticização seria o instrumento para a transformação da sociedade e por muitas vezes essa maneira de conhecer o mundo acaba se sobrepondo a própria experiência do indivíduo<sup>14</sup>.

Segundo Giddens (apud FAUSTO NETO, 2008, p. 2) a vida do homem moderno é atravessada por tecnologias e a mídia faz parte deste conjunto, ou seja, ela perpassa o cotidiano dos sujeitos desde as menores ações. Os meios serviriam como “portas de acesso” nas quais a sociedade se apoia para criar vínculos e compreender os chamados sistemas abstratos.

---

<sup>14</sup> Adriano Duarte Rodrigues (2001) nos ajuda a compreender a relação entre comunicação e experiência. Segundo o autor, há três tipos de relação entre esses dois universos, são elas: 1) testemunho; 2) transmissão; e a 3) simbólica. Apesar de não ser o foco desta pesquisa é interessante o segundo tipo. O tipo “transmissão” fala sobre a experiência que uma pessoa passa a outra de um acontecimento que lhe foi contado, ou seja, o fato não é uma experiência de um dos interlocutores da conversa, mas sim de uma terceira pessoa. Nesse caso podemos tomar como exemplo as narrativas jornalísticas que são contadas ao público. Ora, o jornalista não viveu a experiência em si. Seu papel é ouvir fontes, investigar os fatos, buscar a verdade e a partir do próprio entendimento elaborar seu discurso e repassar sua história. O autor explica que essa é a modalidade mais frequente de comunicação. Nesses casos muitas pessoas podem estar envolvidas na cadeia comunicativa (a experiência pode ser repassada de um para outro diversas vezes), porém apenas o primeiro destinatário, ou seja, aquele que viveu a experiência de modo imediato e direto tem a maior credibilidade da mensagem. Em outras palavras significa dizer que aqueles que tiveram versões posteriores do fato e conseqüentemente fazem parte da cadeia comunicativa não têm a possibilidade de ser tão ricos em detalhes. Para o autor comunicar é muito mais do que uma relação estabelecida entre indivíduos, mas também é um processo entre indivíduos e instituições, o indivíduo e a natureza e consigo. Apesar de não debater o processo da midiaticização em si, Adriano Duarte Rodrigues (1999) acredita que a sociedade está cada vez mais dependente dos dispositivos de comunicação para compreender o mundo, dar ritmo a vida cotidiana e perceber a realidade imediata.

Em outras palavras é como se os meios traduzissem a realidade e as suas problemáticas, ainda que com suas limitações, tornando-a uma espécie de mediadora, pois ela se transforma em ponto de articulação entre partes da sociedade que não necessariamente se conectam ou estariam explícitas. A este fenômeno Fausto Neto (2008) chamará de “ação representacional”. Para ele, a mídia afeta de forma direta a estrutura e o funcionamento de instituições de todos os campos sociais o que conseqüentemente gera novos discursos, práticas e sentidos. Sobre esta influência Hjarvard diz:

Uma parte significativa da influência que a mídia exerce decorre do fato de que ela se tornou uma parte integral do funcionamento de outras instituições, embora também tenha alcançado um grau de autodeterminação e autoridade que obriga essas instituições, em maior ou menor grau, a submeterem-se a sua lógica. A mídia é ao mesmo tempo parte do tecido da sociedade e da cultura e uma instituição independente que se interpõe entre as outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua. (HJARVARD, 2012, p. 54-55).

A possibilidade de ser ao mesmo tempo produto da sociedade e uma instituição independente, considerada como o quarto poder graças ao alcance que possui, atinge diretamente o modo como a mídia é percebida por emissores e receptores. Não queremos com este estudo mostrá-la como um objeto pessimista, como se a presença da mídia fosse uma via de mão única na qual ela molda e se aproveita das instituições de acordo com os seus interesses.

Na realidade essa relação é de aproveitamento mútuo como bem nos lembra Braga (2015) ao dizer que os setores sociais se aproveitam dos recursos da mídia na tentativa de promover a eficiência interna de processos, ter reconhecimento social ou ainda para participar efetivamente da esfera pública. Aliás, Braga tem um pensamento interessante acerca das lógicas da mídia. Para ele, ela funciona a partir de dois fatores bem estabelecidos: o primeiro está relacionado aos processos que derivam da materialidade das tecnologias midiáticas e suas combinações e o segundo está relacionado ao conjunto de processos empresariais que conduzem as atividades da indústria cultural (BRAGA, 2015).

### **3.2 O mapa da mídia no Brasil**

As dinâmicas do sistema capitalista nos estimulam a comprar. Facilitam as formas de pagamento, fazem promessas e criam a cada dia produtos revolucionários e que nos fazem acreditar que são vitais para nossa sobrevivência. Consumimos viagens, experiências,

culturas, valores, ideias, ou seja, consumimos tudo que é material e imaterial. O ato de consumir – e isso inclui, conseqüentemente, o que consumimos – diz muito a nosso respeito, ajudando, segundo Bauman (2001), na construção da nossa identidade. Segundo o autor:

Numa sociedade de consumo, compartilhar a dependência de consumidor – a dependência *universal* das compras – é a condição *sine qua non* de toda a liberdade *individual*; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de “ter identidade”. Num arroubo de sinceridade (ao mesmo tempo em que acena para os clientes sofisticados que sabem como é o jogo), um comercial de TV mostra uma multidão de mulheres com uma variedade de penteados e cores de cabelos, enquanto o narrador comenta: “Todas únicas; todas individuais; todas escolhem X” (sendo X a marca anunciada do condicionador). O utensílio produzido em massa é a ferramenta da variedade individual. A identidade – “única” e “individual” que só pode ser encontrada quando se compra. Ganha-se a independência rendendo-se. (BAUMAN, 2001, p. 98-99).

E o autor segue em seu raciocínio afirmando que:

À medida que essa liberdade fundada na escolha de consumidor, especialmente a liberdade de auto-identificação pelo uso de objetos produzidos e comercializados em massa, é genuína ou putativa é uma questão aberta. Essa liberdade não funciona sem dispositivos e substâncias disponíveis no mercado. (BAUMAN, 2001, p. 99).

Se vivemos em uma sociedade que estimula o consumo, a dependência desse ato não se restringe ao ato de comprar. Há também os veículos de comunicação de massa, por exemplo, que fazem parte do imaginário individual e coletivo. Eles nos trazem imagens tão poderosas e nos vendem estilos de vida e realidades diferentes das nossas. Nossa vida é, sem dúvida, mediada pelas imagens eletrônicas e este tipo de consumo não pode deixar de ser considerado (BAUMAN, 2001).

Logo, as notícias, também podem ser compreendidas como produtos, e por isso também podem ser consumidas compulsivamente, afinal “a notícia é um produto à venda e está exposta na vitrine do capitalismo industrial” (PENA, 2007, p. 90). Se trouxermos estas afirmações para a nossa realidade, os hábitos de consumo de informação no país falam muito sobre os brasileiros. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (BRASIL, 2014), considerado o maior levantamento sobre os hábitos de consumo de informações no país, o brasileiro vem a cada pesquisa mostrando que está mudando aos poucos as suas formas de consumir notícias.

O relatório de 2015 leva em consideração a televisão, o rádio, os jornais impressos e os veículos de internet, a partir de aspectos como frequência de uso, intensidade do consumo

por semana, faixa etária, poder aquisitivo, formas de acesso entre outros requisitos. A partir destes itens é possível delimitar o perfil de quem consome informações no Brasil e como essa ação se dá.

De acordo com os dados, a TV continua sendo o veículo predominante, seguido do rádio, que apesar da queda entre os brasileiros apresentou aumento na quantidade de pessoas que o buscam diariamente, seja pela informação ou o entretenimento. O uso da internet, com destaque para os smartphones, também vem crescendo e já é visto pelos estudiosos como o único veículo capaz de ultrapassar o consumo de televisão. Já os jornais impressos se mostram ainda como os veículos que os brasileiros têm maior confiabilidade (PBM, 2015). Veja a seguir o perfil do brasileiro que consome notícias de acordo com os veículos que selecionamos para nossa pesquisa, jornal impresso, rádio e televisão.

### 3.2.1 Televisão

A televisão é a mídia fonte de informação e entretenimento. Segundo os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, é o veículo de comunicação com maior predominância no território nacional. É verdade que ela compete hoje em dia com a internet e os jornais impressos, apontados pela pesquisa como os veículos mais confiáveis, porém a televisão possui um papel social significativo, afinal trata-se de um veículo presente na maioria das casas dos brasileiros e que tem sua programação aberta consumida em larga escala, diariamente.

A pesquisa levou em consideração a frequência, os motivos, ciclos de horários e as plataformas em que as pessoas consomem a programação televisiva, “os brasileiros assistem à televisão, em média, 4h31 por dia, de segunda a sexta-feira, e 4h14 nos finais de semana, sendo que a maior parte deles o faz todos os dias da semana (73%)” (BRASIL, 2014, p. 15).

Ainda segundo o relatório, 79% dos entrevistados usam a TV como instrumento de informação e conhecimento das notícias. Há um perfil definido dos brasileiros que consomem o conteúdo da TV aberta. Homens e mulheres assistem TV quase na mesma quantidade, cerca de 4h30 por dia, a faixa etária que mais a consome é a que está acima dos 65 anos, com média de 5 horas e 16 minutos, enquanto a que menos consome é a de indivíduos entre os 16 e os 25 anos, que dedicam 4 horas e 19 minutos a atividade.

Outro dado relevante da pesquisa diz respeito à renda familiar, pois mostra que o poder aquisitivo influencia no consumo da televisão. Os brasileiros que têm renda abaixo de um salário mínimo assistem TV 4 horas e 26 minutos por dia, enquanto os que têm renda acima cinco salários mínimos assistem 4 horas e 13 minutos por dia em média. A escolaridade

também é um fator que influencia esse cenário, pois a média dos quem têm até a quarta série do ensino fundamental assiste diariamente 4 horas e 47 minutos; já quem tem o ensino superior completo baixa esse número para 3 horas e 59 minutos (BRASIL, 2015).

Esse consumo e penetração de audiência da televisão são importantes para compreender a ‘massificação’ de programas que trabalham um jornalismo de caráter mais popular, assim como programas que misturam informação, entretenimento e publicidade, principalmente com ênfase no jornalismo policial.

Nesse sentido, nos remetemos a França (2006) quando questiona: a televisão serve para quê? De maneira bem breve podemos pensar que para ter informação e entretenimento. Porém, segundo a autora, que vai além da resposta simplista, a televisão cumpre um “papel político-ideológico” (FRANÇA, 2006, p. 25) e ainda exerce a função de socializar. A autora segue, dizendo que a televisão ultrapassa a função técnica e impessoal ao afirmar que cumpre uma função identitária, pois cria referências ao estar inserida na vida cotidiana e no espaço doméstico, sendo vista como opção de lazer e descanso (FRANÇA, 2006).

### 3.2.2 Jornais impressos

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, os jornais impressos continuam sendo no Brasil os veículos de comunicação com a maior credibilidade, ou seja, são os veículos que produzem conteúdo que desperta maior confiança no público. O dado pode parecer uma contradição, afinal, também de acordo com a pesquisa, “76% dos entrevistados afirmaram não ler jornal, 21% leem ao menos um dia da semana, sendo que, destes, apenas 7% o fazem todos os dias” (BRASIL, 2014, p. 67).

O perfil dos que consomem notícias em jornais impressos é formado majoritariamente por homens, sendo que à medida que a frequência aumenta entre este público, maior é a renda familiar dos indivíduos. A razão pela procura dos jornais impressos continua sendo principalmente a busca por informação e lazer. Segundo a pesquisa 84% dos entrevistados justificaram que o buscam para estar informados, 24% usam como instrumento de entretenimento, 16% usam para preencher o tempo livre, 15% só recorrem quando têm interesse em uma matéria específica e apenas 6% usam como ferramenta de aprendizagem e estudo (BRASIL, 2014).

Segundo dados, as notícias policiais aparecem entre os três conteúdos mais procurados pelos brasileiros, perdendo apenas para as notícias relacionadas ao cotidiano (28% dos entrevistados) e esportes (24% dos entrevistados). Cerca de 16% dos entrevistados pelo

relatório admitiram que procuram os jornais impressos principalmente pelas notícias policiais que têm foco na violência (BRASIL, 2014). O dado é relevante, pois mostra a força e a representatividade dos cadernos policiais para a população brasileira, pois eles são referência para uma grande parcela da população.

Por algum tempo questionou-se se o surgimento das mídias online seria o anúncio do término das edições impressas, porém 79% dos leitores entrevistados pela Pesquisa de Mídia Brasileira afirmaram que preferem essas versões de notícias às versões online, que são consumidas por apenas 10% dos entrevistados. A pesquisa, considerada a mais recente nesse formato, é de 2015, e de lá para cá o comportamento do brasileiro passou por algumas mudanças. Ainda assim, apesar do crescimento e da estabilidade da produção de notícias na internet em apenas dois anos, o consumo destas notícias ainda não superou as mídias tradicionais nesse aspecto.

### 3.2.3 Rádio

A pesquisa da Mídia Brasileira 2015 também apresenta informações sobre o consumo de rádio no país. Alguns dados nos ajudam a compreender as razões para a popularidade do rádio estar a frente dos jornais impressos e das mídias online. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, realizada em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o país possuía nessa época cerca de 12 milhões de pessoas com idade acima dos 15 anos que não sabiam ler nem escrever. Esse dado coloca o Brasil como o oitavo país com mais adultos analfabetos no mundo. Graças às dimensões territoriais gigantescas algumas localidades no país ainda têm dificuldade para ter acesso à internet.

Dessa forma, esses fatores aliados ao alcance do sinal em municípios mais distantes, o baixo custo para a criação e manutenção de emissoras de rádio – em comparação aos demais veículos –, o grande número de emissoras clandestinas e ainda a possibilidade que dão às pessoas de realizarem múltiplas tarefas enquanto o ouvem nos sinalizam as razões pelo rádio ser considerado o segundo veículo de comunicação mais consumido no Brasil.

A população ainda tem este veículo como referência para a busca de informação e entretenimento. A regularidade do consumo também foi considerada pela pesquisa. Segundo ela “30% dos brasileiros ouvem rádio todos os dias da semana, enquanto 44% nunca o fazem” (BRASIL, 2014, p. 31).

Para o brasileiro ouvir rádio é uma atividade realizada principalmente durante a manhã, de preferência entre as 6 e às 9 horas, independente de qual seja o dia da semana.

Constatamos pouca diferença no horário do consumo, porém há uma diferença considerável no que diz respeito à intensidade do uso da rádio e isso acontece, pois “durante a semana as pessoas se expõem mais ao meio, em média 3h42 por dia, e aos sábados e domingos, 2h33” (BRASIL, 2014, p. 31).

Ainda segundo o relatório as emissoras FM’s continuam sendo as favoritas, pois 74% dos entrevistados admitiram que a preferem enquanto 14% assumiram gostar mais das emissoras AM’s, sendo que a rádio Sul do país consome mais rádios AM’s do que o restante do país. Outro dado importante é que as FM’s são consumidas principalmente por brasileiros com maior grau de escolaridade, são cerca de 83% com nível superior. (BRASIL, 2014, p. 31).

É importante ressaltar que a Rádio Clube, escolhida como um dos objetos desta pesquisa é uma emissora AM com grande alcance principalmente no interior do Estado, em localidades como Bragança, Viseu, Redenção, Marapanim e Altamira.

### **3.3 A presença do ódio:**

Desde o início da história humana sabemos de casos de assassinatos, guerras, estupros e brigas por poder que são consequência do ódio. De Caim e Abel, considerado o primeiro registro bíblico sobre o ódio, até os atentados terroristas ocorridos nos últimos anos, como o de 11 de setembro de 2001<sup>15</sup>, nos Estados Unidos, e mais recentemente o da Somália<sup>16</sup>, que ocorreu em outubro de 2017 e matou cerca de 300 pessoas, um dos elementos que conecta esses episódios históricos é a intolerância e o ódio direcionado ao outro, que passa a ser considerado como inimigo.

Os relatos de violência movidos pelo ódio podem ser tão dolorosos e brutais, que nos fazem questionar até que ponto o homem é capaz de ser movido por este sentimento. Resgatamos a experiência da jovem Immaculée, que logo cedo aprendeu como o ódio pode ser devastador para uma família ou uma população inteira.

Ouvi quando os assassinos chamaram meu nome. Estamos do outro lado da parede, menos de 2,5 centímetros de gesso e madeira nos separavam. Suas vozes eram frias, duras e decididas. – Ela está aqui... Sabemos que

---

<sup>15</sup> Em 11 de setembro de 2001 os Estados Unidos sofreram uma série de ataques feitos pela Organização fundamentalista Al-Qaeda, que na época era coordenada pelo terrorista Osama Bin Laden. Homens da organização sequestraram aviões de rotas particular e comercial e os jogaram contra As Torres Gêmeas, complexo comercial do World Trade Center, localizado em Nova York, e o Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, localizado na Virgínia. Milhares de pessoas morreram nestes atentados.

<sup>16</sup> Em 2017 a Somália, país localizado na África Oriental, sofreu alguns atentados terroristas, entre eles o de outubro desse ano que deixou quase 400 mortos. O país está em guerra civil há 20 anos e os ataques foram atribuídos ao grupo Al-Shabab, que é ligado ao grupo da Al Qaeda.

está em algum lugar... Tratem de encontrá-la, encontrem Imaculée. Eram muitas as vozes, muitos os assassinos. Eu podia vê-los com os olhos da mente: meus antigos amigos e vizinhos, que sempre haviam me recebido com amor e bondade, andavam pela casa, munidos de lanças e facões, e chamavam meu nome. – Já matei 399 baratas – disse um deles – Com Imaculée serão quatrocentas. EEsse é um bom número para se matar. Encolhi-me, sem mexer um músculo sequer, em um canto de nosso minúsculo banheiro secreto. Assim como as outras sete mulheres que se escondiam comigo para proteger suas vidas, prenda a respiração para que os perseguidores não nos ouvissem. (ILIBAGIZA, 2008, p. 15).

O trecho acima foi retirado da obra *Sobrevivi para contar: o poder da fé me salvou de um massacre* (2008) que conta a história de Imaculée Ilibagiza, uma jovem que sobreviveu ao genocídio de Ruanda, em 1994. As mortes aconteceram entre as etnias africanas Hutus e Tutsis e o episódio é considerado um dos maiores massacres da História recente.

Imaculée conta que em sua casa nunca sentiu entre os pais e os irmãos a violência, o ódio ou a intolerância. Pelo contrário, já que foi criada em um ambiente tranquilo e cercada de amor e respeito. A família sempre se preocupou com a educação dos filhos e foi referência na resolução de conflitos entre os moradores da aldeia, que procuravam o pai de Imaculée, chamado Leonard Ukuliyinkindi, para que resolvesse os problemas mais sérios além de dar conselhos.

Imaculée narra que sentiu o peso da diferença entre as etnias, Hutus e Tutsis, quando aos 10 anos de idade em seu primeiro dia de aula na escola, a pedido do professor, precisou se identificar ao restante da classe durante a chamada como sendo de uma das duas etnias. Ela não soube responder a qual pertencia e foi colocada para fora de sala. É curioso ver como a menina, considerada como uma das mais instruídas da aldeia já que era filha de professores, até então não conhecia a própria história e não soube dizer quem era.

Ruanda, também conhecida como República da Ruanda, está localizada na Região dos Grandes Lagos da África Centro-oriental próximo a Uganda e a Tanzânia. Considerada como um país muito pobre, desde 1994 vive uma guerra civil na qual já morreram aproximadamente 800 mil pessoas.

O tribalismo em Ruanda é algo forte e histórico. O país era povoado na metade da década de 1990 por três tribos: os Hutus, predominantes em todo o território, os Tutsis, considerados o segundo grupo mais populoso e os Twas, formado por um número muito baixo de pessoas.

O país foi colonizado primeiramente por alemães, mas em seguida passou para as mãos dos belgas, que converteram a estrutura social do país. Ruanda deixou de ser uma

Monarquia dos reis Tutsis e passou a ser um sistema com divisão de classes que tinha como base a raça dos indivíduos. Veremos a seguir que o processo colonizador do país foi fundamental na construção da rivalidade entre os povos locais.

A primeira mudança feita pelos belgas foi apoiar a aristocracia de minoria Tutsi e colocá-los em algumas funções do governo. Eles passaram a receber privilégios, como por exemplo, acesso a educação de qualidade. A atitude nada mais era do que um investimento, pois quanto mais conhecimento a etnia tivesse melhor poderiam administrar o país a mando dos belgas e isso conseqüentemente geraria mais lucro aos europeus.

A distinção entre as etnias era feita a partir de uma carteira de identidade étnico-racial e o documento ajudou na acentuação de diferenças entre os grupos. No entanto, a relação entre belgas e tutsis deixou de ser amistosa quando o grupo africano reivindicou mais independência no comando de Ruanda. Os belgas, revoltados com a situação, acirraram a disputa entre os grupos e em 1959 incitaram uma revolta dos hutus para que eles depusessem a Monarquia.

A disputa ganhou grandes proporções e segundo registros históricos cerca de 100 mil tutsis foram mortos. Após a saída dos europeus de Ruanda, em 1962, o governo da etnia hutu já era considerado forte e consolidado, sendo que os tutsis foram rebaixados a cidadãos de segunda classe. A queda significou mais perseguições, discriminações e mortes feitas pelos hutus extremistas.

Quando o conflito entre as etnias se instaurou a sobrevivência dos povos ficou comprometida. Água e alimentação ficaram escassas. Quem tinha familiares em localidades mais distantes perdeu o contato e a única forma de saber notícias era através de veículos de comunicação, em especial as rádios.

No entanto, Imaculèe relata que na maior parte do tempo a rádio governamental se ocupava apenas de difundir o ódio e acirrar as disputas entre os dois grupos. Segundo ela:

Os locutores alegavam que os soldados rebeldes viviam na floresta como animais, comiam carne humana e se relacionavam com macacos. Diziam que os rebeldes eram tão cruéis que chifres brotavam de suas cabeças. Aconselhavam os ruandenses a ficarem atentos, porque as “baratas tutsis” eram ardlosas e podiam atacar a qualquer hora em qualquer lugar. Esses comunicados inflamavam a imaginação hiperativa das colegiais, já mortas de medo. (ILIBAGIZA, 2008. P. 41)

As falas cercadas de ideias fantasiosas e absurdas serviam para criar mais medo dos Tutsis e conseqüentemente também manter o controle da população. Os governantes usaram o meio de comunicação mais popular e de maior alcance na região, a rádio, para divulgar

informações incorretas e discursos de ódio acerca dos grupos inimigos. A estratégia foi tão eficiente que os programas de rádio se tornaram referência de informação sobre o conflito e ajudaram na construção dele.

### 3.4 Discursos de ódio: conceitos

Com o avanço das tecnologias, os indivíduos ampliaram suas possibilidades de comunicação e manifestação. Não é proposta desta pesquisa compreender se essa ampliação tem sido positiva ou negativa, mas compreender a construção de narrativas midiáticas para falar sobre o outro no jornalismo de caráter policial. Segundo Donskis (2014, p.12), fazemos parte da nova narrativa humana que saiu do épico, da saga e do romance para se projetar nas telas de TV e nos monitores dos computadores ou aparelhos de celulares. Por isso, afirma Donskis, a partir das reflexões baumanianas:

Unificar pensamento e ação, abertura pragmática e ética, assim como razão e imaginação, se torna um desafio para o jornalismo, exigindo não apenas a estratégia sempre autorrenovada de representar e elaborar o mundo, apreender e debater os problemas, promover o diálogo – mas também um tipo de escrita que não crie barreiras onde estas deixaram de existir há muito tempo. O desafio é uma busca da sensibilidade, de novas formas de agir de maneira adequada aos seres humanos, busca que, em estrita colaboração com as ciências humanas e sociais, cria um novo campo global de compreensão mútua, crítica social e autointerpretação. Sem a emergência desse tipo de campo, não fica claro o que está à espera da filosofia, da literatura e do jornalismo. Se eles caminharem juntos, vão sobreviver e se tornar mais importantes que nunca. Caso se separem ainda mais, todos nos tornaremos bárbaros (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p. 13).

Nesta perspectiva, duas manifestações do novo mal serão identificadas pelos autores: a insensibilidade ao sofrimento humano e o desejo de colonizar a privacidade alheia. A primeira manifestação pode ser observada nas narrativas sobre violência construídas no jornalismo policialesco da Amazônia paraense.

Portanto, o mal não está confinado às guerras ou às ideologias, segundo Donskis (2014, p. 16), mas se “revela com mais frequência quando deixamos de reagir ao sofrimento de outra pessoa, quando nos recusamos compreender os outros, quando somos insensíveis e evitamos o olhar ético silencioso”. Assim, destacamos o ódio como um mal na contemporaneidade.

O ódio, tanto quanto o amor ou qualquer outro sentimento, faz parte da natureza humana e por isso não pode ser ignorado ou ter sua existência negada. Góes (2004, p. 9) explica que “fonte de representações e desejos inconscientes, o ódio se apresenta com várias

faces, sendo o narcisismo uma das mais salientes, à revelia de nossa percepção e cognição e do bloqueio de nosso acesso à inteligência”.

Muito mais do que um sentimento negativo e de aparência agressiva, o ódio pode se apresentar, em um primeiro momento, em uma atitude amistosa, acolhedora e que aproxima. Porém, aos poucos ele mostra sua real intenção, que é se autoafirmar e destruir o outro, visto como inimigo ou o dono do objeto de desejo daquele que odeia.

Na compreensão do que seria o ódio, devemos entendê-lo de forma conceitual em que:

Etimologicamente a palavra ódio provém do latim *odium* e é sinônimo de inimizade, aversão, fastio, indignação, cólera, furor e pode ser definido como sentimento de profunda inimizade, paixão que conduz ao mal que se faz ou se deseja a outrem. Ira contida, rancor violento e duradouro. Viva repugnância; repulsa, horror. Aversão instintiva, antipatia. (MOURA, 2016, p. 13).

Mas sua delimitação é configurada de forma complexa, considerando as várias áreas do conhecimento de sua compreensão. E é com o criador da Psicanálise, Sigmund Freud que iniciamos nossas reflexões. Segundo Freud (2004), o ódio antecede ao amor e seria fonte de obtenção do desprazer. Sua função seria perturbar o equilíbrio do sujeito e ele estaria presente no indivíduo desde as suas primeiras relações.

Freud (1930) considera que o homem tem tendência a agressividade, logo este sujeito não é um ser pacato que só reage quando é atacado. Pelo contrário. Para o autor essa agressividade seria uma espécie de empecilho para o desenvolvimento da cultura, considerada por sua vez como a “pulsão da vida”, enquanto a “pulsão de morte” seria a própria agressividade e a hostilidade.

O pesquisador acredita que amor e ódio têm aspectos radicalmente distintos, mas enxerga que há algo, uma espécie de “pulsão”, que pode transformar facilmente um no outro, pois são sentimentos geralmente dirigidos a um mesmo objeto, ou seja, extremos de uma mesma paixão. Para o autor, tanto um quanto outro estão associados à sexualidade do indivíduo, o que significa dizer que não é somente o amor que impulsiona e alimenta o desejo do sujeito, as perversões sexuais, por exemplo, podem ter origem em sentimentos de ódio e repulsa que ocasionam impulsos/desejos mal resolvidos.

Freud aponta que os pares antiéticos que estão relacionados ao amor são: amar/odiar; amar-odiar/indiferença; e amar/ser amado. Logo, a relação estabelecida pelo autor é que o amor andar sempre de mãos dadas com o ódio, daí a explicação para a confusão feita entre ambos. É o que o autor chamará de ambivalência afetiva (FREUD, 1915).

O psicanalista francês Jacques Lacan é autor do termo “amódio”, usado para mostrar o quanto amor e ódio são sentimentos entrelaçados. Segundo ele, não há nenhum amor sem ódio e somente “a verdadeira amor desemboca no ódio”<sup>17</sup>. Todos os seres humanos têm a capacidade de amar e odiar com a mesma intensidade, por mais que sejam treinados social e moralmente para abafar sentimentos negativos dentro de si, pois ele é o elemento responsável por desestabilizar a harmonia, daí o motivo da sua negação no processo civilizatório. (LACAN, 1985).

Amor, ódio e ignorância são o trinômio passional ao qual Lacan acredita serem as paixões fundamentais dos seres. O ódio está presente na vida dos indivíduos em todas as esferas (macros e micros) e, segundo Lacan, somente este sentimento é capaz de justificar a destruição do outro.

Se o amor aspira ao desenvolvimento do ser do outro, o ódio quer o contrário, seja o seu rebaixamento, seja a sua desorientação, o seu desvio, o seu delírio, e daí a negação detalhada, a sua subversão. É nisso que o ódio como amor é uma carreira sem limite (LACAN, 1986, p. 364).

O ódio pode ser um sentimento calculado, segmentado, socialmente aceito e brutal, pois tem a capacidade de destruir tudo aquilo que há por onde passa. Não se trata, portanto, de um sentimento que repele, principalmente se suas causas e consequências forem justificadas pelo bem de todos. O ódio mobiliza a agressividade e a crueldade colocando uns contra os outros. Não há limites para ele e isso se torna ainda mais perigoso quando sua existência é negada, e no silêncio da ausência de discussões ele ganha raízes e forças para se perpetuar. O ódio está sempre no outro e nunca em nós mesmos.

O filósofo André Glucksmann (2007), um dos principais autores contemporâneos sobre os discursos de ódio, afirma que sobreviver neste século é sobreviver ao ódio. Filho de judeus alemães que fugiram do nazismo, o autor sentiu o ódio de muito perto quando escapou ainda criança dos campos de concentração, durante o Holocausto.

O ódio existe, todos nós já nos deparamos com ele, tanto em escala microscópica dos indivíduos como no cerne das coletividades gigantescas. A paixão por agredir e aniquilar não se deixa iludir pelas magias das palavras. As razões atribuídas ao ódio nada mais são do que circunstâncias favoráveis, simples ocasiões, raramente ausentes, de liberar vontades de destruir simplesmente por destruir. (GLUCKSMANN, 2007, p. 11).

Falar e não ouvir, ignorar opiniões, diferenças, não reconhecer todos como cidadãos, achar que seus direitos são superiores ao dos outros ou ‘alimentar’ sentimentos de raiva são aspectos que em comum habitam o campo da intolerância, e levam a outros sentimentos de

---

<sup>17</sup> Durante o Seminário 5, Jacques Lacan considera a palavra Amor como um substantivo feminino.

natureza negativa como o descaso e o ódio. De acordo com Glucksmann (2007, p.83), “para o ódio não existem fatos, apenas interpretações”.

O ódio acusa sem saber. O ódio julga sem ouvir. O ódio condena a seu bel-prazer. Nada respeita e acredita encontrar-se diante de um complô universal. Esgotado, recoberto de ressentimento, dilacera tudo com seu golpe arbitrário e poderoso. Odeio, logo existo. (GLUCKSMANN, 2007, p. 11).

O autor também vai refletir sobre o paralelismo entre amor e ódio, consideradas paixões de importância equivalente e que jamais se interferem, o que se mostra uma visão contrária às afirmações de Freud e Lacan. Segundo o autor, a partir do pensamento de Heidegger, há nesses sentimentos “duas maneiras de ser (*Grundweisen*) fundamentais que irrigam inteiramente a existência (*Dasein*).” (HEIDEGGER, 1971 apud GLUCKSMANN, 2007, p. 191). O autor vê amor e ódio como dois trens que passam lado a lado, seguindo caminhos opostos, que em algum momento se cruzam, mas que jamais se tocam. Segundo Heidegger,

Depois de eclodir, o ódio não se dissipa, ele apenas cresce e se cristaliza, corrói e devora nossa essência. Essa inacessibilidade constante que se estabelece na existência humana pelo ódio não o torna, porém, nem recluso, nem cego, mas lúcido e deliberado. A cólera faz perder o juízo. O ódio exacerba a consciência e a capacidade de reflexão de quem o possui, até alcançar os requintes mais sutis de perversidade. O ódio nunca é cego, mas sim clarividente; apenas a cólera é cega. O amor nunca é cego, ele também é clarividente. Somente o estado de enamoramento é cego, instável e imprevisível; mas esse é um afeto, não uma paixão. Cabe à paixão expandir-se para além dela mesma e tomar conta de tudo. No ódio se produz, igualmente, esse tipo de expansão, porque ele persegue sem cessar e por toda parte seu objeto. (HEIDEGGER, 1971 apud GLUCKSMANN, 2007, p. 50-51).

Para Glucksmann (2007, p. 188), o ódio nunca se dá por satisfeito, por mais devastadoras que sejam as suas ações. “É o ódio de si que brota o ódio pelo outro”, em outras palavras, odiamos no outro aquilo que se encontra mal resolvido em nós mesmos, aquilo que não pode ser verbalizado ou discutido, ou seja, está escondido. Por isso, enxergar essa condição em outro indivíduo desperta nossos maiores temores, logo colocamos para fora nossos sentimentos de rejeição e raiva em forma de intolerância e ódio.

### **3.5 Formas contemporâneas de expressão do ódio**

Birman (2009) explica que a tradição ocidental, em especial aquelas baseadas nos preceitos religiosos, molda os indivíduos para entenderem que o mal está presente na sociedade de diferentes formas, e por isso as ameaças podem vir de qualquer lugar. No Cristianismo, por exemplo, há a diferença entre bem e mal, que são associados ao céu e ao inferno; e os fiéis que experimentam o mal a partir das tentações mundanas são vistos como

pecadores e culpados, daí a origem da moral que norteia estes indivíduos. Ao perceberem que o mal está presente em todos os lugares e que possui muitas faces, as sociedades ocidentais cristãs criaram a “salvação” e a “cura” como formas de banir os males que recaem sobre os homens de bem.

Intolerância, violência, agressividade e crueldade são maneiras de materializar o mal e o ódio. Apesar de não serem exclusivos da contemporaneidade, Birman (2009) afirma que elas estão mais explícitas do que em outros períodos históricos. Estas formas de materializar o ódio criam um cenário de verdadeiro terror, no qual nos identificamos como vítimas e atribuímos sempre ao outro o papel de culpado e algoz. Deixamos de acreditar nas instituições criadas para nos proteger, e a insegurança e a descrença nos fazem pagar um alto preço, que, de acordo com o autor, seriam a perseguição e a paranoia.

Birman acredita que a agressividade se materializa de duas maneiras: na linguagem e no ato. No ato, a violência e a delinquência estão cada vez mais presentes na experiência social, seja em relações pessoais ou nos aspectos profissional e político. A delinquência pode até não se estabelecer na vida privada, porém a violência cada vez se impõe mais nos laços afetivos de controle do outro (BIRMAN, 2009). Na linguagem, a agressividade se materializa a partir dos discursos de ódio, aspecto central nas nossas análises mais adiante.

Ao discutir a violência, Birman (2009, p. 61) vai afirmar que ela sempre foi uma marca da história humana presente em todas as sociedades, pois ela “está sempre lá, como um traço indelével da experiência social, regulando e desregulando ao mesmo tempo as relações entre as subjetividades”. Entretanto, apesar de presente, nada justifica sua naturalização.

Para ele, é difícil apontar as diferentes violências existentes, mas “nos faz constatar a existência na atualidade de formas *inéditas* de violência” (BIRMAN, 2009, p. 62) e isso se dá, principalmente, pois há várias formas de violência na subjetividade humana. Essas novas formas se caracterizam principalmente pela crueldade e a intensidade com que são praticadas, chocando pela disseminação e banalização social. Birman vai além em sua análise e questiona: quais formas de vida que construímos efetivamente na atualidade, tendo na violência uma das referências cruciais da nossa experiência? Segundo ele,

A segregação é uma das formas de vida que se anunciam na atualidade, condição que é de outras formas de vida, também construída como derivada daquela. Assim, a segregação está presente não apenas no registro coletivo, mas também no individual, opondo não apenas indivíduos, mas também grupos e segmentos sociais no interior de uma mesma formação social, além de contrapor nações e tradições simbólicas diferentes. (BIRMAN, 2009, p. 62).

Outro aspecto apontado como consequência dessa sociedade é o fundamentalismo, ou seja, a proliferação de ideologias conservadoras que se espalham de maneira perigosa e alimentam a intolerância. O psicanalista explica que é preciso considerar quem ou o que define a medida da violência em nossa subjetividade. Ele sugere que o *poder* pode ter esta função. Visto como “a maneira de dominar a violência originária, de forma que uma modalidade de força se oporia a outra” (BIRMAN, 2009, p. 64), o poder daria origem a duas formas básicas de violência descritas como:

Na primeira versão, existiria uma violência que fundaria a lei, que, com força, imporá um limite ostensivo a uma força imaginária, sendo então o que possibilitaria a constituição da história e dos laços sociais. Seria justamente isso que constituiria uma temporalidade, que ordenaria então as subjetividades. Na segunda versão, no entanto, a fragilidade da instância do poder não conseguiria se contrapor como força à violência originária, que dominaria então todo o campo e se disseminaria. Nesse contexto a violência seria transgressora da lei, impossibilitando, assim, tanto a sua produção quanto a sua reprodução. (BIRMAN, 2009, p. 65).

Birman (2009, p. 251) relata em sua obra de que maneira as formas contemporâneas de expressão do ódio estão presentes na sociedade brasileira. Segundo ele, a materialização do mal ganha corpo a partir da delinquência, da criminalidade, da miséria, da corrupção e do ódio ao outro, sendo que todos estes podem ser considerados sintomas da sociedade moderna. As formas contemporâneas do ódio atingem principalmente as classes sociais de menor poder aquisitivo no Brasil e por isso acentuam ainda mais as desigualdades entre os grupos.

A fragilidade e mesma a inexistência do exercício e reconhecimento da cidadania para grandes contingentes da população brasileira, associadas à ausência efetiva do Estado em vários territórios do país, e até mesmo nas grandes cidades, se impõe como o caldo mortífero de cultura para a constituição do *no man's land*, no qual a agressividade e a violência fincam rigorosamente suas funestas raízes (BIRMAN, 2009, p. 9).

Logo, constatamos, principalmente nas narrativas de violência, que as formas contemporâneas de expressão do ódio são mais presentes com as classes sociais brasileiras com menos recursos e atendimento do poder público. Os casos de violência, intolerância, crueldade e agressividades são mais eloquentes quando se tem a certeza de que o outro não terá como se defender. Essa inflexibilidade com os sujeitos se concretiza ainda mais na recusa de direitos básicos, na falta de possibilidade de exercer a cidadania, na perpetuação de estereótipos pautados no preconceito e no descaso diário com os esquecidos, ou se

preferirmos, nos ‘marginalizados’, como Bauman os denomina. O autor sugere a origem da crueldade<sup>18</sup> e da barbárie na sociedade brasileira. Segundo ele,

O nível de disparidade social que se encontra nas nossas paragens, ao lado do abuso de privilégios de nossas elites, que não querem perder nem os anéis quanto menos os dedos, constitui o caldo de cultura da conflagração social nos limites da guerra civil, do qual a insegurança presente nas grandes cidades e a disseminação da violência são signos mais eloquentes. (BIRMAN, 2009, p. 244).

O filósofo brasileiro Leandro Karnal, em obra recente, também busca refletir acerca do mal e do ódio que estão presentes no país. Ele explica que o envolvimento passional do brasileiro com questões políticas recentes trouxe à tona todo o ódio que a parte conservadora da população brasileira tem dos menos favorecidos e das políticas públicas voltadas para as camadas sociais mais pobres, mas que estava escondido. O ódio entre os extremos sociais, políticos e ideológicos finalmente foi desmascarado, principalmente em redes sociais online. Uma das questões levantadas por Karnal (2017) é entender por que o brasileiro, que omite o ódio dos menos favorecidos, ainda é considerado um ‘homem cordial’, mesmo que por vezes ele transpareça esse sentimento.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) explica que a grande contribuição brasileira para o restante da civilização é o “homem cordial”. Esse indivíduo estima e respeita a família, que ajudou a moldá-lo, e é por natureza um sujeito social que despreza as relações impessoais, pois não acredita na individualidade e por isso tenta ao máximo proteger o formato da família tradicional. Segundo Holanda:

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. (HOLANDA, 1995, p. 146-147).

Em uma visão prévia e superficial, entendemos como um indivíduo com simpatia e hospitalidade, incapaz de prejudicar ou desacreditar o outro. Porém, apesar de serem características que mostram um sujeito, nas palavras do próprio Holanda (1995, p. 147), “de fundo emotivo extremamente rico” e “transbordante”, é ingênuo supor que isso caracterize

---

<sup>18</sup> Um dos autores de referência para Joel Birman é o filósofo Michel de Montaigne (2000, p. 368) que trabalha com o conceito de crueldade. O autor reflete sobre a barbaridade entre humanos e não humanos e diz que o ápice da crueldade está no ato de um homem matar outro homem, “sem ser impelido pela cólera ou o medo, e unicamente para o ver morrer”, ou seja, simplesmente para satisfazer o próprio prazer. A morte de animais, socialmente aceita quando justificada como forma de sobrevivência através da alimentação, por vezes é a porta de entrada para a naturalização da morte humana, pois “ser cruel com os animais pode nos acostumar a ser cruel com os homens”.

alguém com somente boas maneiras, civilidade e sem defeitos. Pelo contrário, pois para o autor, o convívio social do brasileiro é oposto ao senso de polidez e por isso ilude na aparência:

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social e, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: e a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções. (HOLANDA, 1995, p.147).

A cordialidade, usada como máscara para mostrar o verdadeiro ‘eu’ do brasileiro e que é descrita por Holanda se refere muito mais à passionalidade do brasileiro, ou seja, a extrema emoção que esse sujeito coloca em tudo o que faz, do que ao caráter apaziguador ou pacifista que ele poderia ter. Os brasileiros são tão violentos quanto qualquer outro povo, porém a imagem criada a nosso respeito vai de encontro a essa realidade.

Uma das provas do quanto o Brasil é um país violento é o *Atlas da Violência 2016*, relatório produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que traz dados sobre a evolução dos homicídios no Brasil, violência policial, quantidade de crimes registrados com armas de fogo e informações sobre a violência de gênero e contra jovens.

O Brasil superou em 2016 o número de homicídios registrados em relação a 2014. De acordo com a pesquisa, o país possui um perfil bem delimitado em relação à violência: jovens negros, de baixo poder aquisitivo e com pouca escolaridade são as principais vítimas. Se compararmos aos dados em nível mundial, o Brasil é hoje o campeão no ranking dos países em homicídios com números absolutos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

O cinema e a literatura sempre foram usados como ferramentas para a criação desse imaginário, pois retratam o “jeitinho brasileiro” como ícone da brasilidade que reforça a ideia do indivíduo malandro, preguiçoso, simpático, que gosta de farra, bebidas e mulheres bonitas. De Zé Carioca<sup>19</sup>, passando por Jeca Tatu<sup>20</sup> até Macunaíma<sup>21</sup>, todos são símbolos dessa dita

---

<sup>19</sup> Personagem criado na década de 1940 pelos Estúdios Walt Disney. Trata-se da personificação do malandro carioca, alegre e simpático, que sai de todos os problemas com soluções pouco morais e que abusa do então “jeitinho brasileiro” para solucioná-los.

brasilidade e que, com o passar dos anos, ajudou a reforçar o imaginário construído a respeito dos brasileiros.

Porém, nada mais perigoso do que a intolerância disfarçada de polidez e bons modos que é vendida nessa imagem do “homem cordial”. Em entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo* em 2015 (COLOMBO, 2015), o sociólogo espanhol Manuel Castells, que é referência nos estudos sobre cibercultura e mobilizações sociais na internet, desconstrói o mito do brasileiro simpático. Quando questionado se a internet traz ao brasileiro uma maior sensação de intolerância, ódio e violência nos debates, Castells respondeu:

Eu não creio que no Brasil, com a internet, exista mais agressividade no debate. O Brasil sempre foi agressivo. Nos tempos da ditadura, no final dos anos 60, anos 70, o debate não era só agressivo como torturavam as pessoas diariamente com impunidade. A imagem mítica do brasileiro simpático existe só no samba. Na relação entre as pessoas, sempre foi violento. A sociedade brasileira não é simpática, é uma sociedade que se mata. Esse é o Brasil que vemos hoje na internet. Essa agressividade sempre existiu. A única coisa que a internet faz é expressar abertamente o que é a sociedade em sua diversidade. Trata-se de um espelho. Como hoje não precisam passar pelos meios tradicionais de comunicação, as pessoas aparecem como realmente são. [...] Na internet, um racista ou um sexista pode facilmente encontrar outros racistas e sexistas que, em seu entorno social, não podem se declarar abertamente assim. Na rede, não há constrangimento e se abre a possibilidade de expressão espontânea da sociedade. E o que ocorre? Nos damos conta de que a sociedade não é tão boa e angelical como gostaríamos que fosse. Vamos que, na verdade, a sociedade é bastante má. No Brasil e em todos os países (CASTELLS apud COLOMBO, 2015, on-line).

Logo a ideia de um país pacífico seria fantasiosa e ingênua, pois, ignoraria, entre outros episódios, o histórico brasileiro de torturas durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) ou guerras importantes como a Cabanagem (1835-1840)<sup>22</sup>, que aconteceu no Pará, ou ainda a Revolução Farroupilha (1835-1845)<sup>23</sup> no Rio Grande do Sul, que deixaram vários mortos e inúmeros relatos de torturas, abusos e outras violências explícitas.

Argumentamos, então, se o ódio faz parte da natureza e está na nossa história, desde as ações mais corriqueiras até as ações mais importantes, por que insistimos na sua negação? Afirma Karnal (2017, p. 12) não ser fácil reconhecer e acumular fracassos, dores e desafetos.

---

<sup>20</sup> O personagem Jeca Tatu foi criado em 1914 pelo escritor Monteiro Lobato. Nas histórias, Jeca Tatu é um sujeito de bom coração, que se torna o símbolo do homem do interior brasileiro e que tem como características principais a preguiça, o jeito caipira e a maneira sem modos.

<sup>21</sup> O personagem foi criado pelo autor Mário de Andrade em 1928. Macunaíma é retratado como o homem preguiçoso, que mente para conseguir o que quer, mas que apesar dos defeitos é visto como bom sujeito.

<sup>22</sup> Também conhecida como Guerra dos Cabanos, a Cabanagem foi uma revolta popular que aconteceu durante o período imperial. A população estava descontente com as doenças, a pobreza e o descaso do governo. A revolta foi comandada por índios, mestiços e cabanos de classe média que eram contra o governo regencial.

<sup>23</sup> A Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos é considerada a maior revolta brasileira. O conflito se deu entre a região do Rio Grande do Sul e o governo imperial brasileiro, graças ao descontentamento da população e a busca por mais autonomia da província.

Todos estes trazem consigo o gosto amargo e a certeza de que a vida pode ser muito injusta. Por isso, é sempre mais fácil atribuir a culpa das decepções a terceiros. Por vezes, o ódio parece o caminho mais simples, pois “pensar é árduo e odiar é fácil”.

O ódio em si tem traços infantis e narcísicos alimentados pelo egocentrismo. Os indivíduos acreditam que quando o mundo não está de acordo com suas ações ou pensamentos, o único caminho é revoltar-se contra ele, afirma Karnal. Segundo ele, as questões mal resolvidas durante o período da infância podem ser a causa dos ódios durante a fase adulta e este sentimento nada tem a ver com a indiferença:

Seria bom perceber que o ódio fala muito de mim e pouco do objeto que odeio. Mas o principal tema do ódio é meu medo da semelhança. Talvez por isso os ódios intestinos sejam mais virulentos do que os externos. Odeio não porque sinto a total diferença do objeto do meu desprezo, mas porque temo ser idêntico. Posso perdoar muita coisa, menos o espelho. (KARNAL, 2017, p. 13).

Se negamos o ódio como traço do nosso caráter, enquanto brasileiros, mas não somos indiferentes ao objeto odiado, então passamos a justificar ou nivelar os ódios existentes com relação ao outro. Karnal acredita que parte dessa tolerância tem origem na história escravocrata brasileira:

Essa tradição faz com a nossa violência seja tolerada, desde que aplicada a grupos sociais específicos. É manchete de jornal a violência que atinge grupos de elite, mas nunca aquela que atinge grupos específicos, como negros, pobres, homossexuais e transexuais. Nossa violência é estrutural. Não é diferente da violência humana, mas é aumentada pela injustiça social, pelas relações sociais e pela própria violência política. Às vezes podemos perguntar por que é tão intensa. E às vezes seria lícito supor o motivo pelo qual ela não é mais intensa, dado o grau da violência social. (KARNAL, 2017, p. 22).

Para o autor, a ideia de que no Brasil não há preconceito nem intolerância se dá por que os atos por aqui são mais disfarçados do que em outros países, por exemplo. Não precisamos de espaços separados para brancos e negros, como no *Apartheid* da África, mas veladamente somos ensinados a qual cada um pertence. As segregações no Brasil não são declaradas e somente quando tentamos questioná-las e rompê-las observamos suas raízes (KARNAL, 2017).

Quanto maior o medo, maior o racismo. Quanto maior a ignorância, maior o racismo e a violência. Quanto maior a insegurança pessoal, maior o ódio. É uma maneira de eu responder de forma ódios à incapacidade que tenho de

achar minha posição no mundo. Nem todo o ataque decorre da inveja do outro, mas todo o ataque é fruto do seu medo. (KARNAL, 2017, p. 43).

Observamos que parte do fenômeno do ódio no Brasil, relacionado ao racismo e a violência, se constrói quando grupos solidificados em relação à garantia de seus direitos básicos se sentem ameaçados pelos direitos de grupos minoritários. Por exemplo, grupos favoráveis à família que são contra casamentos ou adoções realizadas por casais homoafetivos. O discurso que ganha evidência, neste caso, é o de conservação dos moldes tradicionais, mas o pano de fundo está na intolerância velada.

Karnal (2017) ressalta ainda que no Brasil como o ódio ainda é um sentimento negado, principalmente em relação aos grupos minoritários, os indivíduos que se automeiam como protetores dos bons costumes e dos arranjos familiares tradicionais são os principais agentes que participam da proliferação cada vez maior dos discursos de ódio, muitas vezes defendidos como liberdade de expressão.

### **3.6 Discursos de ódio**

“Sem liberdade de expressão, não há democracia. Ela ocupa o centro nevrálgico de uma estrutura democrática”, afirma Schäfer (2011, p. 30). Entretanto, indagamos: há limites para a liberdade de expressão? Segundo Schäfer (2015), no Brasil a liberdade de expressão tem a mesma relevância do que em tratados internacionais e por isso ganha posição de destaque, ainda que não esteja acima dos demais direitos. Sua ênfase e proteção encobrem sua deturpação, ou seja, deixam veladas manifestações de discriminação e intolerância que são justificadas pelo direito que todo o cidadão brasileiro tem de expressar livremente o pensamento.

Ao falar o que se pensa e invadir o direito ou ferir a dignidade de outro sujeito, ultrapassamos a linha tênue que há entre liberdade de expressão e a prática dos discursos de ódio. Recentemente, a temática vem ganhando mais visibilidade em virtude ao crescimento dos registros em redes sociais online.

Conceitualmente os discursos de ódio são palavras ou expressões usadas para desvalorizar, inferiorizar, perseguir, insultar, prejudicar ou privar o outro de direitos e que podem ser ditas em qualquer ambiente social. De acordo com Brugger (2007, p. 151), os discursos do ódio são as falas “que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião ou a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Logo, tem a capacidade de instigar a violência, a discriminação e principalmente o ódio.

Apesar de concentrar seus estudos somente no campo jurídico, Brugger se mostra interessante para outros campos, a exemplo da Antropologia, Psicologia e da Comunicação, pois ao longo de suas reflexões vai estudar as diferenças entre os modelos do Direito alemão e o americano. O primeiro combate os discursos de ódio na sua gênese, ou seja, antes que ultrapassem os limites. Já o modelo americano retarda qualquer atitude e só se impõe quando há perigo de violências mais explícitas. O Brasil se aproxima atualmente do segundo modelo.

Segundo Brugger (2009, p. 117), os “Estados liberais valorizam a liberdade de expressão em abstrato, mas, na prática, é apenas o discurso ofensivo ou repulsivo que normalmente precisa de proteção”, e a ideia de que os discursos de ódio merecem proteção aparece desde as obras de Voltaire, quando afirmava que poderia até não aprovar o que o sujeito dizia, mas que ainda assim defenderia até a morte o direito de aquilo ser dito. Nessa perspectiva, eliminar as falas de ódio, mais vistas como uma conduta do que como um discurso, seria limitar o caráter comunicativo e por isso uma afronta à liberdade de expressão.

Na lei brasileira, a Constituição Federal não fala claramente sobre os limites da liberdade de expressão e a punição para quem pratica os discursos de ódio, por isso a sua avaliação acaba sendo subjetiva. Já o Marco Civil da Internet, lei federal de número 12.965/2014, determina os princípios, as garantias, os direitos e os deveres dos usuários da internet, com base em três aspectos: na garantia da neutrabilidade de rede, o direito à privacidade e à garantia a liberdade de expressão, porém apesar de ser um texto recente não aborda a temática dos discursos de ódio. Logo, com a ausência de meios legais que delimitem o que pode configurar os discursos de ódio, se torna difícil identificar e enquadrar esses discursos, tampouco classificá-los com clareza.

Mas o artigo 20 da Carta Magna, diz que é crime praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A punição para quem pratica atos dessa natureza é multa e três anos de prisão, mas se qualquer crime citado no capítulo for cometido por intermédio de meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza a pena pode chegar à reclusão de até cinco anos.

Os discursos de ódio, segundo Diaz (2011), vão além do sentimento de antipatia pelo outro e por isso devem ser analisados levando em consideração a segregação e o ponto de vista dos envolvidos, ou seja, os autores das falas e os atingidos pelas ofensas.

Observamos, de modo geral, que o discurso de ódio não é meramente uma fala de discordância, mas se trata de um objeto de desqualificação do outro, que não é reconhecido como merecedor dos mesmos direitos daquele que fala. Para Meyer-Pflug (2009), o discurso de ódio é tido como qualquer comentário que traga intimidações, assédio, instigações ou

injúrias contra uma única pessoa ou um grupo. Segundo a autora, trata-se da desqualificação do outro, de modo que uma das partes é inferiorizada e a outra é exaltada como se ambas estivessem em lados opostos e/ou competissem por algo. A ideia do emissor do comentário nesses casos é que o indivíduo subjugado não é digno dos mesmos direitos ou cidadania que ele.

Na concepção de Meyer-Pflug (2009, p.97), isso “[...] consiste na manifestação de ideias que incitam a discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”. Mesmo que seja para defender um pensamento genuíno ou uma tradição, a estudiosa ressalta que não é aceitável perante a lei falar ou publicar qualquer opinião negativa em relação a outro indivíduo ou grupo. A Constituição Brasileira nos dá direito ao livre pensamento, porém quando essa opinião é verbalizada não pode atingir ou ferir o direito do outro.

Os discursos de ódio começaram a ser debatidos com mais ênfase recentemente e por isso passaram a ser compreendidos como prejudiciais à sociedade. Hoje, a questão tem ganho novos olhares considerando os impactos que causa nas relações de sociabilidades entre os indivíduos. No final de 2015, a Organização das Nações Unidas lançou uma campanha de combate à xenofobia, extremismo, preconceito e discursos de ódio. Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançou um documento que, apesar de estar focado em ambientes online, apresenta formas de combate, a partir de práticas locais que podem ser aplicadas em escala global também no ambiente off-line.

No texto *Countering online hate speech* os discursos de ódio são identificados como:

O discurso de ódio está em umnexo complexo com liberdade de expressão, direitos individuais, de grupo e de minoria, bem como conceitos de dignidade, liberdade e igualdade. Sua definição é muitas vezes contestada. Na legislação nacional e internacional, o discurso de ódio refere-se a expressões que defendem a incitação ao mal (em particular, a discriminação, a hostilidade ou a violência) com base na identificação do alvo com um determinado grupo social ou demográfico. Pode incluir, mas não está limitado a, discurso que defende, ameaça ou incentive atos violentos. Para alguns, no entanto, o conceito se estende também a expressões que promovem um clima de preconceito e intolerância, partindo do pressuposto de que isso pode fomentar discriminação, hostilidade e ataques violentos (GAGLIARDONE et al., 2015, p. 10, tradução nossa).<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup>Hate speech lies in a complex nexus with freedom of expression, individual, group and minority rights, as well as concepts of dignity, liberty and equality. Its definition is often contested. In national and international legislation, hate speech refers to expressions that advocate incitement to harm (particularly, discrimination, hostility or violence) based upon the target’s being identified with a certain social or demographic group. It may include, but is not limited to, speech that advocates, threatens, or encourages violent acts. For some, however,

Constatamos que a propagação dos discursos de ódio incentiva o desprezo ao outro, criam a ausência de empatia e solidariedade e ainda estimulam os indivíduos a acreditarem na própria superioridade. Os sujeitos ou grupos que os fazem acreditar que sabem do que estão falando, que conhecem seu “inimigo” e para afirmar as ideias usam preconceitos e clichês criados a partir dos estereótipos e do senso comum, pois:

Por motivos de segurança emocional e psicológica, as pessoas geralmente tentam superar a dúvida e o estado de incerteza contínuos que encontram em si mesmas - e com isso o senso de insegurança que se torna muito forte quando não temos respostas claras e prontas para as questões que nos agitam ou até nos atormentam. É por isso que os estereótipos e conjecturas são tão comuns na cultura popular e na mídia. Os seres humanos precisam deles como salvaguardas de sua segurança emocional (DONSKIS, 2014, p. 14).

O uso de estereótipos, conjecturas e o senso comum, ainda que seja para garantir a segurança emocional dos indivíduos, se torna forma de acirrar e perpetuar rivalidades baseadas no ódio ao outro.

### **3.7 O ódio ao outro na sociedade líquida**

Liiceanu (2014) afirma que há tipos diferenciados de ódio, sentimentos provenientes da inveja e do ressentimento, que podem ser cultivados por muito tempo. Ao assumir que sente o ódio, o indivíduo pode sofrer julgamento imediato dos outros. Mas afinal, se há tantos tipos de ódio como eles irão se diferenciar?

Para explicar a diferença na origem e nos tipos de ódio o romeno Liiceanu (2014) explica que há o “ódio de partida” e o “ódio de reação”. O primeiro diz respeito ao ódio gratuito por outra pessoa. Pode-se odiar alguém por qualquer característica que ela tenha, ou seja, este tipo de ódio é alimentado pelo preconceito, a inveja ou a vontade de ter aquilo que se vê – ou se imagina – ver no outro. Já o “ódio de reação” é aquele cultivado a partir de uma atitude cometida pelo outro. Em outras palavras esse ódio é visto como um sentimento justificado, pois aquele que odeia é visto como vítima de um fato anterior.

Para Liiceanu (2015, p. 49), o ódio pode ser “induzido, argumentado, explicado, teorizado, previsto como escopo, com um programa e posto de modo sistemático a trabalhar”, e acima de tudo se tornou um sentimento impessoal, pois não odiamos mais um sujeito em especial, mas sim aquilo que ele representa. O ódio não se dirige a uma única pessoa, mas a qualquer uma que seja membro de um grupo ou que tenha a característica que é odiada. Segundo o autor, “odeia-se uma hipótese englobadora [...] odeia-se alguém como burguês,

---

the concept extends also to expressions that foster a climate of prejudice and intolerance on the assumption that this may fuel targeted discrimination, hostility and violent attacks (GAGLIARDONE et al., 2015, p. 10).

como hebreu, como cigano, como intelectual, como islamita, como americano, como húngaro etc.” (LIICEANU,2015, p. 54).

O pensamento do autor é importante para este estudo, pois nos ajuda a entender as raízes históricas de ódios cristalizados. Por exemplo, o ódio direcionado a pobres, negros ou homossexuais. A ideia de que se odeia o grupo e a característica em comum e não mais o sujeito em si nos leva a refletir sobre o crescente número de casos de violência e intolerância no Brasil relacionados a esses grupos.

Para o autor, o ódio, assim como o amor, é uma paixão que precisa ser alimentada e cultivada, caso contrário, perde seu estado febril e imediato típico do estado inicial de uma relação, sendo assim pouco a pouco definha até morrer. O ódio não pode ser negado, pois sempre será uma possível consequência do encontro com o outro, sendo que a todo o momento estamos nos comparando com este outro sujeito. Este “outro” é visto como espelho ou parâmetro de comparação para o bem e o mal. (LIICEANU, 2014)

Para o Liiceanu (2014, p. 32), “odeio ao outro pelo o que ele é e eu não sou, e absorvo-o em mim para tornar-me ele. Desfaço-o, refazendo-o em mim”. Porém a partir desta afirmação podemos ir além: odeio ao outro pelo o que ele tem e eu não tenho. Em uma sociedade de número cada vez maior de consumidores, seja do que é material ou imaterial (BAUMAN, 2011a; 2011b) é possível constatar esse sentimento cultivado e o desejo de ter aquilo que não se pode ter. Logo, uma das formas de expressar e concretizar o ódio seria retirar do outro aquilo que eu, enquanto sujeito que odeia, acredito que ele não é merecedor.

Liiceanu (2014) revela ainda que o ódio pode nascer através do mecanismo de pilhagem genética e pela usurpação do estatuto. Segundo ele, o outro é sempre o possuidor das características e objetos do nosso desejo. Por exemplo, se desejamos ter mais astúcia, bondade ou ser bem-sucedido, só conseguimos enxergar essas qualidades nos outros, mas não em nós mesmos, logo aquilo que não temos será sempre objeto de desejo.

Por isso, ao ver do sujeito que sente o ódio, não ter nenhuma dessas qualidades é na verdade uma injustiça que o guiará ao ódio na busca pelo o que ele acredita lhe pertencer ou ao seu lugar de direito que foi usurpado.

Ao passo que o amor “envolve o objeto numa atmosfera favorável” e é apenas cuidado para com ele, o ódio, com o mesmo ardor, o “envolve numa atmosfera desfavorável” e o destina à destruição. Ao passo que o amor o salva, sustém e forma, o ódio “o aniquila virtualmente” e “secreta uma virulência corrosiva” Ao passo que o amor está sob o signo da união (é conjuntivo) e sob o simbolismo do ponto, o ódio está sob o signo da separação (da dis-junção) e sob o simbolismo do precipício. De onde também a definição dada ao ódio como “anulação e assassinato virtual; mas não um

assassinato que executas uma única vez, mas o estado de ódio é o assassinato sem descanso”. (LIICEANU, 2014, p. 32-33).

Destacamos mais uma vez que nosso objeto principal é o ódio midiático, veiculado nos programas policiais, que não necessariamente tem o caráter de cobiça e desejo, mas que possui raízes no desejo de eliminar o outro visto nesta pesquisa como um dos grandes males da sociedade líquida.

O ódio, e neste caso a aniquilação do outro, resulta na anulação contínua e de várias formas, pois não basta exterminar o objeto odiado, é necessário que esse processo seja repetitivo e alimentado para o prazer daquele que odeia, como numa espécie de ‘morte contínua’, segundo Liiceanu. Essa ‘morte contínua’ é o que acontece, por exemplo, nas narrativas jornalísticas, de rádio, Tv e jornais impressos, que repetidamente buscam desconstruir e alimentar a raiva contra grupos específicos.

Outra contribuição de Liiceanu é sobre a relação entre ódio e ideologia. O ódio pode ser consequência do impulso e do imediatismo, porém também pode ser organizado intelectualmente. Para ele, o sentimento passou por uma metamorfose durante o século XX, período em que as sociedades passaram a cultivá-lo e justificá-lo a partir de ideologias.

Segundo o autor, “o ódio vazio tem a eficiência de um arco e flecha, de um mosquete que dá um único tiro. Previsto com ideologia, ele se torna uma arma de repetição” (LIICEANU, 2014, p. 49). Por ideologia entende-se a reunião de pensamentos e certezas que podem nortear as ações de um indivíduo ou de um grupo. Quando o ódio tem por trás ideologias fortes e bem amparadas, do ponto de vista argumentativo, temos o ódio com alta capacidade de destruição.

Lembramos a figura dos apresentadores, que por vezes reproduzem discursos de ódio que incitam a violência e a intolerância, porém sua imagem e seus argumentos têm tamanha força e representatividade que eles acabam sendo vistos como paladinos da justiça. O problema da ideologia, nestes casos, é que ela geralmente está ligada a interesses pessoais e políticos e não no bem-estar da população.

O autor observa que o século XXI se tornou a era das paixões políticas que tem o foco no ódio às classes, a raça e no ódio nacional. Porém, para que se tornem paixões verdadeiras é necessário o treinamento das grandes massas de maneira sucessiva. Ao analisar como o ódio se dá quando há por trás dele algum tipo de ideologia Liiceanu (2014) explica que o sentimento ganha duas características básicas: ele se torna impessoal e se aperfeiçoa à medida que se torna culto e é cultivado.

A primeira característica, não se odeia mais um único sujeito, mas sim o grupo ao qual ele pertence. Essa afirmação é relevante se pensarmos do ponto de vista religioso, no qual mesmo sem se conhecerem grupos movidos pela religião matam uns aos outros unicamente por que tem crenças diferentes, a exemplo dos cristãos e muçumanos, que estão em conflito na Nigéria desde 2002, xiitas e sunitas que lutam no Iraque ou ainda judeus e muçumanos que brigam em Israel.

Dessa forma, aquele que odeia sempre pertence a um grupo, ou seja, não está isolado, e o objeto do ódio está nessa condição justamente por pertencer ao seu grupo. Identificamos tal característica semelhante com a afirmação de Karnal (2017, p. 12), em que “o ódio aplaina as diferenças do meu grupo. Ele, como vários ditadores bem notaram, serve como ponto de união e controle”.

Já a segunda característica é identificada a partir do aperfeiçoamento das paixões políticas, em que o ódio deixa de ser “vazio” e dá um o passo da natureza para a cultura, isso significa dizer que ele deixa de ser instintivo, assim como qualquer outro sentimento, e passa a ser um elemento constituído em um grupo e que pode ser socialmente aceito.

De acordo com Liiceanu (2014, p. 57), a partir da sistematização do ódio, surgem seis novas configurações e novos contornos. A primeira, considerada a mais importante, diz que o ódio passa a ter consciência de si, ou seja, a ideologia passa a indicar o objeto que deve ser detestado e que ele deve ser “destruído, suprimido e aniquilado” (LIICEANU, 2014, p. 57). A ideologia estabelece ainda como será essa aniquilação, ou seja, quais instrumentos serão usados e o lugar exato do extermínio. Tudo calculado com a maior frieza.

A segunda configuração aponta que o ódio pode se tornar um sentimento nobre que o coloca em uma visão de mundo e como uma paixão. Esse pensamento é uma preparação para o terceiro item que explica que quando justificado científica ou historicamente, o ódio pode transformar os crimes mais bárbaros em “normais” ou até mesmo “necessários”. O próximo aponta uma contradição: as ideologias induzem o ódio a uma equação de felicidade, na qual o êxtase da alegria se dá pelo extermínio do objeto odiado (LICEANNU, 2014).

A quinta configuração, considerada importante no nosso objeto de pesquisa, uma vez que o ódio já está honrado e socialmente aceito, a ideologia torna herói aquele que odeia e mata. Para Liceannu (2014, p. 58), “o homem enquadrado por uma ideologia pode odiar livremente e igualmente pode ter orgulho desse ódio”. Este indivíduo ao invés de receber a punição pelos crimes que comete acaba recebendo recompensas pelos atos.

Essa afirmação caminha na direção dos conteúdos jornalísticos policialescos, ou seja, que tem a violência como base incitam o ódio e a discriminação do outro. Por exemplo, no

programa *Metendo Bronca* da TV RBA, apresentado por Joaquim Campos, observamos o apresentador ‘incentivar’ a violência contra os acusados, ofende-os, afirma que precisam ser exterminados e que o mal da sociedade se deve a eles. Ora, ao invés de punição, por parte da emissora, ou repreensão por parte dos órgãos competentes, Joaquim tem como retorno positivo a reprodução das falas que caem na boca e no gosto popular.

A ideia propagada por trás da fala do apresentador leva ao sentido de que é preciso defender os ‘homens de bem’ e que “os bandidos devem ser mortos”, ou seja, são falas pautadas no ataque que justificam a proteção. Os discursos de ódio transmitidos nesse programa pelo apresentador tem recepção junto alguns nichos sociais, tornando essas falas verdades absolutas.

Por fim, o último item afirma que o ódio, por ser uma “febre negativa da paixão” (LIICEANU, 2014, p. 58) acaba distorcendo a verdade e alimentando a mentira de modo sistemático. Ora, se as ideologias deixam os sujeitos cegos não há como pensar que eles terão acesso à verdade, mas somente aquilo que querem ver e escutar e como resultado disso. “O homem que odeia politicamente como parte de uma ideologia termina assim por ser integralmente mutilado: no plano afetivo, a sua vida se instala no horizonte do ódio, e no plano intelectual, no da mentira”. (LICEANNU, 2014, p. 58).

Assim como as ideologias movimentam o ódio, o ódio alimenta as ideologias, o que cria uma ação cíclica de interdependência. Nesse sentido as ideologias são “atiçadas pelo próprio objeto que sistematizam, estas se tornam cortantes, radicais, exclusivistas, postulam a separação total entre as categorias humanas e forçam a linguagem ao limite extremo da violência” (LIICEANU, 2014, p. 59). O ódio direcionado ao outro na sociedade contemporânea fala muito mais do sujeito e das relações do que sobre o objeto odiado, pois ele revela como nos enxergamos atualmente:

Mas quem são eles, se não são “homens”? O meio mais eficaz de destruir um homem da esfera do humano é a criação de bestiário do ódio que dá a possibilidade de classificar o objeto numa espécie ou outra de animais. O “outro” não é apenas “o mau”, e “o inimigo”; ele é mais do momento em que, na escala dos valores instituídos pelos homens, passa ser “menos”. Para poder se liquidado sem problemas e sem sombra de nenhum remorso, ele tem de tornar-se animal, ou seja, não-homem, ou sub-homem. Desse momento ele pode ser morto com a consciência limpa do que vai à caça para fazer um bem à comunidade, para extirpar um “nocivo” (LICEANNU, 2014, p. 73).

Observamos, ao analisar as narrativas midiáticas sobre os indivíduos que cometem crimes e/ou estão envolvidos na criminalidade, a configuração do ódio em rebaixar o outro na busca pela autoafirmação e ainda como a ideologia do bem comum, capaz de amenizar

qualquer atrocidade dependendo de contra quem ela é cometida. Podemos relacionar este pensamento de Liceanu às reflexões de Montaigne (2000), pois o inimigo torna-se animal perde sua condição de humano e tudo aquilo ao qual teria direito, logo seu extermínio passa a ser justificado.

### 3.5.1 Quem são os bárbaros?

Ao longo da história sempre houve a divisão, proposital e extrema, entre bárbaros e civilizados. Todorov (2010) conta que o termo ‘bárbaro’ vem da Grécia Antiga, local onde os gregos, povo de cultura erudita e considerado evoluído em muitos aspectos, como a Democracia e a Matemática, por exemplo, nomeava desta forma os “não-gregos”, ou seja, os estrangeiros que pertenciam a outras culturas e por isso tinham hábitos diferentes. Para os nativos da Grécia, ser o ‘outro’ – o estrangeiro – significava, principalmente, não dominar o idioma grego e era a partir desse quesito que se dava o reconhecimento dos outros povos.

Ao chamarem todos os “não-gregos” de bárbaros por entenderem que se tratava de um só grupo, tido como homogêneo político, social e culturalmente, os gregos se colocavam em uma perspectiva de superioridade, na qual os bárbaros eram vistos como selvagens ou vândalos e os gregos como os verdadeiros representantes da civilidade.

Para Todorov (2010), autor que investiga sobre alteridade e a relação entre sujeitos de grupos sociais e culturais diferentes, essa atitude representa o princípio da exclusão, não aceitação e desconhecimento do outro, pois o que os gregos chamavam de bárbaros era na verdade a junção de vários povos vistos como inimigos graças às diferenças entre eles.

A oposição entre vício e virtude construída somente a partir do domínio ou não domínio da língua grega sempre deixou uma série de lacunas e a primeira delas é que se os bárbaros são aqueles que não dominam o idioma grego, os bárbaros em questão, por sua vez, estariam em posição de dizer que os verdadeiros bárbaros são os que se autodenominavam como civilizados, pois estes também não estão em condições de falar a língua deles. A segunda possível lacuna nesse entendimento é que se somente a língua é o obstáculo para deixar de ser um bárbaro, logo “a ignorância própria ao estrangeiro é uma forma bem passageira de barbárie” (TODOROV, 2010, p. 29).

O autor traça o perfil do bárbaro e nomeia algumas de suas características. Segundo ele, trata-se de indivíduos que “transgridem as leis fundamentais da vida comunitária por serem incapazes de respeitar a distância ajustada na relação com os próprios pais” (TODOROV, 2010, p. 25). Ao falar desta incapacidade o autor faz referências a crimes

considerados hediondos, ou seja, sinônimos da barbárie, como o parricídio, o matricídio e o infanticídio, além do incesto.

Os bárbaros são aqueles que “estabelecem uma verdadeira ruptura entre eles próprios e os outros homens” (TODOROV, 2010, p. 25), pois ao recorrerem à violência a as guerras como forma de resolver seus conflitos recusam a possibilidade do diálogo e da união, apesar das diferenças.

Outro sinal da barbárie é não levar em consideração o ponto de vista dos outros sujeitos. A desconsideração implica colocar os desejos e direitos individuais a frente dos demais, principalmente quando se está vivendo em comunidade. Para o autor:

Os bárbaros são aqueles que, em vez de reconhecerem os outros como seres humanos semelhantes a eles, acabam por considerá-los como assimiláveis aos animais, ao consumi-los ou ao julgá-los incapazes de refletir e, portanto, negociar (eles preferem a briga), indignos de viver a liberdade (permanecem súditos de um tirano); eles limitam-se a conviver com os parentes de sangue e ignoram a vida social regida por leis comuns (à semelhança de selvagens à rédea solta). [...] Os bárbaros são aqueles que negam a plena humanidade dos outros: em vez de significar eles ignoram ou esquecem, realmente, a natureza humana dos outros, eles comportam-se como se os outros não fossem – ou, de qualquer modo, não inteiramente – seres humanos. (TODOROV, 2010, p. 27).

Logo, negar a humanidade dos semelhantes é um dos sinais mais contundentes que comprovam a barbárie. Ainda segundo o autor, e este se trata do ponto de discordância com esta pesquisa, pois acreditamos que os bárbaros estão entre nós e podem ser nós mesmos – os bárbaros vivem isolados e não estão em sociedades regidas por leis comuns a todos os sujeitos.

Os bárbaros encontram-se do lado do caos e do arbitrário; eles não conhecem a ordem social. Ou dito por outras palavras, são apresentados à barbárie os países em que todos são vítimas da tirania de um déspota; enquanto estão afastados da barbárie os países em que os cidadãos são tratados em pé de igualdade e podem participar da organização da vida em sociedade, à semelhança do que ocorria na democracia grega. (TODOROV, 2010, p. 26).

O curioso em negar a humanidade dos sujeitos inimigos está no desejo da autoafirmação. Nem a morte, tida como a extinção definitiva, é suficiente, pois há a necessidade da ‘morte contínua’ que está traduzida na humilhação e na superexposição. Sobre isso Todorov conta que “a barbárie está intimamente ligada “a tortura, a humilhação e o sofrimento infligidos aos outros” (TODOROV, 2010, p. 35).

Por isso, assassinatos, genocídios, massacres, como os citados no início deste capítulo, assim como o ato de incitar o sofrimento individual, são exemplos reais e extremos de violência que simbolizam a barbárie, pois como afirma Todorov “declarar guerra é o ato mais bárbaro que resolver os conflitos pela negociação” (TODOROV, 2010, p. 35).

O conceito do que é ser bárbaro é legítimo e mesmo que tenha sido criado em um passado distante ainda serve para os tempos atuais e merece ser preservado, segundo Todorov. Ainda que o sentido da palavra seja distorcido e hoje seja usado para marcar negativamente aqueles que odiamos ou que nos agridem de alguma forma o ato de ser bárbaro na atualidade é “uma forma diferente à discriminação institucional para com os outros, por que eles não pertencem à minha comunidade linguística ou ao meu grupo social ou ao meu perfil psíquico” (TODOROV, 2010, p. 29).

É interessante ressaltar que na visão cristã a figura do bárbaro desaparece, pois se trata de um ponto de vista de quem o fala, afinal “o verdadeiro cristão se interessa apenas pela unidade na fé, de modo que todas as separações entre os seres humanos não são levadas em consideração” (TODOROV, 2010, p. 29). Partindo dessa afirmação não há língua ou qualquer outra diferença, física ou cultural, que possa ser usada como condição para a divisão entre bárbaros e civilizados.

Sobre o perfil do homem civilizado Todorov explica que em todos os lugares e tempos históricos é somente o civilizado quem sabe reconhecer a humanidade nos outros indivíduos. Para isso o sujeito civilizado passa por um processo de avaliação em duas etapas, na qual primeiro percebe que os outros têm modos de vida distintos dos seus e em seguida atribui civilidade ao outro se este possuir hábitos semelhantes aos seus. Logo, trata-se de um processo de civilização compreender, aceitar e respeitar as diferenças “por que, dessa maneira, amplia-se o círculo da humanidade” (TODOROV, 2010, p. 33).

Percebemos que os considerados civilizados, segundo a perspectiva do autor, estão em constante vingança contra os bárbaros na intenção de diminuí-los e na busca por delimitar hierarquias. Sendo assim, é neste momento que se constrói a linha tênue entre os dois grupos, afinal ambos praticam a barbárie contra o outro, ainda que sejam por justificativas diferentes.

Para nós, a barbárie não corresponde a um período específico da história da humanidade, antiga ou moderna, nem a qualquer população que ocupasse uma região particular do Planeta; ela está em nós, assim como nos outros; nenhum povo, nenhum indivíduo, está imunizado contra a possibilidade de executar atos bárbaros. O homem pré-histórico que mata o semelhante na grotta da vizinha, Caim que assassina Abel, o tirano contemporâneo que tortura seus adversários – todos participam do mesmo

instinto de barbárie, a do sentimento de rivalidade e índole assassina que nos leva a recusar aos outros o direito de acesso às alegrias e aos bens que são objeto do nosso desejo. (TODOROV, 2010, p. 32).

Em nenhum momento podemos afirmar que a barbárie é desumana, pois ela advém de um instinto do homem, por isso jamais poderá ser definitivamente eliminada. Destacamos, mais uma vez, que a civilidade assim como a barbárie será sempre algo relativo, pois:

Na verdade, nenhum indivíduo – ainda menos um povo – poderia ser inteiramente “civilizado”, neste sentido da palavra: ele pode somente ser civilizado em maior ou menor grau; aliás, o mesmo é verdadeiro em relação ao “bárbaro”. A civilização é um horizonte do qual podemos nos aproximar, enquanto a barbárie é um fosso do qual tentamos nos afastar; é impossível que uma ou outra venha a confundir-se, integralmente, com seres particulares. Os atos e as atitudes é que são bárbaros ou civilizados, e não os indivíduos ou os povos. (TODOROV, 2010, p. 33).

Sendo assim a possibilidade de civilidade e o instinto à barbárie está em cada um de nós podendo ou não ser domesticado e controlado e essa perspectiva se aproxima do pensamento de Bauman quando fala que pessoas boas podem se tornar más.

Atribuir sempre ao outro a condição de ser bárbaro fala muito mais sobre a intolerância com as diferenças entre os sujeitos do que propriamente a ignorância – social, política ou cultural – de quem é enquadrado desta forma. Partindo destas explicações conceituais acerca da barbárie e da civilidade trazemos a tona o seguinte questionamento: quem são os bárbaros?

O contexto contemporâneo explicado por Bauman fala sobre a individualização e fragmentação da sociedade líquida. A necessidade pela ambivalência, descrita como sendo o ato de romper com ação de categorizar pessoas e coisas, nos impõe, por assim dizer, a necessidade de nos dividir, mesmo que não seja intencional, entre civilizados e bárbaros. Curiosamente, os bárbaros são sempre os outros que não se enquadram no estilo de vida do ‘eu’ e do ‘nós’.

Se na Grécia antiga a divisão entre gregos e bárbaros se dava principalmente no domínio da língua, atualmente essa divisão se dá a partir de outros aspectos como a escolaridade, poder aquisitivo, classe social, prestígio, ou seja, quaisquer elementos que possam ser usados de modo a estabelecer parâmetros de inferioridade e superioridade. Logo, o agrupamento de indivíduos a partir desses aspectos já demonstra indicativos de exclusão.

No entanto, ao dizer que os bárbaros são aqueles que usam da violência, já temos indicativos suficientes para entender que a barbárie está mais próxima do que imaginamos. Os

programas policiais de caráter popular, por exemplo, que incitam a violência contra suspeitos e criminosos seria uma forma explícita de barbárie.

Destacamos anteriormente que um dos pontos de discordância deste estudo com as declarações de Todorov (2010) está na afirmação de que os bárbaros vivem isolados, no caos e que não conhecem a ordem social. Pelo contrário. Os bárbaros são aqueles que apesar de viverem em comunidades e gozando da ordem social, escolhem o retrocesso a partir da desumanização dos outros indivíduos.

Se levarmos em consideração que o próprio autor fala que civilidade e barbaridade são conceitos relativos e presentes em todos os indivíduos, logo ricos, intelectuais e belos, ou seja, os afortunados de modo geral também podem ser bárbaros e neste caso podem conhecer e ter acesso à ordem social, porém optam por rompê-la. Este rompimento resultará na violência, na intolerância, na desumanização do outro e no julgamento radical dos que são diferentes.

Outro ponto necessário de ser destacado é a afirmação do autor de que somente os civilizados têm condições de reconhecer a civilidade dos sujeitos. Ora, se estamos falando de um conceito relativo a partir do ponto de vista de quem o fala ou julga dificilmente diremos que nós somos os bárbaros ainda que nossas atitudes digam o contrário. O auto reconhecimento e conseqüentemente o julgamento próprio são os grandes obstáculos para aceitar que nós também podemos ser bárbaros e que esta barbárie é ponto de partida e a consequência do ódio líquido da sociedade pós-moderna.

### **3.8 O ódio líquido**

No diálogo com as obras de Zygmunt Bauman observamos como o sociólogo constrói seu pensamento acerca do que é o mal neste século, pois apesar de reconhecer que delimitá-lo seja uma tarefa difícil, pois se trata de uma pergunta “irrespondível”, ele busca ao menos nos indicar um caminho para a reflexão do que ele seja. Para o autor:

O “mal” é aquilo que desafia e explode essa inteligibilidade que torna o mundo suportável... Podemos dizer que é o “crime” porque temos um código jurídico que o ato criminoso infringe. Sabemos o que é “pecado” porque temos uma lista de mandamentos cuja violação torna os praticantes pecadores. Recorremos à ideia do “mal” quando não podemos apontar que regra foi quebrada ou contornada pela ocorrência do ato para o qual procuramos um nome adequado. Todos os arcabouços que possuímos e usamos para registrar e mapear histórias horripilantes a fim de torná-las compreensíveis (e, portanto neutralizadas e desintoxicadas, domesticadas e domadas – toleráveis) se esfurelando e se desintegrando quando tentamos esticá-los o suficiente para acomodar o tipo de maldade que chamamos de “mal”, em razão de nossa incapacidade de decifrar o conjunto de regras que essa maldade violou. (BAUMAN, 2008a, p. 74-75).

Compreendemos assim, que o mal é uma construção humana e por isso sua delimitação é subjetiva. Em outras palavras significa dizer que o ‘mal’ só é o ‘mal’, pois alguém o classificou desta forma, contudo essa delimitação depende da perspectiva de quem a faz. Seguindo o raciocínio de Bauman, o mal seria tudo aquilo ou aquele que burla as leis, seria a ausência de conduta moral e ética, o pecado, a transgressão ou ainda a ação ausente de remorso.

Portanto, nesta pesquisa compreendemos o ódio como um sinônimo do mal e não como uma categoria do mesmo. Se a modernidade e a sociedade líquidas têm como características a efemeridade, a fluidez, o não reconhecimento do outro, a inconstância, as incertezas, o excesso de opções – e a dificuldade para escolhê-las apesar das facilidades de acesso -, como será o ódio praticado na atualidade? E ainda como podemos classificar o ódio difundido por programas dessa natureza?

Bauman não chegou a trabalhar em profundidade o conceito de ‘ódio líquido’. Nossa intenção nesta pesquisa é entender esse fenômeno e ajudar na sua construção conceitual a partir das conexões estabelecidas em toda a sua obra e nas ideias que são complementares.

O ‘ódio líquido’ pode ser considerado como o sentimento mais violento e devastador que podemos ter um pelo outro. Ele compromete a empatia, a solidariedade, quebra os laços fraternais e nos mostra que não importa o quão domesticado e civilizado achamos ser, pois diante de situações extremas nos mostramos reféns dos instintos mais selvagens e primitivos, e podemos cometer atos de fúria movidos pela ira – e não necessariamente para garantir nossa sobrevivência, mas também pelo simples prazer de exterminar o outro.

O ‘ódio líquido’ é a expressão da cólera nos tempos contemporâneos. Trata-se da violência e da ira que se expressam no pensamento, na fala e no gesto. O sentimento nasce do desejo de colonizar a vida alheia a partir das próprias medidas, sem respeitar ou considerar ninguém, além de si, nesse processo.

Em geral, podemos compreender que o ódio nos tempos líquidos é a paixão negativa que move multidões, a ira desmedida que necessita destruir os outros e também uma espécie de objeto de consumo que pode ajudar na construção da identidade de indivíduos e povos.

Por isso, para entender melhor do que se trata esse sentimento enumeramos sete características que podem contribuir na identificação do ódio líquido, ou “combustíveis”, pois nós os entendemos como os elementos que impulsionam e inflamam sua existência. As características são: a) medo; b) não reconhecimento do ‘outro’; c) incitação ao caos e à insegurança; d) difusão dos valores individuais; e) desconstrução da ética; f) banalização do

mal e a automatização dos processos burocráticos da vida cotidiana; e g) insensibilidade humana.

Para entender o ‘ódio líquido’ fazemos um paralelo com o medo.

Não temos exatamente medo, mas o temos. Tenho medo, logo existo. Outro lado da mesma moeda, o medo alimenta o ódio e o ódio alimenta o medo. O medo fala a língua da incerteza, da insegurança e da falta de proteção que nossa época fornece em grandes quantidades e abundância. (BAUMAN; DONKIS, 2014, p. 117).

Os tempos líquidos possuem o medo em sua estrutura básica. O temor surge, por vezes, daquilo ou de quem não conhecemos e por isso nos causa dúvida e insegurança. Segundo Bauman (2008a, p.74), “o medo e o mal são irmãos siameses”. Medo e ódio seriam na realidade dois nomes dados a um mesmo fenômeno, uma mesma experiência, na qual um representa o que sentimos e o outro seria o que externamos.

Assim como o medo líquido, o ódio líquido é resultado da ausência de conhecimento e do desinteresse em romper paradigmas. Não estamos falando aqui da ignorância humana, no sentido da falta de conhecimento teórico ou prático, mas sim da ignorância como sinônimo da zona de conforto que se cria acerca de algo e que nos leva a parar de questionar as ideias pré-concebidas.

Bauman ” (2014, p. 118) fala que “certo grau de ignorância e impotência tende a acompanhar os seres humanos em todos os seus empreendimentos”, então podemos afirmar que todos nós, sem exceção, já experimentamos ou vamos experimentar em algum momento de nossas vidas a ignorância de nos manter em nossas zonas de conforto, ou seja, em situações em que não queremos ser questionados e por isso não precisamos mudar de opinião.

Compreendemos que o ódio na atualidade, apesar de autodestrutivo para quem o sente, é, principalmente, direcionado aos outros indivíduos, e por isso mesmo tem a constante necessidade de ser exposto, como se necessitasse de público para poder ser concretizado, caso contrário sem visibilidade não atinge seu objetivo e perde a razão de existir. Essa afirmativa nos leva a segunda identificação do ódio líquido: o não reconhecimento do outro.

Bauman afirma que:

Nós somos responsáveis pelo outro, estando atentos a isso ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto sobre a vida de todos, e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas. (BAUMAN, 2010, p. 75-76).

O homem contemporâneo vive em bando e se agrupa por afinidade, por exemplo, por gostos musicais, ideologias políticas ou ainda classe social. O fato é que apesar da afirmação do autor de que somos responsáveis pelo outro, na prática, nem sempre estamos atentos às necessidades pessoais que não são as nossas ou de quem é próximo a nós e pertence aos nossos grupos de afinidade.

Caim questionou: “Sou por acaso o guardião do meu irmão?”. Levinas (apud Bauman, 2008, p. 96) explica que há nessa pergunta um ‘quê’ de imoralidade, pois é claro que Caim era responsável por seu irmão Abel, porém ao fazer este questionamento ele deixa de ser moral por ter o desejo de se libertar desta responsabilidade. Ser o guardião do outro implica aceitar que o bem-estar dele depende, também, de mim e das minhas escolhas.

Bauman afirma que se a pergunta de Caim fosse feita hoje a resposta seria fruto do estado natural da sociedade moderna, que desacreditada das instituições, crê que o bem-estar do outro não deve ser uma preocupação coletiva, mas sim individual. É neste cenário de sujeitos que não se sentem responsáveis uns pelos outros e que não acreditam que suas ações impactam diretamente a vida de seus contemporâneos e das próximas gerações que temos o não reconhecimento do ‘outro’.

Não reconhecer os outros, em uma sociedade individualizada e egocêntrica, significa não dar importância e até mesmo eliminar os desejos e a cidadania do outro, de modo que este sujeito pode se tornar ‘invisível’ social, pessoal ou moralmente. O ódio líquido surge quando desumanizamos nossos semelhantes, afinal estes sujeitos passam a não são vistos como tal e por isso apesar de terem deveres sociais, não possuem os mesmos direitos que todos.

O ódio líquido é por natureza uma contradição, pois em uma sociedade pautada no egocentrismo e na indiferença, o ódio por mais efêmero e destrutivo que seja é a prova de que ainda nos importamos e necessitamos do outro – objeto da nossa repulsa. Buber (1970, p. 68) afirma que “quem odeia diretamente, não importa quem seja, está mais próximo de uma relação do que aqueles que não sentem amor nem ódio”.

Se olharmos a partir de uma perspectiva positiva, o ódio líquido significa que ainda não chegamos no tempo da indiferença completa, que segundo Donskis (2014) trata-se do medo mais insuportável deste tempo, pois não há nada pior do que ser esquecido seja por nós mesmos ou pelo mundo ao redor.

A terceira identificação para o surgimento ou a causa do aumento do ódio líquido é a incitação do caos e da insegurança na sociedade líquida. Bauman (2008a) nos explica que a sociedade líquida-moderna busca se adaptar ao medo, de modo que ele se torne algo tolerável

e assim seja possível preservar a ordem social. Entretanto, sabemos que em contrapartida o estímulo do medo na vida social é capaz de gerar o caos e a insegurança e essas sensações têm por trás o capitalismo.

A economia de consumo depende da produção de consumidores, e os consumidores que precisam ser produzidos para os produtos destinados a enfrentar o medo são temerosos e amedrontados, esperançosos de que os perigos que temem sejam forçados a recuar graças a eles mesmos (com ajuda remunerada obviamente). (BAUMAN, 2008a, p. 15).

Lutar contra os medos atuais é uma tarefa para a vida inteira, pois como afirma o autor eles são “companhias permanentes e indissociáveis” (BAUMAN, 2008a, p. 15), já que a vida moderna não está livre dos perigos e ameaças.

A vida inteira agora é uma longa luta, e provavelmente impossível de vencer, contra o impacto potencialmente incapacitante dos medos e contra os perigos, genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos. Pode-se percebê-la melhor como uma busca contínua e uma perpétua checagem de estratégias e expedientes que nos permitem afastar, mesmo que temporariamente, a iminência dos perigos – ou, melhor ainda, deslocar a preocupação com eles para o incinerador lateral onde possam, ao que se espera, fenecer ou permanecer esquecidos durante a nossa duração. (BAUMAN, 2008a, p. 15).

Sentir medo e “a obsessão maníaca por segurança” (BAUMAN, 2009, p. 13) são características da sociedade líquida. A angústia de saber que somos frágeis diante do caos e da insegurança gera mais caos e insegurança, ou seja, as raízes destes dois sentimentos estão na incapacidade e na impotência em relação aos perigos da vida moderna, o que inclui a falta de controle do tempo, do corpo e a violência cotidiana.

Poderíamos dizer que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana. (BAUMAN, 2009, p. 16).

Observamos que a sensação de caos e insegurança diz respeito à relação do homem com a cidade, ou seja, o espaço, rural ou urbano, em que habita, mas também pode estar relacionado aos aspectos financeiro, emocional, à saúde enfim qualquer outro elemento que esteja passível à instabilidade. Vende-se e compra-se a ideia de que o perigo está em toda a parte e que a qualquer momento podemos ser as próximas vítimas, entretanto não sabemos exatamente do que ou de quem. Isso é recorrente nas narrativas jornalísticas de violência que constroem sentidos que não deixam aos indivíduos saída. O medo, segundo Costa (2017), é a mensagem na mídia brasileira e paraense.

Mas afinal qual o interesse de gerar caos e insegurança na vida pública ou privada dos indivíduos? Como já observado há um interesse econômico, primeiramente. Ora, imaginemos a notícia de um novo vírus mortal que está se espalhando rapidamente em todo o mundo. Logo veremos pessoas preocupadas buscando uma solução para evitar serem contaminadas. Há um grupo econômico que lucrará com esta notícia e por isso existe o interesse de que pelo menos por um tempo essa informação circule, assim todos poderão comprar as “soluções” para o novo problema.

Contudo, também apontamos o ganho financeiro não é o único benefício da incitação do caos. Há também o fator “controle”, pois quando se cria a sensação de pânico entre todos é mais fácil controlar e manobrar os grupos.

O estado e a mídia podem ser considerados alicerces na construção do caos e da insegurança. O primeiro auxilia nessa construção quando está ausente das suas obrigações de proteção e terceiriza essa função, seja para os próprios indivíduos ou para o sistema privado. Já a segunda quando transforma a violência em produto de consumo e ao generalizar e dissipar estereótipos relacionados a ela.

O problema maior de incitar o caos e a insegurança e que essas ações nunca serão suficientes, ainda que suas consequências sejam devastadoras. Será sempre necessário buscar mais e outros medos para manter o controle.

No que se refere ao pânico, quanto mais intensos e terríveis forem, mais depressa exaurem nossas reservas emocionais e sua própria capacidade de nos aterrorizar e enervar. De modo que é preciso descobrir novas manchetes suculentas e assustadoras a fim de conter o decréscimo de circulação dos jornais e a queda dos índices de audiência da televisão. (BAUMAN, 2011b, p. 97).

A outra identificação do sintoma do ódio líquido é a difusão e a pluralidade dos valores individuais. Bauman se dedica em muitas de suas obras a discutir a ética na sociedade contemporânea, porém uma em especial aprofunda o debate no seu livro *Ética pós-moderna* (1997). O autor explica que a modernidade líquida defende a autonomia do sujeito e a possibilidade de ter e escolher entre várias opções. Porém uma das grandes contradições que se estabelecem a partir dessa liberdade é que em uma sociedade complexa, como a contemporânea, são muitos os “eu’s” existentes e que coabitam, logo são muitos os indivíduos que ambicionam que seus desejos e valores imperem. A razão e a verdade, que deveriam ser únicas e compartilhadas por todos, acabam se tornando múltiplas tanto quanto os sujeitos são:

Com o pluralismo de normas (e os nossos tempos são tempos de pluralismo), as escolhas morais (e a consciência moral deixada em sua esteira) surgem-nos intrínseca e irreparavelmente ambivalentes. Os nossos são tempos de ambiguidade moral fortemente sentida. Estes tempos nos oferecem liberdade de escolha jamais gozada antes, mas também nos lançam em estado de incerteza que jamais foi tão angustiante. Ansiamos por guia no qual possamos confiar e sobre o qual possamos nos apoiar, de tal forma que de nossos ombros se possa retirar algo da assombrosa responsabilidade por nossas escolhas. (BAUMAN, 1997, p. 28).

Se por um lado cada cabeça é capaz de julgar o bem e o mal, por outro, essas mesmas cabeças fazem parte de uma sociedade individualista, na qual as escolhas individuais se sobressaem aos desejos do bem comum. Trata-se, então, do que Bauman ” (1997, p. 24) chamará de “crise ética da pós-modernidade

Entretanto, antes de falar deste fenômeno se faz necessário, mesmo que brevemente, estabelecer a diferença conceitual entre moral e ética. Moral diz respeito à determinação do que é correto, honesto, justo e decente. Trata-se do conjunto de regras que norteiam o comportamento e os bons costumes da vida social. A construção da moral pode ter origem na religião, por exemplo, e por isso se trata de um aspecto subjetivo, que dependerá do sujeito ou do objeto analisado.

Para Bauman (1998, p. 38), “as ações não têm valor moral intrínseco. Nem são immanentemente morais. A avaliação moral é algo externo à ação em si e se decide por critérios outros que não são aqueles que guiam e moldam a própria ação”. Logo, o autor nos explica que a moralidade é construída de valores atribuídos pelo próprio homem, ou seja, ser bom ou mau não é uma característica que faz parte da essência de uma ação. A atribuição de valor moral será sempre uma ação subjetiva.

Bauman (1997) afirma que são muitos os problemas e as questões morais enfrentadas pelos indivíduos hoje, principalmente os que foram herdados de gerações passadas, pertencentes a outro contexto histórico. As regras morais de outras gerações eram pouco questionadas e isso se dava por que suas explicações tinham geralmente origem divina. A “crise moral” na atualidade se na “crise ética”, entendida por Bauman como:

Código moral, que pretende ser o código moral, o único conjunto de preceitos harmonicamente coerentes ao qual deve obediência toda a pessoa moral – visualiza a pluralidade de caminhos e ideias humanos como um desafio, e a ambivalência dos juízos morais como um estado mórbido de coisas que se deseja corrigir. (BAUMAN, 1997, p. 28).

Outra identificação é a banalização do mal e a automatização dos processos burocráticos da vida cotidiana. O mal é sempre usado para explicar o inexplicável e Bauman, assim como Hannah Arendt, vai buscar no holocausto<sup>25</sup> as reflexões necessárias de identificação e materialização do mal no século XX.

Lembra Bauman (1998) que os agentes praticantes dos extermínios no holocausto não eram loucos, psicopatas, tampouco sádicos. Pelo contrário, eram homens e mulheres que gozavam de boa sanidade mental e facilmente seriam aprovados em testes psiquiátricos de avaliação comportamental. Na verdade, desejava-se que os burocratas do holocausto não fossem fanáticos, pois estes estariam sempre tomados de emoção e isso os cegaria. O ideal é que tivessem características mais práticas, pois “a lealdade à sangrenta tarefa devia ser – e era de fato – um derivativo da lealdade à organização” (BAUMAN, 1998, p. 40).

O pensamento do senso comum identifica o Holocausto como um período sóbrio, cercado de frieza e que por isso deve ser apagado de nossa memória, porém Bauman desconstrói essa ideia ao nos alertar que ele deve ser identificado como um momento de ações racionalmente organizadas, que teve atitudes tão bem planejadas que contaram, inclusive, com a ajuda e a participação de alguns judeus.

O genocídio foi um processo múltiplo; como observou Hilberg, incluiu coisas feitas pelos alemães e coisas feitas – sob ordens alemães, embora muitas vezes com dedicação que beirava a desistência de si mesmo – pelas vítimas judaicas. Esta é a superioridade técnica de um extermínio em massa deliberadamente projetado e racionalmente organizado em relação a acessos desenfreados de orgia assassina. A cooperação das vítimas com os executores de um programa é inconcebível. A cooperação das vítimas com os burocratas da SS foi parte do projeto: com efeito, foi uma condição crucial para o seu sucesso. (BAUMAN, 1998, p. 42).

Para os burocratas se esperava que o trabalho estivesse sempre à frente dos interesses e questões pessoais. O nível de eficiência é o principal medidor, pois “uma multidão de indivíduos vingativos e homicidas não igualaria a eficiência de uma pequena, mas disciplinada burocracia estritamente coordenada” (BAUMAN, 1998, p. 40).

Arendt (1999) vai utilizar a expressão “banalidade do mal”. Na obra de mesmo nome a autora relata o julgamento de Adolf Eichmann, indivíduo acusado de cometer atrocidades contra os judeus e outros grupos durante o nazismo. A filósofa vai identificá-lo como um burocrata, ou seja, um homem comum que obedecia às cegas as regras do regime ao qual

---

<sup>25</sup> Genocídio nazista contra judeus alemães que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. Estima-se que cerca de seis milhões de pessoas tenham morrido neste período que foi comandado por Adolf Hitler.

estava submetido, e sem capacidade para julgar o errado, pois apenas cumpria – a risca – seu trabalho. Para Eichmann não cabia questionar as ordens que recebia, apenas cumpri-las.

Da banalidade do mal podemos pensar na banalização do mal dentro das narrativas jornalísticas, claro que evidenciamos diferenças no contexto histórico dos acontecimentos, mas que causa preocupação, na atualidade, quando a violência passa a ser naturalizada pela mídia, e achamos quase ‘normal’ ver, ler e assistir imagens grotescas, de desrespeito e contra os princípios éticos e morais que devem reger as sociabilidades entre os indivíduos.

E é assim a partir da frieza de um ato corriqueiro de um homem comum, que Hannah Arendt vai explicar como a natureza humana pode banalizar o mal e o ódio. Ou seja, quando os indivíduos perdem a capacidade de julgar ou questionar, e apenas reproduzem as ordens, condutas e pensamentos, sem refletir sobre os atos cometidos, ficam propensos a praticar o mal contra o outro. Para a autora, o mal não é nem nunca será algo extraordinário, ou seja, não se trata de um monstro nem está fora de nós. O mal é banal, comum e presente (ARENDR, 1999).

Pensando nesse cotidiano ou nas atividades corriqueiras do dia a dia, voltamos a Bauman e a sua reflexão sobre o distanciamento do homem da reflexão moral de seus atos. No exemplo dos burocratas do holocausto, a racionalização dos atos nem sempre acontecia, pois a burocratização se tornou um processo automático. “A maioria dos burocratas compôs memorandos, redigiu planos, falou ao telefone e participou de conferências. Podiam destruir todo um povo sentados em suas escrivaninhas” (BAUMAN, 1998, p. 44), ou seja, eles praticavam ações triviais sem medir o alcance delas.

As inibições morais contra ações violentas tendem a sumir se a violência for um processo autorizado e se as vítimas forem desumanizadas. Processo esse que observamos nas narrativas jornalísticas sobre violência, em que separo os indivíduos do bem dos indivíduos do mal, criando juízos de valores sobre a ação humana contra aqueles que deveriam ser ‘exterminados’ porque causam o mal e a desordem em sociedade (COSTA; KABUENGE, 2015). Se a violência, independente de qual seja sua proporção ou formato, fizer parte de um processo organizado, logicamente constituído e autorizada em uma estrutura maior, sendo usada como instrumento de algo bem maior que ela mesma, acaba sendo socialmente aceita.

Quanto à desumanização das vítimas, Bauman relata que este faz parte de um processo muito maior que ele denominará de “invisibilidade moral”. Ela acontece a partir do distanciamento das ações, como no caso das mortes por fuzilamento que foram substituídas pelas mortes em câmeras de gás, e ajudaram as vítimas a se tornarem invisíveis, pois não havia mais o contato físico ou visual entre judeus e algozes.

O aumento da distância física e/ou psíquica entre o ato e suas consequências produz mais do que a suspensão da inibição moral; anula o significado moral do ato e todo o conflito entre o padrão pessoal de decência moral e a imoralidade das consequências sociais do ato. Com a maioria das ações socialmente significativas mediadas por uma extensa cadeia de dependências casuais e funcionais complexas, os dilemas morais saem de vista e se tornam cada vez mais raras as oportunidades para um exame mais cuidadoso e uma opção moral consciente. (BAUMAN, 1998, p. 45).

O “entorpecimento moral” (BAUMAN, 1998, p. 46) é a base para a banalização da intolerância, da crueldade e do ódio que acaba anestesiando nossos sentidos, causando a insensibilidade moral (BAUMAN, 2014) ou a dessensibilização humana (COSTA, 2004) apontados aqui como outra identificação do ódio líquido.

Por insensibilidade moral Bauman (2014, p. 18) entende que são nossos novos bloqueios mentais, nos quais há o “esquecimento deliberado do outro, a recusa proposital em reconhecer e admitir um ser humano de outro tipo, ao mesmo tempo em que descartamos alguém vivo, real, e que está fazendo e dizendo alguma coisa bem ao nosso lado”. Estamos anestesiados para o sofrimento do outro. Isso significa que sentimentos como solidariedade e compaixão estão sendo deixados em segundo plano.

A dessensibilização humana é compreendida por Costa (2004) a partir de uma lógica de repetição desmesurada de determinadas cenas, entre imagem e texto, tanto nas narrativas impressas quanto nas narrativas televisivas, com a banalização da vida cotidiana que nos dessensibiliza à ‘normalidade’ dos fatos acontecidos. Segundo a pesquisadora, “acostumamos a não nos tocar com maior profundidade ao que é mostrado; quando muito uma expressão de espanto e outra de solidariedade, ambas rápidas e distantes ao ponto de não suscitarem nenhuma tomada de posição” (COSTA, 2004, p. 66; 88-89). Pior, o que deveria ser considerado um ‘desvio’ passa a ser uma norma na explicação e justificação dos acontecimentos.

Assim, o ‘ódio líquido’ se constituirá em uma de suas formas mais perversas, pois se dará não quando odiamos o que conhecemos e nos fez mal, mas sim quando sentimos ódio por aquilo que sequer conhecemos e por isso mesmo não nos importamos com sua aniquilação. No caso de Eichmann é possível notar como o ódio líquido torna cego àquele que toma atitudes, por mais simples que sejam, mas cruéis e movidas por ele.

Retomamos aqui a ideia de que o ‘ódio líquido’ necessita de exposição. Diariamente somos bombardeados pelos veículos de comunicação com imagens de violência explícita que não passam por nenhum tipo de crivo e por isso são apresentadas em sua forma mais crua. A

superexposição das mazelas e atrocidades está ao alcance dos olhos de qualquer um. A mídia tem como uma das características a repetição e coloca as imagens até a exaustão, de modo a torná-las comuns aos nossos olhos colaborando assim para o processo de narcose dos sentidos e a acentuação da insensibilidade moral.

Aliado a essa insensibilidade, segundo Bauman, estaríamos vivendo também numa “cultura do medo”, porém podemos considerar também que vivemos numa “cultura do ódio”, na qual o sentimento é necessário, pois ajuda na autoafirmação dos sujeitos e na delimitação de identidades. Donskis (2014) afirma que o mal é secretamente adorado na contemporaneidade e se instala principalmente onde há mais poder financeiro e político. O mal se manifesta a partir da insensibilidade ao sofrimento humano e o desejo de invadir e dominar a privacidade do outro tornando públicos seus segredos e intimidades.

Quando falamos da insensibilidade ao sofrimento humano nos referimos sempre ao sofrimento do ‘outro’, pois é como se a dor dele pudesse esperar. O sofrimento do ‘eu’ é sempre urgente e necessita de atenção imediata. A invasão e a dominação da privacidade alheia mostram ainda outro sintoma da modernidade líquida, que é a superexposição do que deveria ser ou estar escondido – ou pelo menos omitido. Não basta tomar para si a intimidade do ‘outro’ que não nos pertence, é preciso torná-la pública.

### 3.8.1 O reconhecimento do ódio líquido

Donskis afirma que “o mal é fraco e invisível” (2014, p. 17), porém nesta pesquisa discorda-se desta afirmação. O mal, logo o ‘ódio líquido’, não é fraco, tampouco é invisível. Ele é perigoso justamente pela força e alcance que possui, pois se instala, sem permissão, em qualquer lugar e está nas menores ações, apesar de não sabermos claramente o que é e de onde vem, pois o ódio da sociedade líquida nem sempre é explícito. O ódio líquido é negado até a última instância, porém a rejeição é uma ingenuidade, pois a ilusão de que ele não existe não o destrói, pelo contrário, o deixa mais forte.

Donski (2014, p. 14). faz outra importante consideração ao dizer que “a nós, parece que o mal vive em outro local. Pensamos que ele não está em nós, mas a espreita em certos lugares, em determinados territórios do mundo que nos são hostis [...]”. Falando desta maneira podemos parecer pessimistas ou catastróficos, porém, ainda que correndo esse risco, nossa intenção com esta pesquisa é nos aproximar de uma realidade que não está distante, é compartilhada por todos e diz: o mal está entre nós e em nós mesmos. Todavia, não nos

referimos ao mal caricato, o monstro estereotipado com traços grotescos e fáceis de identificar. Referimos-nos ao mal que está camuflado e não se mostra em um primeiro olhar.

Pessoas boas podem se tornar más. Esta afirmação está em uma das 44 cartas escritas por Bauman para a revista italiana *La Repubblica delle Donne* nas quais ele compartilhou seus pensamentos acerca de muitos temas frequentes do mundo moderno líquido, como privacidade, consumismo, sexo e as inseguranças dos tempos atuais. Na carta, Bauman (2011b) desconstrói a figura do monstro, sinônimo de maldade, ao retomar a história de Eichmman. Segundo ele, a psique de Eichmann estava intacta após alguns testes feitos durante seu julgamento e o que mais assustava todos é que ela apresentava todos os padrões de normalidade exigidos em uma situação comum.

A partir dessa discussão Bauman (2011b, p. 209) faz a seguinte consideração se pessoas ditas “normais” são capazes de cometer as maiores atrocidades então “todos os crivos que inventamos para separar os portadores de desumanidade do resto da espécie humana estão errados ou foram mal concebidos, e com certeza são ineficazes”.

Reconhecer que ninguém está livre de cometer o mal, contra si e o outro, talvez seja o primeiro passo para compreender essa discussão, pois “ataques de sadismo e paroxismo de bestialidade podem ocorrer em qualquer um” (BAUMAN, 2011b, p. 210). A dificuldade maior está em reconhecer que o mal está não apenas em todos, mas principalmente em nós mesmos, ou seja, que a nossa “normalidade” também pode ser interrompida por rompantes e que nossas ações podem resultar no mal aos outros, mesmo que isso não seja intencional.

O termo *sleeper*<sup>26</sup> nos ajuda a entender essa inclinação ao mal. Segundo o conceito, todo o indivíduo possui tendências a cometer atos de violência. Entretanto, essa inclinação pode permanecer adormecida ou vir à tona dependendo das circunstâncias em que o sujeito se encontra (BAUMAN, 2011b). Podemos compreender que há na vida alguns elementos que podem ajudar no controle destas inclinações como, por exemplo, a moral, os valores éticos ou ainda a religião.

Temos que observar se na sociedade contemporânea o mal é regra ou exceção, pois ainda não há formas de medi-lo. Contudo, a tendência sádica intrínseca ao ser humano é vista a olhos nus quando somos indiferentes ou quando ignoramos a dor alheia. Pequenas ações cotidianas podem refletir o sadismo e a violência que há em cada um de nós<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> O termo foi criado pelo sociólogo tcheco John M. Steiner. O autor dedicou parte de suas obras às pesquisas sobre o holocausto.

<sup>27</sup> Pensando nessa perspectiva, recordamos de uma situação vivida pela artista performativa Marina Abramovic, que em 1974, realizou no Studio Morra em Nápoles, na Itália, sua performance mais conhecida intitulada “Rhythm 0”, com a proposta de ficar imóvel durante seis horas independente do que fizessem com ela. Na sua

Não há fronteiras simbólicas ou geográficas para o ‘ódio líquido’ e por isso mesmo ele “penetra em mentalidades, culturas, espíritos nacionais, padrões de pensamento e tendências de consciência” (DONSKI, 2014, p. 15). A essa falta de barreiras para que o mal se instale, Donskis chamará de “geografia simbólica do mal”, na qual:

Trata-se da convicção de que as possibilidades do mal são inerentes não tanto a cada um de nós tomado individualmente, mas a sociedades, comunidades políticas e países. Talvez Martinho Lutero tenha tido uma influência nisso, em virtude de sua crença de que o mal é inerente à sociedade e as relações sociais, e que, portanto, deveríamos nos preocupar em salvar nossas almas em vez de nos envolvermos em questões da sociedade. (DONSKIS, 2014, p. 15).

Reconhecemos neste estudo que identificar o ‘ódio líquido’ não é fácil. Ele é atravessado por ideologias, dessa forma pode enganar pela aparência bondosa. Sendo assim, identificamos três razões que dificultam seu reconhecimento na sociedade contemporânea, que são: 1) Existência de um sentimento complexo e ambíguo assim como o amor líquido; 2) O ódio líquido é subjetivo; e 3) A superexposição o faz ganhar mais adeptos que o defendem a partir do direito da liberdade de expressão.

Bauman (2004) descreve o amor líquido como sendo uma condição inevitável do ser humano tanto quanto a morte é. É impossível se preparar para cada um deles assim como não sabemos quando seremos arrebatados por eles. Diferente da morte, o amor, e o ato de apaixonar-se, pode acontecer inúmeras vezes, ainda que cada uma seja uma experiência nova. O amor líquido tem entre as suas características a possibilidade de ser dedicado não mais a uma única pessoa, mas sim a várias pessoas em contextos distintos ao longo da vida.

Pode-se supor (mas será uma suposição fundamentada) que em nossa época cresce rapidamente o número de pessoas que tendem a chamar de amor mais de uma de suas experiências de vida, que não garantiriam que o amor que atualmente vivenciam é o último e que têm a expectativa de viver outras experiências como essa no futuro. Não devemos nos surpreender se essa

---

performance constataram, que a seu lado, foram colocados 72 objetos, entre eles flores, tecidos, tesouras e uma arma carregada. O público foi convidado a interagir com Abramovic a partir daqueles objetos. Os primeiros contatos foram sutis, porém à medida que às seis horas se passaram o público foi ficando cada vez mais hostil e começou a agredir a artista, que não rompeu com o propósito da performance e permaneceu parada. Abramovic teve as roupas cortadas, o corpo ferido pelos espinhos das flores e a arma carregada foi apontada para a sua cabeça. Segundo a artista, a intenção era que durante o período proposto o público a visse como objeto, questionando até onde poderiam ir e por isso mesmo ela se tornou vulnerável a ação de todos que estavam ali. No término das seis horas, Marina Abramovic saiu de cena e todos os que estavam no museu fugiram com medo de represálias. O caso de Abramovic nos mostra que a maldade humana pode não ter limites, pois uma cena artística que tinha como propósito inicial apenas romper os limites entre artista e público poderia facilmente ter se tornado uma cena de assassinato. O público que participou da performance não tinha motivos reais para agredi-la, entretanto ao sentirem o poder diante do corpo imóvel cometeram as atrocidades.

suposição se mostrar correta. Afinal, a definição romântica do amor como “até que a morte nos separe” está decididamente fora de moda, tendo deixado para trás seu tempo de vida útil em função da radical alteração das estruturas de parentescos às quais costumava servir e de onde extraia seu vigor e valorização. (BAUMAN, 2004, p. 19).

O que chamamos de “amor” tem nova essência, ganhou novas práticas e por isso possui um novo leque de possibilidades de experiências. Por exemplo, “noites avulsas de sexo” (BAUMAN, 2004, p. 19) ou ainda o sexo virtual, que não necessita da presença física para acontecer, podem ser expressões do amor que é mais livre e não se permite ceder às amarras de outros tempos.

O amor líquido se mostra como um sentimento de maior disponibilidade ao outro, mesmo que esse encontro seja com um desconhecido ou durante um período muito curto, a exemplo dos aplicativos virtuais de relacionamento. O amor na atualidade é visto como uma habilidade que pode ser adquirida, na qual quanto mais amores “colecionamos”, mais traquejo teremos para lidar com os próximos que ainda virão – e serão sempre mais emocionantes e excitantes que o atual (BAUMAN, 2004).

Há nessa afirmação um ‘quê’ de ilusão e ingenuidade, pois pensar que o amor antigo irá nos preparar para um novo não leva em consideração que estamos em constante transformação pessoal a todo o momento e lidando com sujeitos que pertencem a diferentes realidades.

O amor líquido, segundo o autor, é uma constante busca pela experimentação e que é marcado por “episódios intensos, curtos e impactantes, desencadeados pela consciência a priori de sua própria fragilidade e curta duração” (BAUMAN, 2004, p. 20). O amor necessita de aprendizado diário, da prática contínua e do hábito para se tornar forte, pois “sem humildade e coragem não há amor” (BAUMAN, 2004, p. 22). Contudo a instabilidade do amor pós-moderno não lhe permite a concretização, logo ele está sempre passível aos erros e fracassos.

O amor sempre necessitará do ‘outro’ para que aconteça, pois:

Amar significa abrir-se ao destino, a mais sublime de todas as condições humanas, em que o medo se funde ao regozijo num amálgama irreversível. Abrir-se ao destino significa, em última instância, admitir a liberdade no ser: aquela liberdade que se incorpora no Outro, o companheiro no amor. (BAUMAN, 2004, p. 21).

Além disso, outra característica elementar do sentimento é que ele pode ser transformado em produto tanto quanto qualquer outra mercadoria da sociedade pós-moderna, afinal:

[...] numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço. (BAUMAN, 2004, p. 21-22).

O amor é visto como o belo e é a utopia da vida moderna, pois o desejo de todos está em ser amado e ter sua natureza compreendida. Das histórias contadas em filmes românticos até aquelas ouvidas sobre pessoas da vida real somos induzidos a acreditar no amor romântico-idealizado, que nos acolherá e nos dará sempre um final feliz. O amor, neste formato, é visto como o prêmio dado apenas aos bons, porém a sua busca incansável, nestes moldes irrealis, serve apenas para alimentar frustrações. Em contrapartida o ódio na pós-modernidade é visto como sinônimo da tristeza e do ressentimento. Não queremos com estas afirmações dizer que o amor moderno é uma falácia, mas sim dizer que amor e ódio líquidos têm mais coisas em comum do que diferenças entre si.

Ambos possuem natureza efêmera, são frágeis e dúbios, pois “em nosso mundo de furiosa ‘individualização’, os relacionamentos são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como determinar quando um se transforma no outro” (BAUMAN, 2004, p. 8). Assim como o amor líquido, o ódio líquido também é um sentimento inevitável, ainda que não necessariamente ele precise ser exteriorizado. Como vimos anteriormente, segundo o pensamento de Freud (1930), o homem possui natureza violenta e perversa, logo é inerente ao seu perfil ter essas características, todavia ao longo da vida os sujeitos acabam domando estes instintos, pois a vida em sociedade ensina que os atos cometidos podem ter consequências.

Outro fator em comum entre amor e ódio é que ambos são mercadorias da sociedade líquida.

Assim é numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para o uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que deseja ardentemente que seja

verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem saciedade, esforço e suor e resultados sem esforço. (BAUMAN, 2004, p. 21-22).

O ato de odiar nestes tempos produz as mesmas sensações que o amor: desejo, prazer e satisfação. Ao direcionar o ódio para um sujeito ou objeto projeta-se nele primeiramente o desejo de destruí-lo, em seguida tem-se o prazer de desqualificá-lo e inferiorizá-lo e por fim há a satisfação com seu extermínio. Tanto amor quanto ódio são sentimentos que podem ser cultivados socialmente como parte da identidade de povos. Os dois se tornam produtos quando um tem sua “fórmula mágica” vendida em *best sellers* e o outro quando é estimulado e usado como pano de fundo para guerras e conflitos, por exemplo.

Se nos tempos líquidos nada é feito para durar, até mesmo o ódio será passageiro, pois em pouco tempo ele pode se dissipar e já estar em busca de um novo objeto para destruir. O que nos leva a outra característica em comum entre amor e ódio, afinal os dois podem ser dedicados a várias pessoas ao longo da vida. Lembremos aqui da afirmação de Liiceanu, que diz que o ódio é a “febre negativa da paixão” (LIICEANU, 2014, p. 58). Ora, assim como a paixão positiva, o ódio tem nos primeiros contatos com o objeto o fervor inicial de qualquer paixão. No entanto, se não for alimentado acaba por definhando, morrer e logo já procura um novo alvo, o que torna este processo curto e cíclico.

Logo, percebemos que o ódio líquido assim como o amor líquido tem em sua essência a subjetividade, pois se mostra como um sentimento ambivalente, que dependendo do ponto de vista de quem o enxerga pode ser visto como um sentimento bom ou mau. Essa interpretação ambígua pode ser notada quando pensamos no ódio que é direcionado aos negros, pobres ou homossexuais, por exemplo, já que uma parte da população cultua este sentimento como algo socialmente aceito, já que estes sujeitos são vistos como inferiores.

A ideia do ódio como um discurso forte, consistente e que é repetido até a exaustão faz com ele ganhe mais adeptos que irão buscar argumentos para solidificá-lo e torná-lo cada vez mais socialmente aceito. Não é intenção desta pesquisa adentrar na discussão dos argumentos daqueles que justificam o ódio, porém destacamos que a maneira como os discursos de ódio vêm sendo defendidos, por vezes tem se confundido com o direito à liberdade de expressão, o que se mostra como uma má interpretação da lei e dos direitos humanos.

### 3.8.2 Consequências do ódio líquido

O ódio na sociedade líquida gera efeitos negativos e irreversíveis para as relações humanas. Nesta pesquisa, com base nas obras de Bauman, listamos quatro possíveis efeitos do ódio líquido, são eles: 1) Aumento da individualização e da fragmentação social; 2) O surgimento de formas, cada vez mais intensas, de expressão do ódio; 3) Problemas com a consolidação da Democracia; 4) Egoísmo.

Em uma sociedade individualizada e fragmentada se percebe que os desejos pessoais tendem a prevalecer. Sonhos, sucesso financeiro, realizações profissionais, por vezes, se encontram à frente do bem-estar da maioria. Bauman (2010) explica que as dores e queixas deixam de ser uma condição do grupo para então se concentrarem no indivíduo que reina absoluto em suas necessidades.

O ódio líquido traz à tona os instintos mais egoístas, centralizadores, egocêntricos e competitivos nos indivíduos, afinal “a competição está cada vez mais individualizada” (BAUMAN, 2010, p. 77), o que nos permite dizer que nos encontramos atualmente concentrados em nós mesmos, sem olhar para os lados e sem entender que esta ‘quebra’ afeta o autoconhecimento, as experiências pessoais e as relações humanas. Os indivíduos se encontram cada vez mais isolados formando verdadeiras “ilhas humanas”, nas quais o fator de ligação são apenas as afinidades e não mais a solidariedade, a compaixão ou os laços de sangue.

Para compreender a segunda consequência do ódio líquido partiremos da premissa que o mal está presente em todos nós, como afirma Freud (1930) e Bauman (2011b) que diz que pessoas boas podem se tornar más. Desta maneira, o indivíduo na sociedade líquida tem buscado cada vez mais formas de expressão do ódio para que ele então ganhe forças e destrua o objeto rival.

Estas novas formas de expressão do ódio são cada vez mais destrutivas, a exemplo dos discursos de ódio feitos na internet. Os sujeitos se valem das características do meio como o alcance e a perenidade para inventar mentiras e destruir imagens, de modo que uma vez ditas estas palavras ganham proporções difíceis de serem controladas.

A vida líquido-moderna se recusa a aceitar a instabilidade e o desamparo de qualquer natureza, seja emocional, financeiro ou profissional, por exemplo, sendo assim repudiamos quem o que nos provoca a sensação de estar desprotegidos. Por isso, aqui o está embrião do ódio. Tudo aquilo que compromete nossa liberdade e desperta o caos e a insegurança será alvo do ódio líquido.

A terceira consequência do ódio líquido-moderno é o surgimento de problemas que comprometem a consolidação da democracia. Dentro de um regime democrático entende-se

que os cidadãos possuem direitos e deveres e que a ordem social e a garantia dos direitos básicos da população são subordinadas ao Estado. No entanto, percebemos atualmente alguns desvios nesse formato: sujeitos com mais direitos e privilégios que outros e o Estado se ausentando de algumas de suas funções e terceirizando ao sistema privado obrigações que são suas, como por exemplo, a educação e a segurança pública.

A deturpação no significado da democracia é provocada pelo “apetite insaciável dos oligarcas”, afirma Rancière (2014, p. 94) e gera a má interpretação também, por exemplo, dos direitos e deveres dos indivíduos. Um bom exemplo é a ausência de compreensão sobre os limites da liberdade de expressão. A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo cinco, define o que são os direitos humanos. Ela reconhece os direitos básicos e a dignidade do sujeito, de modo que ele possa exercer plenamente sua cidadania, mas do mesmo modo o Estado não garante aquilo que preceitua na sua carta maior.

Assim, afirmará Rancière:

Não vivemos *em* democracias. Tampouco vivemos em campos, como garantem certos autores que nos veem submetidos à lei de exceção do governo biopolítico. Vivemos em Estados de direito oligárquico, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais. Conhecemos bem as vantagens desse tipo de Estado, assim como seus limites. (RANCIÈRE, 2014, p. 94).

Vivemos a ilusão de uma democracia prova disso é o Estado brasileiro que tem se mostrado subjetivo quando trata do julgamento de algumas questões, o que mostra sua face mais tendenciosa. Rancière afirma que não há limites para os poderes da oligarquia e reforça a ideia de que as liberdades individuais têm muito mais força do que o bem-estar coletivo. Dessa forma, percebemos que a Democracia não está sendo exercida em sua plenitude, pois o princípio da igualdade entre os sujeitos é uma falácia.

Jacques Rancière concentra seus estudos nas áreas da estética e da política e está na contramão do pensamento de Wolton, mas alinha sua perspectiva às ideias de Bauman, quando explica que para que um sistema se autodenomine como democrático é necessário cumprir alguns requisitos fundamentais, como ter mandatos eleitorais mais curtos, que não são cumulativos e ainda o monopólio dos representantes do povo na elaboração das leis. Entretanto, apesar das regras claras sobre o que é democracia o autor afirma que hoje vivemos a ilusão de um Estado democrático, pois:

O que chamamos de democracia é um funcionamento estatal e governamental que é o exatamente o contrário: eleitos eternos, que acumulam ou alternam funções municipais, estaduais, legislativas ou ministeriais, e veem a população como o elo fundamental da representação dos interesses locais; governos que fazem eles mesmos as leis; representantes do povo maciçamente formados em certa escola de administração; ministros ou assessores de ministros realocados em empresas públicas ou semipúblicas; partidos financiados por fraudes nos contratos públicos; empresários investindo uma quantidade colossal de dinheiro em busca de um mandato; donos de impérios midiáticos privados apoderando-se dos impérios das mídias públicas por meios de suas funções políticas. Em resumo: apropriação da coisa pública por uma sólida aliança entre a oligarquia estatal e a econômica. (RANCIÈRE, 2014, p. 93).

Rancière (2014) enxerga a Democracia como um sinônimo de igualdade, no entanto se na sociedade individualista descrita por Bauman colocamos nossos direitos a frente dos direitos de outros cidadãos como é possível viver democraticamente? Para o autor o ódio à democracia se dá, pois, os setores privilegiados da sociedade não se conformam com os direitos dos menos favorecidos e entendem os direitos alheios como uma afronta aos seus.

Bauman (2007a) explica que vivemos em tempos de ausência de controle político e esse desequilíbrio faz com que os cidadãos percam a confiança nas instituições. Na visão dele é como se houvesse acontecido uma espécie de separação, na qual:

[...] os dois resultados inter-relacionados desse divórcio obrigam ou encorajam os órgãos do Estado a abandonar, transferir ou (para usar os termos que entraram recentemente na moda do jargão político) “subsidiar” e “terceirizar” um volume crescente de funções que desempenhavam anteriormente. Abandonadas pelo Estado, essas funções se tornaram um *playground* para as forças do mercado, notoriamente solúveis e inesperadamente imprevisíveis, e/ou são deixadas para a iniciativa privada e aos cuidados dos indivíduos. (BAUMAN, 2007a, p. 8).

A terceirização das funções do Estado para o sistema privado dá a população a sensação de estar desprotegida e suscetível a qualquer infortúnio. Logo, o resultado destes acontecimentos gera o ódio líquido ao sistema e aos demais sujeitos, que como já vimos anteriormente, começam a ser vistos como inimigos.

Wolton (2004) acredita que a democracia só pode ser exercida em plenitude se estiver em um ambiente em que prevaleça a comunicação livre. Todavia, a sociedade líquida que não tem como característica a integração, mas sim a individualidade e o crescente egoísmo – nossa quarta consequência-, coloca a democracia em cheque já que a comunicação se encontra prejudicada nesse processo, pois ao dar mais direitos a uns do que a outros grupos, estamos tornando a comunicação um processo seletivo.

De maneira indireta Bauman reflete acerca da comunicação e a democracia, quando afirma que:

Não podemos estar seguros de nossos direitos pessoais se não somos capazes de exercer direitos políticos e fizemos essa capacidade pesar no nosso processo de elaboração das leis. E as perspectivas de fazer essa diferença se reduzirão, para dizer o mínimo, a menos que os ativos (econômicos e sociais) controlados pessoalmente e desprotegidos pelos direitos pessoais sejam suficientemente grandes para serem computados nos cálculos das autoridades constituídas. (BAUMAN, 2007a, p. 68).

Os problemas na consolidação da Democracia na sociedade líquida, causados pela falta de comunicação, pelo egoísmo e o ódio aos direitos das minorias sociais são elementares para entender o que são, como são vistos e porque há um sentimento de aversão aos direitos humanos na contemporaneidade.

### **3.9 Diretos humanos na sociedade líquida**

É aceitável que os cidadãos se sintam ultrajados com a insegurança e a violência no país e no estado do Pará, pois ter o livre arbítrio assegurado é um direito garantido por lei. A criminalidade e a violência comprometem a liberdade e o resultado são sujeitos cada vez mais assustados com a possibilidade de serem as próximas vítimas. Assaltos, sequestros e mortes são mostrados todos os dias na mídia em um formato específico que tem a violência como matéria-prima.

Sabemos que somos portadores de direitos humanos. O tema, em especial nas últimas duas décadas, ganhou mais evidência principalmente em veículos de comunicação e debates que têm a temática como centro das discussões. No entanto, as tarefas de definir, debater e lutar pelos direitos humanos acabam sendo deixadas para uma parcela da população como organizações não governamentais, grupos da sociedade civil e alguns órgãos do poder público e do Judiciário.

Ao longo dos tempos, erroneamente, tem-se a ideia alimentada por alguns discursos midiáticos, de que os direitos humanos servem apenas a uma parcela da população. É provável já termos ouvido frases como “direitos dos manos” ou “direitos humanos só servem para bandidos”, em uma evidente falta de interpretação e desejo de desconstrução do propósito real destes direitos. Ora, é normal temer e rejeitar a violência, no entanto o que se percebe é a dedicação do ódio aos agentes do crime, de modo a esquecer que estes indivíduos pertencem a um cenário macro que é rodeado de pobreza e falta de oportunidades.

A ideia proliferada é de que ao cometer crimes ou se tornarem suspeitos, o indivíduo perde a sua cidadania em um processo que será chamado por Alves (2013, p. 3) de “desumanização do humano”. Segundo ele, é a “desqualificação, ostensiva ou velada, de certas categorias de indivíduos como integrantes verdadeiros da espécie” (ALVES, 2013, p. 3).

Os bandidos passam a ser vistos como monstros ou víboras que podem ser humilhados, torturados e mortos, seja pela polícia ou pela população que em alguns casos decide fazer “justiça com as próprias mãos”. A ideia é que ao cometerem os crimes automaticamente perdem sua condição de humanos, não deveriam mais ter direitos de espécie alguma e sua vida já não tem valor. É neste momento que se traça a linha invisível entre criminosos e os ditos “cidadãos de bem”, pois como bem diz Alves:

O criminoso comum é “por natureza” um outro, um ser distinto ou uma outra coisa, que se diferencia, por sua atividade transgressora, da espécie a que pertencemos nós, cidadãos honestos e seres humanos verdadeiros. Sua eliminação pura e simples, mais do que sentenciamento judicial a penas retributivas, expurga a humanidade de impurezas corrosivas, tanto mais ameaçadoras porque com configuração falsamente humana. (ALVES, 2013, p. 4).

O extermínio destes indivíduos acaba sendo socialmente aceito depois que sua cidadania e direitos são renegados. O comportamento que exalta esse modo de pensar e agir em relação aos suspeitos é identificado como uma forte contradição, pois a essência dos direitos humanos é a igualdade. A seguir veremos como a mídia retrata e viola os direitos humanos, de modo a fortalecer o ódio líquido e reforçar estereótipos sociais.

*A hora que meterem uma bala na tua cara... de vez em quando mandam foto pra gente. O olho tá de um lado, o cérebro tá pra o outro lado. Quando acontece isso a gente se livra. (Joaquim Campos, Metendo Bronca, 2016).*

## 4 ÓDIO LÍQUIDO NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DA AMAZÔNIA PARAENSE

### 4.1 Aspectos metodológicos trilhados

Compreendemos a metodologia ou as metodologias como trilhas que vamos marcando na indicação dos caminhos por meio dos quais desejamos alcançar e atingir nossos objetivos. Tais trilhas adquirem pertinência de acordo com as escolhas teórico-metodológicas que sustentam o escopo da pesquisa, já que metodologias podem ser complexas e de difícil acesso. Primeiramente, não se deseja o lugar comum, aquilo que já foi dito ou feito, mas também não se quer o inalcançável. Pretende-se que as escolhas feitas deem raízes profundas ao objeto investigado e contribuam para novas reflexões e conhecimentos.

Ao fazer pesquisa, lembra Braga (2016, p. 78), “estamos envolvidos com a especificidade de nossos objetos, com um problema que nós mesmos construímos a partir de nossa curiosidade sobre as coisas”. Portanto, é um processo que exige de nós tomadas de posição e opções metodológicas, o que no campo da Comunicação não é uma decisão fácil, considerando o estágio do conhecimento comunicacional:

O problema evidenciado pela situação de diversidade indicada reflete o estágio do conhecimento comunicacional como disciplina de conhecimento não plenamente desenvolvida, não tendo atingido (ou não tendo atingido ainda) um estatuto de “ciência normal” (Thomas Kuhn); e sem que sequer saibamos que características básicas esse campo de conhecimento apresentará, na medida em que – inevitavelmente – desenvolva fundamentos e referências mais estáveis. Assim, a questão pedagógica se desdobra imediatamente em uma questão de metodologia de pesquisa. [...] mas de saber que metodologias de investigação são relevantes nesse âmbito de pesquisa. Isso implica em tomadas de posição para o processo mesmo de pesquisar nessa área – uma questão de opções metodológicas (BRAGA, 2016, p. 78-79).

Nesta fase da pesquisa, afirma Braga, devemos assumir posições teóricas e de pesquisa, ou seja:

[..] os tipos de conhecimento que se pretende produzir com o concurso de pesquisas empíricas, reflexão teórica, produção de conjecturas e de teorias de um campo. Já não se trata, aqui, de tomadas de decisão singulares, mas sim da adoção de posições abrangentes para esse âmbito de produção. É o nível das posições assumidas sobre teorias e pesquisa (BRAGA, 2016, p. 80).

Portanto, a escolha do método é uma consequência dos diálogos teóricos assumidos na construção da pesquisa, que não se resume a uma receita ou modelos prontos, mas mobiliza a articulação de teorias e metodologias, conforme escreve Lopes sobre dois princípios básicos que devem ser observados na pesquisa.

[...] 1) a reflexão metodológica não se faz de modo abstrato porque o saber de uma disciplina não é destacável de sua implementação na investigação. Portanto, o método não é suscetível de ser estudado separadamente das investigações em que é empregado; 2) a reflexão metodológica não só é importante como necessária para criar uma atitude consciente e crítica por parte do investigador quanto às operações que realiza ao longo da investigação. (LOPES, 2016, p. 100)

Com essas perspectivas, construímos a presente pesquisa: primeiro, realizando a pesquisa bibliográfica, com consultas às pesquisas efetivadas tanto em nível regional, nacional e internacional, com a finalidade de compreender o estado da arte sobre investigações que tenham como matrizes violência, mídia, direitos humanos, jornalismo policial, narrativas jornalísticas e discursos de ódio. Em um segundo momento, não de forma equidistante, mas concomitante, escolhemos outros métodos, como Análise de Conteúdo; Análise Crítica da Narrativa e Monitoramento de mídia da ANDI, cuja apropriação se deu como instrumentos de investigação do material jornalístico da pesquisa.

#### 4.1.1 Análise de conteúdo

No tratamento das informações, selecionamos a análise de conteúdo e suas fases cronológicas, conforme nos indica Bardin (1977): 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, dedução e interpretação. Cada uma delas é essencial para a existência da outra, de modo que, juntas, criam um ciclo lógico necessário para conclusão dos dados.

Na primeira fase, segundo a autora, sistematizamos as ideais iniciais da pesquisa, ou seja, organizamos de forma esquemática a construção do objeto a ser investigado, assim como a questão-problema dentro de um contexto histórico, social e cultural, a literatura existente sobre o assunto, os objetivos e as hipóteses. Essa fase são os passos iniciais de estruturação da pesquisa, a respeito da qual Roxo (2016) afirma, a partir de uma ideia compartilhada de Braga (2011), ser a construção de um bom problema de pesquisa essencial para ajudar a articular as outras partes da pesquisa (objetivos, justificativas e pertinência da discussão).

Esta construção não é imediata, mas processual, pois decorrente do exercício relativamente constante do exame da tensão existente entre as “questões de horizonte teórico” e a escolha do corpus a ser examinado. Isso significa que o próprio horizonte de pesquisa – seus objetivos – vai passando por ajustes, pois ele depende da reconfiguração do problema e das questões a serem refinadas no transcurso da pesquisa, sendo a discussão do projeto o passo inicial para isso (ROXO, 2016, p. 114).

Na segunda fase, exploramos o material de investigação, ou seja, selecionamos o objeto da pesquisa para a avaliação de dados brutos, de modo a estabelecer quais objetos teriam a representatividade do todo. Por último, de acordo com Bardin (1977), realiza-se a interpretação dos dados. Nesta pesquisa optamos por usar as técnicas iniciais da Análise de Conteúdo para a fase de pré-seleção dos dados, seguindo os passos propostos por Bardin, pois entendemos que esses procedimentos ajudariam a operacionalizar a análise do objeto a partir dos instrumentos metodológicos da Análise Pragmática da Narrativa.

Desta forma, em um primeiro momento, nosso trabalho consistiu em definir critérios de pesquisa, referencial bibliográfico, capturar programas (TV e Rádio) e recolher exemplares de jornais, e categorizar possíveis violações aos direitos humanos. Seguindo as recomendações da autora, nessa etapa se fez a leitura flutuante de todo o material, na busca por palavras-chave ou pela repetição de termos e expressões (BARDIN, 1977). A escolha dos documentos somente aconteceu após este processo.

A fase de pré-seleção durou um ano e dois meses, ou seja, tratou-se da fase de coleta dos dados. Esse período não foi proposital, apenas seguimos o fluxo da pesquisa, coletando o material que achávamos ser pertinente. Logo, seguindo a proposta de Bardin nesta pesquisa, usamos a regra da representatividade que diz que “a análise pode efectuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a mostra serão generalizados ao todo” (BARDIN, 1977, p. 97).

A fase seguinte consistiu na operacionalização, por assim dizer, que correspondeu ao momento de aplicação dos procedimentos para definir o corpus que seria analisado. Como dito, não adentramos na interpretação dos dados a partir da Análise de Conteúdo. Apesar de eficaz na busca por resultados, a metodologia a seguir se mostrou como a mais eficiente para este estudo.

#### 4.1.2 Análise crítica da narrativa

As narrativas são modos de organizar o mundo ou a relação dos indivíduos no mundo. Esta é uma definição ampla que tem o objetivo de compreender o contexto das narrativas jornalísticas na contemporaneidade. Ao diálogo, chamamos o pesquisador Luiz Gonzaga Motta, que pensa a narrativa, entre outras características, como dispositivos argumentativos utilizados em nossos jogos de linguagem, já que afirma que “estudá-las é refletir sobre o significado da experiência humana e sobre o que as narrativas realizam enquanto atos de fala” (MOTTA, 2012, p. 23). Ou então,

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos, etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo (MOTTA, 2008, p. 143).

Com base numa Narratologia<sup>28</sup>, Motta (2013, p. 123) busca “compreender os valores canônicos de uma cultura em ação, para estudar a criação interlocutiva de significados, a construção e instituição simbólica da realidade”. Ou seja, um campo e um método de análise das práticas culturais. Segundo o autor, as narrativas não são e nunca serão objetos fechados. Na verdade, ele acredita que elas fazem parte de um contexto, no qual o texto é o ponto de partida para a análise maior.

As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob pena de prenderem o seu objeto determinante. As narrativas são dispositivos argumentativos produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor, o destinatário ou a audiência. (MOTTA, 2013, p. 120-121).

Desta forma, o texto sempre será o elo entre o narrador e o destinatário, sujeito que recebe a mensagem e lhe atribui significado. A ele cabe a tarefa de reconstituir de forma intuitiva qual é a intenção comunicativa do emissor com os dados que possui, levando em

---

<sup>28</sup> Motta (2013) acredita que o mais apropriado seria chamar de Teoria e Análise da Comunicação Narrativa, pois a expressão Análise da Narrativa remete a produtos isolados e fechados em si. Chamando a metodologia de Teoria e Análise da Comunicação Narrativa é possível contemplar a dinâmica do ato comunicativo que acontece entre dois interlocutores, que está relacionada a fala integral e considera o contexto sociocognitivo. No entanto, o autor ressalta que como a expressão Análise da Narrativa já está consagrada continuará tratando-a desta forma.

consideração contextos verbais e não-verbais (MOTTA, 2013). Do mesmo modo, não se pode prescindir das estratégias utilizadas para convencer o receptor.

As estratégias narrativas realizam-se em contextos pragmáticos e produzem certos efeitos de sentido, de acordo com os contratos comunicativos e a burla consentida (e compreendida) desses contratos cognitivos. A comunicação narrativa gera, assim, certo tipo de relação entre os sujeitos interlocutores: consciente e inconscientemente, o narrador investe na organização narrativa do seu discurso como um projeto dramático e solicita uma determinada interpretação de parte do seu destinatário (se essa interpretação se realizará de fato, é outra questão). A análise pragmática do processo de comunicação narrativa requer, portanto, que o texto seja analisado como ponto de referência entre alguém que contribui argumentativamente com sua expressão narrativa, para induzir seu locutor a interpretar os fenômenos relatados conforme sua intenção. (MOTTA, 2013, p. 126-127).

Essa compreensão de Motta é importante quando pensamos nos apresentadores dos programas de televisão ou rádio, que ao falarem sobre a violência da cidade, por exemplo, estão sempre munidos de argumentos que colaboram com suas ideias, já que a maneira como as narrativas são construídas tem como base a persuasão. A maneira como as narrativas são construídas ajuda o público a aceitar a ideia da cidade como sinônimo de caos, ou seja, o discurso do locutor induz o entendimento do receptor e satisfaz seu desejo inicial.

De maneira geral, a Análise da Narrativa é empírica e rigorosa por natureza, buscando entender o significado dos discursos que fazem parte de contextos culturais, sociais, políticos, ideológicos, econômicos ou históricos. A mídia seria reflexo da união destes elementos, logo a narratologia pode contribuir para decifrar os discursos e as intenções subjacentes às construções. A partir desse método, afirma Motta (2004, p. 32), “é possível remontar sequências de notícias sobre um mesmo tema recompondo histórias integrais plenas de sentido que nos permitem visualizar aspectos simbólicos nem sempre explícitos”.

A Análise Pragmática da Narrativa considera o enunciado e a interpretação. Cada narrativa possui um significado especial que só pode ser atribuído segundo o contexto do qual faz parte, logo não podemos retirar expressões e comentários de uma situação sem entender que estas frases pertencem a um cenário mais amplo, no qual o todo deve ser considerado.

Desta forma, Motta propõe que, para fazer a Análise Pragmática da Narrativa, o primeiro passo seja eleger os elementos do conjunto, o que significa ter a visão ampla do objeto, para em seguida observar sua essência e como se estabelecem suas conexões. A cada momento que examinamos o objeto de maneira minuciosa é possível perceber que ele é

complexo e formado por inúmeras camadas de sentido e interpretações que têm o poder de mudar o que está sendo observado.

A narrativa observada nesses passos sucessivos não é mais a mesma narrativa que serviu como ponto de partida – é agora um objeto com outras significações, com uma inserção mais nítida e mais ampla no plano cultural. [...] a teoria modifica o objeto. (MOTTA, 2013, p. 123-124).

Antes de adentrar nos procedimentos operacionais da metodologia nos cabe reforçar que a Análise Pragmática da Narrativa busca “analisar como as pessoas compreendem, representam e constituem argumentativamente o mundo através dos atos de fala de narrativos intersubjetivos” (MOTTA, 2013, p. 129). Significa dizer que a metodologia está interessada em mostrar de que forma a comunicação mostra a realidade e ressignifica contextos sociais, sempre a partir do que autor chamará de “negociação”, pois se trata de uma ação imposta ou colaborativa que envolve sujeitos com valores e ideais distintos.

Ao falar dos procedimentos de análise, Motta (2013, p. 133) sugere que as análises devem ser processos livres, criativos e inventivos, pois “quase sempre, o próprio objeto indica como pretende ser desvelado”. Ele afirma que o texto possui três instâncias do discurso narrativo, ou seja, é possível dividi-lo em três partes, apenas para efeito de análise, não havendo hierarquia entre elas, que são: 1) plano de expressão; 2) plano de estória; 3) plano de metanarrativa.

A primeira instância diz respeito ao discurso e está relacionada à linguagem. Ela leva em consideração como o narrador constrói a narrativa a partir de elementos visuais, sonoros, verbais e gestuais, por exemplo. Para o jornalismo, essa primeira fase é uma das mais ricas e importantes, graças à quantidade de elementos que possui. Nesta etapa é possível identificar as estratégias de convencimento usadas pelo narrador.

Na segunda instância – plano da estória –, o autor abordará o conteúdo e a intriga presentes na narrativa. Essa etapa analisa o universo de significados e representações da realidade a partir de personagens e sequências de ações cronológicas, que analisa a narrativa em si. Por fim, o plano da metanarrativa – terceira instância – busca analisar a fábula, modelos de mundo e temas de fundo. É nessa etapa, considerada mais abstrata e evasiva, que são considerados elementos morais e éticos (MOTTA, 2013).

Motta (2004) aplica a análise da narrativa ao jornalismo, propondo categorias ou funções, de modo a organizar as ações em ordem temporal. A ideia é buscar, a partir da redundância e da repetição, todo o enredo que está subentendido nos discursos, mas que em outros momentos estava dissolvido em produtos isolados e não em discursos repetidos

constantemente. O autor compara as narrativas jornalísticas a quaisquer narrativas ficcionais, pois do mesmo modo possuem trama, personagens e clímax (MOTTA, 2004).

Para o autor, o jornalismo pode ser observado não apenas pelo que mostra, mas principalmente pelo que sugere, insinua e oculta em suas narrativas. Essa afirmação se mostra preciosa para esta pesquisa, pois os veículos de comunicação selecionados estão diretamente ligados a um partido político, sendo que nem sempre o Grupo RBA, a quem estão ligados, é explícito nas intenções de suas narrativas; logo, as entrelinhas e o contexto das notícias precisam ser levados em consideração.

Para Motta (2004), o jornalismo não deve ser visto apenas como uma forma eficaz de relatar fatos pontuais e historicamente espalhados, mas sim como uma maneira eficiente de construir realidades sociais, ressignificando seus aspectos a partir de elementos socioculturais. Relatar e traduzir o cotidiano não são tarefas fáceis, principalmente porque os imaginários coletivo e simbólico estão sempre presentes nas interpretações, de modo que por vezes não permitem aos sujeitos leituras racionais e realistas da sociedade.

O jornalismo narra vitórias, descobertas e mazelas da vida cotidiana. Porém, é necessário estar sempre em busca de novos personagens, pois as histórias e formatos podem se repetir, mas o jornalismo precisa se mostrar atual e com ares de novo para conservar seu perfil factual.

Motta (2004) acredita que não é apenas a partir de uma única notícia que encontraremos os elementos necessários para fazer a análise de uma narrativa jornalística. Para isso, é necessário um conjunto delas, dentro de um mesmo perfil, sendo acompanhado por um tempo significativo (semanas ou meses dependendo do objeto), para que as ações confirmem as histórias e hipóteses. Aqui, especificamente se justifica nossa escolha pelos três veículos de comunicação, jornal, televisão e rádio, do grupo RBA, com a finalidade de compreender a lógica criada pelo grupo nas suas construções narrativas sobre o acontecimento violência, que nunca são destituídas de intencionalidade ideológica ou política, considerando o seu contexto histórico e social.

#### 4.1.3 Monitoramento de mídia

Outro método aplicado à presente pesquisa foi o monitoramento de mídia, instrumento de investigação utilizado pela ANDI – Comunicação e Direitos, com o objetivo de identificar as violações de direitos em veículos de comunicação. A agência realizou entre 2015 e 2016 o monitoramento da mídia em dez capitais brasileiras e o Distrito Federal. A intenção era

verificar que tipos de violações aos direitos humanos eram mais frequentes em programas de rádio e televisão.

## 4.2 Corpus de Análise

Desta forma, destacamos que a coleta de dados desta pesquisa foi realizada no recorte temporal de um ano e dois meses, no período correspondente a outubro de 2016 a dezembro de 2017. Nossa intenção, assim como sugere Motta, foi buscar notícias e coberturas jornalísticas em momentos diferenciados, com a finalidade de compreender se essas narrativas colaboravam – e de que forma assim faziam – para a construção do ódio líquido. Somente a partir da sequência de notícias dentro do formato jornalismo policial, por um período, seria possível realizar esta análise.

Como as narrativas e em especial a cobertura jornalística nem sempre possui começo, meio e fim bem delimitados, Motta ressalta que os recortes precisam ser bem justificados, de modo a contemplar o problema da pesquisa. É necessário observar enredos, intrigas e todos os elementos que ajudam na construção da trama.

Quadro 1 - Edições selecionadas

	<b>Metendo Bronca RBATV</b>	<b>Linha De Frente Rádio Clube AM</b>	<b>Caderno Polícia Diário Do Pará</b>
Período	De outubro até novembro de 2016	1º período: julho de 2017 2º período: dezembro de 2017	1º período: De maio até junho de 2017. 2º período: De setembro até novembro de 2017.
Pré-selecionados	22 programas	1º período: 10 programas 2º período: 5 programas Total: 15 programas	1º período: 15 jornais 2º período: 34 jornais Total: 49 exemplares
Selecionados para análise	Programa de 16 de novembro de 2016	Programa de 11 de dezembro de 2017	Edição de 11 de setembro de 2017

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Nossa escolha considerou alguns aspectos relevantes, tendo como parâmetro central a construção do ódio líquido na mídia paraense, entre esses elementos estão: a) a prática do jornalismo policial; b) veículos em plataformas de comunicação tradicional, ou seja, mídia de massa; e por fim, c) jornalismo com narrativas de violência.

Antes da definição dos veículos de comunicação, realizamos um diagnóstico prévio de pré-seleções e análises, de modo a nos ajudar a entender o comportamento de cada veículo e como ele se projetava na construção de suas narrativas. Assim, definimos, após longas

discussões e reflexões, o grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), considerando o forte apelo de sua política editorial ao jornalismo policial, abrangendo assim jornal impresso, televisão e rádio.

Nossa tomada de decisão também foi referenciada pela publicação do terceiro volume do relatório de monitoramento da ANDI (VARJÃO, 2016) – que identificou que, na Região Norte, o programa *Metendo Bronca*, do grupo RBA, de 2 a 31 de março de 2015, reproduziu 118 narrativas contendo violações de direitos e infrações, o que corresponde a 6,1% do total de registros. O percentual identificado nas narrativas do programa da TV paraense foi um dos mais elevados, ficando abaixo apenas do programa *Cidade Alerta*, de São Paulo (18,5%), *Ronda Geral*, de Recife (8,1%) e *DF Alerta*, de Brasília (6,4%) (VARJÃO, 2016).

Portanto, como primeiro filtro da pesquisa, selecionamos o programa *Metendo Bronca*. Assim, foram capturados numa primeira pré-seleção 22 (vinte e dois) programas entre outubro e novembro de 2016. Após a análise prévia das edições, foi escolhido, aleatoriamente, o programa do dia 16 de novembro de 2016, por suas construções narrativas.

A gravação da edição foi realizada a partir da captura realizada pelo programa de computador Windows Media Center<sup>29</sup>. A equipe da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Pará monitora os programas de televisão da capital paraense em busca de todo o conteúdo que faça referência direta ou indireta à instituição. Os programas do *Metendo Bronca* coletados pelo órgão foram cedidos a esta pesquisa. Após a definição da edição a ser analisada, passamos a trabalhar na transcrição do programa.

O próximo passo foi identificar os programas que trabalhavam narrativas policiais na Rádio Clube AM, considerando ser a emissora mais antiga existente no Estado do Pará, com mais de 80 anos de fundação e que atinge um público que está além da capital paraense. Assim, chegamos ao programa *Linha de Frente*. A captura dos programas se deu em dois momentos distintos: primeiro, foram pré-selecionados 10 programas em julho de 2017 e depois mais 5 programas em dezembro do mesmo ano. No segundo momento, decidimos selecionar novas edições com a finalidade de comparação com as edições anteriores capturadas.

Após análises prévias das edições, selecionamos, aleatoriamente, o programa exibido em 11 de dezembro de 2017. Realizamos em seguida, a transcrição completa do programa capturado em DVD, cedido pela direção da Rádio Clube.

---

<sup>29</sup> Aplicativo da Microsoft usado para capturar fotos, vídeos e imagens. O software é ligado a uma televisão e no horário indicado pelo programador grava a atração desejada guardando este arquivo no computador.

Por último, realizamos a seleção das edições do caderno Polícia do jornal *Diário do Pará*, também em dois momentos: primeiro, foram selecionadas 15 edições, entre maio e junho de 2017, e mais 34 edições, entre setembro e novembro de 2017. Foram catalogadas 49 edições do referido jornal. Após análise prévia de todas as edições selecionadas escolhemos a edição de 11 de setembro de 2017.

Portanto, mesmo considerando um corpus considerável de captura, após a qualificação e reflexões com a orientadora, decidimos analisar uma edição de cada mídia do grupo RBA, conforme o Quadro 2 a seguir.

**Quadro 2 - Características das edições selecionadas**

Veículo de comunicação	Edição/Programa	Dia	Características
Jornal Diário do Pará	Caderno Polícia	11 de setembro de 2017	-Caderno diário; -Aborda os crimes de Belém e do interior do Estado; -Uso de linguagem informal;
TV RBA	Metendo Bronca	16 de novembro de 2016	Veiculado de segunda a sexta-feira; -Perfil popular; -Direcionado aos públicos C e D; -Uso de gírias, palavrões e linguagem informal; -Usa recursos como personagens, comentarista e trilhas sonoras;
Rádio Clube do Pará	Linha de Frente	11 de dezembro de 2017	Veiculado de segunda a sexta-feira; -Perfil popular; -Uso de gírias e linguagem informal;

Quadro 02 – Fonte: quadro elaborado pela pesquisadora

Os aspectos utilizados na análise das edições com o objetivo de identificar a construção do ódio líquido nas narrativas do jornalismo policial foram: 1) violações contra os direitos humanos; 2) conteúdo das matérias veiculadas; 3) relações político-partidárias; 4) construção da ambivalência entre o bem e o mal; 5) elementos que caracterizam o ódio líquido; e 6) a construção dos discursos sobre violência.

#### 4.2.1 Descrição do objeto

O jornal *Diário do Pará* foi fundado em 22 de agosto de 1982 e circula em todo o estado, sendo considerado como uma das principais publicações da região. O jornal possui sete cadernos, assim distribuídos e caracterizados:

**Quadro 3** - Estrutura de cadernos do *Diário do Pará*

Cidade	Com informações sobre economia, política, atualidades e serviços de Belém e Região Metropolitana
Brasil	Caderno especializado em notícias de economia, política, atualidades e serviços de todo o país
Você	Caderno voltado para agenda cultural e notícias de entretenimento
Bola	Caderno voltado para notícias de esporte
TEM	Cadernos de classificados, no qual o público tem acesso a informações de compra e venda de imóveis, carros e outros objetos
Tudo de Bom	Caderno de notícias sobre TV, moda e comportamento
Polícia	Traz diariamente notícias sobre os crimes que acontecem em todo o Pará. As notícias são produzidas por repórteres locais e correspondentes localizados nas principais cidades do interior do estado.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Apesar de transitar entre todas as classes sociais e não fazer distinções de conteúdo, o jornal é considerado como uma publicação popular, que hoje consegue atingir também de maneira massiva o público da internet<sup>30</sup>, já que possui páginas online e é o único jornal da região a disponibilizar seu conteúdo de maneira gratuita no site oficial. De segunda a sábado, o jornal é comercializado a R\$ 1,00 e, aos domingos, com o número maior de cadernos, passa a ser comercializado a R\$ 3,00. Em alguns bairros da cidade, como Marco, Terra Firme e Jurunas, os cadernos Bola e Polícia são vendidos separadamente. Apesar de a venda nesse formato ser proibida, a ação se deve à popularidade desses conteúdos.

O outro veículo do grupo é a Rádio Clube do Pará, que está no ar desde 22 de abril de 1928, sendo considerada uma das emissoras de rádio mais antigas do país e, por isso, uma das mais tradicionais, principalmente, em relação à programação, que sempre priorizou os esportes. No entanto, das duas últimas décadas até o momento, a emissora vem se destacando também na cobertura jornalística. A programação de notícias é composta por programas independentes, ou seja, produtoras individuais que compram o direito de exibir conteúdo em uma faixa de horário, e de programas produzidos pela própria equipe de produtores e repórteres, entre eles há o *Linha de Frente*.

No ar desde meados de 2014, o *Linha de Frente* é transmitido pela Rádio Clube do Pará, emissora AM, e veiculado de segunda a sexta-feira das 14h às 15h, chegando a várias cidades do interior do estado, como Marabá, Bragança e Santarém. Apresentado por Paulinho Montalvão, sua narrativa é construída de forma irreverente e é considerada uma atração popular e de público cativo.

<sup>30</sup> As notícias do jornal *Diário do Pará* também estão presentes na internet. O portal Diário Online (DOL) reproduz e atualiza as notícias do periódico. Além disso, o jornal está presente no Facebook e atualmente sua fan page possui 8.976 curtidas.

O programa leva aos ouvintes diariamente notícias sobre polícia, atualidades e serviços em Belém e no interior do estado. A atração não possui reportagens e consiste no apresentador fazendo comentários sobre as notícias do dia, sejam as coletadas por uma equipe de produtores sejam as manchetes do jornal *Diário do Pará*. Elas são apresentadas no início do programa em forma de manchete ou em formato de escalada, conforme apresentado nos jornais de TV.

Observamos que os assuntos escolhidos para o programa têm apelo popular e se concentram, principalmente, no relato de crimes ocorridos nas periferias do Estado. Assassinatos, roubos e o descaso do poder público com população são o foco das falas do locutor, que abusa dos BGs<sup>31</sup> para dar sarcasmo às informações.

Paulo Roberto Montalvão Cerqueira, conhecido pelo codinome “Repórter em Ação”, trabalha como radialista desde o começo da década de 1980 e é um nome conhecido do rádio paraense. Iniciou a carreira na Rádio Guajará e, na década de 1990, ganhou destaque no programa *Chamada Geral*, que era veiculado na Rádio Rauland e apresentado pelo atual deputado federal Wladimir Costa. Montalvão passou ainda pelas emissoras Liberal, na qual apresentou o programa *Metrópole*, e pela rádio Marajoara, na qual ganhou popularidade pela apresentação do programa *Patrulha na Cidade*<sup>32</sup>.

Esse formato popular do programa *Linha de Frente* tem como linha editorial denunciar as mazelas da cidade com referência a notícias e comentários que criticam o poder público. Observamos que a denúncia de crimes faz parte do jornalismo praticado por Montalvão, por isso é considerado uma figura polêmica. Ele responde atualmente por três processos judiciais, sendo acusado de crimes como calúnia, injúria e difamação. Curiosamente um dos processos foi movido pelo antigo colega de emissora Wladimir Costa<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> A sigla corresponde à palavra Background. São as trilhas sonoras usadas em programas de rádio e televisão.

<sup>32</sup> O programa *Patrulha da Cidade* também foi analisado pelo relatório de monitoramento da ANDI – Comunicação e Direitos. Segundo o documento a atração cometeu em um mês 75 violações aos direitos humanos, o que corresponde a 3,9% das infrações registradas em todo o relatório (ANDI, 2016).

<sup>33</sup> Na queixa-crime o deputado do partido Solidariedade acusa Paulo Montalvão de falar mentiras a seu respeito, a mando de Helder Barbalho e Jader Barbalho, no programa ao vivo de 17 de novembro de 2014. Na época Wladimir Costa fez coligação em apoio à candidatura de Simão Jatene, que buscava a reeleição para o governo do Pará e era concorrente de Helder Barbalho. A disputa pelo cargo de governador nestas eleições foi tão acirrada que chegou ao segundo turno. Wladimir Costa acusou o radialista de nesse período atacar a sua imagem ao falar que o deputado cometia descaso com as necessidades da população, teve enriquecimento ilícito e que era corrupto<sup>33</sup>. O processo ainda está em andamento e suas determinações correm em segredo de justiça, mas ainda assim é possível percebermos como o programa é usado como instrumento partidário para atacar inimigos de Helder e Jader Barbalho.

Outro veículo ainda é a RBATV, considerada uma das principais emissoras do Pará devido ao alcance no interior do estado. O canal foi inaugurado em dezembro de 1988<sup>34</sup>. Atualmente a programação conta com 12 programas produzidos localmente, entre eles o *Bola na Torre*, *Os donos da bola*, *Jornal RBA*, *Argumento*, *Rota Cidadã 190*, *Cidade contra o crime e o Barra Pesada*. O sinal da emissora chega a vinte cidades paraenses, o que torna Jader Barbalho um dos principais empresários da comunicação da região Norte do país, com forte influência em cidades como Marabá, Cametá e Bragança.

Ao longo dos 28 anos de trajetória, a emissora esteve à frente de algumas polêmicas, como por exemplo, as brigas com as Organizações Rômulo Maiorana (ORM) e a falta de explicações legais sobre a origem da verba usada por Jader Barbalho para a compra do canal, afinal sua única fonte de renda eram os salários que recebia como político. O canal construiu sua história apostando em uma programação popular, com destaque para programas jornalísticos esportivos e de caráter policialesco.

Destacamos que a denúncia de crimes e da violência de modo geral das áreas urbanas sempre foi o foco do jornalismo praticado pela emissora – sobretudo, quando consideramos que hoje seis dos seus jornais são direcionados a essas temáticas, dentre os quais o *Metendo Bronca*.

No ar desde 1998, o *Metendo Bronca* é o programa do gênero policial mais antigo entre as emissoras de Belém (COSTA, 2011). Vai ao ar de segunda à sexta-feira, a partir das 13h30, logo após outro programa do mesmo formato, o *Barra Pesada*. Já teve dois apresentadores fixos: o primeiro, Luiz Eduardo Anaice, que inclusive devido sua popularidade conseguiu se eleger para os cargos de vereador em 2000 e deputado estadual em 2002; e o segundo, Joaquim Campos, que se afastou da apresentação do *Metendo Bronca* em junho de 2016 para concorrer ao cargo de vereador de Belém. Com a saída de Joaquim Campos, o *Metendo Bronca* passou a ser apresentado por Lucas Ferraz, que fazia parte da equipe do programa *Rota Cidadã 190*<sup>35</sup>.

Anaice, como é popularmente conhecido, foi o responsável por criar o bordão “chicote do povo”, que deixou o programa ainda mais conhecido. O chavão reflete a informalidade e o tom humorístico da atração, sendo usado para explicar que o *Metendo Bronca* era uma espécie de “justiça do povo”, pois se sentia vingado através das matérias e das falas dos

---

<sup>34</sup> No início a emissora pertencia ao empresário Jair Bernardino, no entanto após sua morte a empresa foi vendida em 1988 para o político Jader Barbalho, ou seja, somente dois anos após sua criação.

<sup>35</sup> O Rota Cidadã 190 é outra atração policial da RBATV. O programa também é apresentado por Joaquim Campos e vai ao ar aos sábados tendo a duração de duas horas. A atração se autodenomina como o único reality policia da televisão paraense e dá foco em suas reportagens as ações policiais, como batidas e apreensões.

apresentadores, que sem qualquer censura ou ponderação afirmam que “bandido bom é bandido morto”.

O programa se vale de uma linguagem informal e de ironias. Porém, em 2010, passou por algumas alterações para lhe conferir um caráter de seriedade. Mesmo assim, o uso do humor, seja nos antigos personagens ou nos comentários do apresentador, sempre foi marca registrada do *Metendo Bronca*.

Autoclassificado como programa jornalístico policial, o foco das reportagens é, principalmente, a violência da Região Metropolitana de Belém e principais municípios do estado, com destaque para as áreas periféricas da região. As matérias falam sobre tráfico de drogas, assassinatos, sequestros, assaltos e qualquer outro tipo de acontecimento dessa natureza em reportagens de, em média, três minutos e entradas ao vivo, realizadas em geral das próprias delegacias, nas quais policiais e os acusados são entrevistados.

O *Metendo Bronca* também está presente nas mídias sociais. A *fanpage* do programa no *Facebook* tem atualmente 18.127 seguidores, e a página pessoal de Joaquim Campos 42 mil curtidas<sup>36</sup>. A atualização da *fanpage* do programa é quase diária e são postadas notícias dos principais destaques do dia em formato de manchetes, matérias e chamadas para o programa. O público é estimulado a participar por meio do envio de mensagens. Outra curiosidade sobre essa interação é que, durante o programa ao vivo, o apresentador informa ao público o número do próprio *WhatsApp*<sup>37</sup>, para que mande recados ou faça denúncias em tempo real.

Ao final da exibição de cada reportagem, Joaquim Campos tece comentários sobre os crimes e os acusados. Além de interpretar as notícias e o contexto de cada crime, a figura do apresentador se torna importante, pois impõe credibilidade, ajuda a criar a identidade da atração e estabelecer vínculos com a audiência, afinal, o apresentador é visto como um defensor da sociedade, da moral e da cidade.

Nos comentários feitos, Joaquim constantemente ressalta a injustiça, os privilégios dados aos acusados e o aumento da violência em Belém e região metropolitana, devido ao descaso do poder público com a segurança da cidade. O *Metendo Bronca* é exibido pelo canal RBA, que pertence ao senador paraense Jader Barbalho, filiado ao MDB, partido de oposição ao atual prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, do PSDB, e do prefeito de Ananindeua,

---

<sup>36</sup> Dados coletados em 12 de fevereiro de 2017.

<sup>37</sup> Aplicativo de mensagens instantâneas para *smartphones* que permite, ainda, trocar imagens, vídeos e áudios.

Manoel Pioneiro, do mesmo partido. Dessa forma, o embate político se torna evidente nos constantes comentários sobre a gestão dos políticos e o dito esquecimento da cidade.

Por ter sido o primeiro programa policiaisco a ser exibido na região, o *Metendo Bronca* foi inspiração no formato para outras atrações, a exemplo do *Balanço Geral: Casos de Polícia*, veiculado a partir de 2011, na Record Belém, assim como o *Rota Cidadã 190* e o *Barra Pesada*, criados respectivamente em 2009 e 1999, ambos da TV RBA. Costa (2011) explica que estes programas têm características em comum. A autora enumera algumas delas, como os chavões dos apresentadores, o uso exagerado de ironia dos comentários, a linguagem agressiva nas matérias e íntima ao falar com o público, além da exposição excessiva de imagens de violência.

### 4.3 Relatório da ANDI

A Rede ANDI – Comunicação e Direitos<sup>38</sup>, conhecida anteriormente como Agência de Notícias dos Direitos da Infância, é uma organização que tem trabalhado nos últimos 20 anos no monitoramento da mídia brasileira, com o objetivo de articular estratégias em busca de ações que possam fazer do jornalismo uma prática ética e comprometida com o bem-estar social.

A ANDI busca refletir acerca da problemática da imprensa, que aborda e naturaliza a violência e a criminalidade sem qualquer tipo de filtro. Seu trabalho consiste em questionar os formatos jornalísticos, a construção de discursos, e em buscar visibilidade para grupos e temas geralmente marginalizados. Por isso foram criadas ações que sempre estiveram na agenda da ANDI, pois a agência:

Quer um jornalismo crítico e independente, mas socialmente responsável e capaz de tecer um espaço de debates entre as mais diversificadas vozes, de

---

<sup>38</sup> Criada em 1990 pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein, a então Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) é uma organização da sociedade civil que cuida do monitoramento da mídia brasileira. Seu objetivo consiste em articular estratégias para criar ações que possam fazer do jornalismo uma prática ética e comprometida com o bem-estar social. A ONG não possui fins lucrativos e se autoneia como apartidária, sendo que seu foco está, principalmente, em promover o diálogo entre as redações e os cursos de comunicação espalhados por todo o país e ainda manter no agendamento jornalístico temas como desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Durante seus primeiros anos de atividade os trabalhos da ANDI se concentravam no monitoramento quase que restrito de reportagens sobre crianças e adolescentes e como estas figuras eram retratadas nas narrativas jornalísticas. Graças aos trabalhos realizados, logo a agência foi considerada como um dos principais mediadores entre a imprensa nacional e os grupos sociais que defendiam os direitos deste segmento.

tal maneira que mobilize os cidadãos a enxergar a realidade que vivem e a ajudar a moldar uma sociedade melhor e mais justa. (ANDI, [20--]).

Após esse tempo de atuação, especificamente em 2011, a agência passou por um processo de reformulação, no qual passou a se chamar ANDI – Comunicação e Direitos. Porém, essa mudança não se restringiu ao nome, abrangendo também a nova missão da ONG voltada para a valorização de Políticas de Comunicação, Direitos Humanos, Inclusão e Sustentabilidade e a Infância e Juventude.

Desde então a agência realiza seu trabalho tendo como parâmetro quatro estratégias: mobilização, monitoramento, qualificação e reaplicabilidade. O primeiro momento consiste em incentivar a mídia a pautar os assuntos trabalhados pela agência. A ideia é disseminar o máximo possível de conteúdo de qualidade sobre os temas trabalhados pela ANDI. A segunda estratégia diz respeito ao monitoramento midiático propriamente dito, no qual a agência faz a leitura crítica do desempenho editorial de emissoras de rádio e tevê e jornais.

Além do monitoramento, a agência realiza a qualificação dos profissionais, de modo a orientá-los corretamente sobre a abordagem ideal e politicamente correta dos conteúdos jornalísticos. Por fim, a reaplicação considera levar os mesmos moldes de trabalho e atuação usados pela agência para outros veículos de comunicação de massa.

Nesta pesquisa, recorreremos às estratégias utilizadas pela ANDI no monitoramento midiático, considerando a relevância de se pensar aspectos da construção dessas narrativas em Belém. Os monitoramentos realizados pela Agência resultaram em relatórios que estão disponíveis no site oficial da ANDI. O primeiro volume, chamado *Violações de direitos na mídia brasileira: uma ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa* (VARJÃO, 2015a), traz informações sobre as violações usualmente cometidas pela imprensa nacional, discussões sobre a legislação e quais os instrumentos possíveis para a autorregulamentação da mídia – sem fazer apologia a qualquer tipo de censura – e ainda a maneira como a pesquisa de monitoramento se constituiu originalmente.

O segundo relatório *Violações de direitos na mídia brasileira: um conjunto de reflexões sobre como coibir violações de direitos no campo da comunicação de massa* (VARJÃO, 2015b) apresenta temas como o histórico dos programas policiais no Brasil, as lacunas existentes na regulação da mídia nacional e a forma de atuação das emissoras brasileiras. Os guias de monitoramento são considerados como obras complementares já que estão em ordem cronológica e de raciocínio sobre os dados analisados. Após quase dois anos de pesquisa e análises, o projeto encerrou com o volume III da publicação, referente ao ano de 2016.

#### 4.3.1 Critérios de análise da ANDI

No relatório *Violações de direitos na mídia brasileira: pesquisa detecta quantidade significativa de violações de direitos e infrações a leis no campo da comunicação de massa* (VARJÃO, 2016), a ANDI explica os aspectos considerados na coleta de dados, a metodologia utilizada na pesquisa e os critérios usados para identificar as violações da imprensa aos direitos humanos. Composto por oito seções, além de uma sessão especial, o documento é considerado como o encerramento da segunda fase do Programa de monitoramento de violações de direitos na mídia brasileira, que teve início em 2014.

O projeto foi desenvolvido em parceria com a Cooperação Internacional, organizações do Estado e grupos da Sociedade Civil, com o intuito de avaliar produtos jornalísticos a partir de conteúdos de caráter policial e seu comprometimento com a ética e a democracia brasileira (VARJÃO, 2016).

A ideia do monitoramento consistiu em duas etapas. Na primeira, foi construída uma ferramenta de análise, que escolheu programas de estilo policialesco em veículos de rádio e televisão de diferentes capitais brasileiras, incluindo Belém. A partir dos programas selecionados foram estabelecidos nove tipos diferentes de violações aos direitos humanos. De acordo com o relatório, estes critérios de infrações, que serão descritos detalhadamente a seguir, foram estabelecidos com base em leis brasileiras, acordos multilaterais e normas autorregulatórias (VARJÃO, 2016).

A fase seguinte consistiu na aplicação dos critérios de análise em amostras dos programas selecionados, com a confirmação das hipóteses observadas ao longo do estudo. Segundo o terceiro volume, foram identificadas 4.500 violações de direitos e aproximadamente 17 mil infrações em apenas um mês de monitoramento dos veículos de comunicação (VARJÃO, 2016).

Os critérios de representatividade realizado pela ANDI foram tomados como análise nesta pesquisa, considerando os nove tipos de infrações descritos no monitoramento da mídia, assim definidos:

- a) exposição indevida de pessoa(s);
- b) desrespeito à presunção de inocência;
- c) violação do direito ao silêncio;
- d) exposição indevida de família(s);
- e) incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais;
- f) incitação ao crime e à violência;

- g) identificação de adolescentes em conflito com a lei;
- h) discurso de ódio ou Preconceito de raça, cor, etnia, religião, condição socioeconômica, orientação sexual ou procedência nacional;
- i) tortura psicológica ou tratamento desumano ou degradante.

Segundo o relatório da ANDI (VARJÃO, 2016), a “exposição indevida da pessoa” se dá quando o veículo jornalístico revela ao público a intimidade e constrange a vítima de algum tipo de violência, seja ela física ou psicológica. A vítima tem informações como nome completo, idade, orientação sexual, hábitos (nem sempre confirmados) divulgados e essa ação tem como consequência a fácil identificação da pessoa, além submetê-la potencialmente a algum estigma social. A identificação de vítimas de violência sexual é um exemplo desta infração.

O “desrespeito à presunção de inocência” é a segunda violação mais cometida pelos veículos de comunicação, acontecendo quando o jornalista, radialista ou apresentador afirma, sem provas, que um indivíduo ou um grupo de indivíduos é culpado, ou seja, sem tratá-lo como suspeito, mas sim como condenando. Por vezes, o julgamento formal do indivíduo sequer ocorreu, porém, o formato jornalístico baseia-se na informalidade em seus comentários, julgando o crime sem ao menos ter provas para tal.

A “violação do direito ao silêncio” consiste no desrespeito ao direito de acusados e suspeitos de não se manifestar, ou seja, o direito de não serem obrigados a dar declarações e gerar provas contra si. A cena é comum nos programas policiais: suspeitos enfileirados em um paredão na delegacia e o repórter os instiga a responder perguntas sobre o crime, de modo constrangedor e sem qualquer tipo de prudência.

Outra grave violação consiste na “exposição indevida da família”. A infração, apesar de não ser cometida diretamente com as vítimas ou os suspeitos, mostra-nos que o jornalismo policial necessita de uma qualidade ainda maior em sua construção, pois quando a vida privada de familiares é exposta, de modo que sua imagem é explorada, há a exposição indevida desses sujeitos. A infração pode acontecer quando há a divulgação da imagem de parentes, da moradia da família, etc.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2016) proíbe a veiculação indevida e não autorizada da imagem de indivíduos menores de idade que cometeram algum tipo de ato infracional – ou seja, em situação de vulnerabilidade. Esses indivíduos se encontram, segundo a lei, em fase de formação física e moral, logo não podem ser expostos e ter sua integridade comprometida em nenhuma circunstância. No entanto, a “identificação de jovens em conflito com a lei” é comum nas atrações policiais e é considerada uma das infrações mais graves,

pois é análoga a crime. Ela acontece não apenas quando as crianças e adolescentes têm os rostos mostrados, mas também quando são divulgados dados como apelido, endereço da casa ou escola ou o nome dos pais e irmãos, por exemplo. Qualquer informação que possa ser usada para identificar a criança, direta ou indiretamente, é considerada como uma violação.

Outra grave infração diz respeito à “incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais”. É sabido, como já descrevemos anteriormente, que jornalistas, apresentadores ou radialistas podem, a partir de textos ou comentários, ultrapassar os limites do bom senso. Porém, nesta infração acontece o incentivo para que terceiros, geralmente policiais, mostrem o rosto dos suspeitos, para que usem violência contra eles, assim como produzem falas que incitam a população para que “façam justiça com as próprias mãos”. Essa infração, por vezes, é confundida com a “incitação ao crime ou à violência”. Percebemos, então, que nos dois casos a violência física é sempre usada como meio para conter os suspeitos/acusados.

Também foi identificado no monitoramento pela ANDI a construção do “discurso de ódio ou preconceito”. Ele se dá quando os suspeitos são discriminados pela raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, classe social ou qualquer outro elemento que o caracterize. As falas são direcionadas a incitar o ódio contra os indivíduos ou grupos que possuem essa característica em comum. Casos de discursos de ódio em programas de caráter policial não são difíceis de ser encontrados, por exemplo, quando apresentadores/jornalistas/radialistas afirmam que “todo negro é bandido”, ou ainda quando fazem insinuações pejorativas a grupos religiosos e pessoas de acordo com a orientação sexual.

Por fim, a “tortura psicológica ou tratamento desumano ou degradante” acontece quando o veículo de comunicação estimula o sofrimento mental de um suspeito, que é ridicularizado e humilhado a partir de chacotas e ameaças. A intenção dessa infração geralmente é, segundo o relatório da ANDI, obter declarações ou confissões ou ainda castigar o suspeito pelo ato que está sendo acusado.

Observamos que cada um dos itens diagnosticado pela ANDI tem correspondência com a construção do ódio líquido na sociedade contemporânea, conforme Quadro 4.

**Quadro 4 - Aspectos Comparativos**

<b>Monitoramento ANDI de infrações na mídia</b>	<b>Construção narrativa do ódio líquido</b>
Exposição indevida da pessoa	Insensibilidade humana
Desrespeito à presunção de inocência	Insensibilidade humana
Violação do direito ao silêncio	Não reconhecimento do outro
Exposição indevida da família	Não reconhecimento do outro
Identificação de jovens em conflito com a lei	Desconstrução de valores éticos
Incitação ao crime e a violência	Incitação do caos e da insegurança
Desobediência às leis	Desconstrução de valores éticos
Discursos de ódio	Banalização do mal e a automatização dos processos burocráticos da vida cotidiana
Tortura psicológica ou tratamento desumano ou degradante.	Banalização do mal

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em Varjão (2016).

Observamos que essas correspondências apresentam como o ódio está presente em ações triviais e não necessariamente são refletidas pelos indivíduos.

#### **4.4 Critérios de análise do ódio líquido**

A partir dos veículos de comunicação escolhidos neste estudo, percebemos que apenas os critérios usados pela ANDI, no terceiro volume de seus relatórios, deixariam lacunas e não seriam suficientes para avaliar os objetos escolhidos como corpus desta pesquisa. Desta forma, a partir da análise, que será feita mais à frente, foi possível identificar mais cinco violações possíveis nos veículos jornalísticos de caráter popular policialesco do grupo RBA:

- a) exposição indevida de corpos sem vida;
- b) ironia/sarcasmo;
- c) omissão/ falta de informações;
- d) incitação de medo/sensação de caos;
- e) preconceito/estigma.

A primeira infração descrita nessa pesquisa para complementar as descritas pela ANDI fala sobre a “exposição indevida de corpos sem vida”. Trata-se do ato de mostrar cadáveres

nos veículos de comunicação, sem qualquer tipo de cuidado e restrição, de modo a identificá-los e ferir a dignidade da vítima. Todo o indivíduo tem o direito de ter o corpo e a identidade preservados mesmo após a morte – direito que não pode ser violado, ainda que estejamos tratando da imagem de suspeitos ou criminosos.

A imagem de cadáveres é usada com frequência nos cadernos de violência de jornais impressos e em programas policiais. Em alguns casos as imagens são publicadas com recursos que distorcem sua nitidez, no entanto elas continuam legíveis e por isso continuam sendo infrações.

Observamos que as narrativas do jornalismo policial, de modo geral, são construídas com base na informalidade. Ou seja, o uso de gírias, palavras de baixo calão e ofensas. Essa informalidade permite que apresentadores/jornalistas/radialistas façam comentários intensos e desmedidos que ultrapassam os limites e violam o bom senso e as leis. O sarcasmo e a ironia são usados como recursos de duplo sentido nessas narrativas, de modo a reforçar discursos de ódio com a desconstrução da imagem dos suspeitos, que acontece a partir da exposição e humilhação.

Para compreender a violação que diz respeito à omissão e à falta de informações, recordamos que a Constituição Federal Brasileira de 1988 no capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no XIV do artigo 5º, assegura a todos os cidadãos o acesso à informação (BRASIL, 2017). A mídia é usada como principal meio de informação dos indivíduos, logo é papel dos veículos buscar a verdade e a imparcialidade e, por isso, dar voz ao maior número de fontes a fim de ajudar os indivíduos a construírem suas opiniões.

No entanto, percebemos que na prática o jornalismo policial geralmente prioriza a fala de agentes formais, ou seja, policiais, guardas, delegados e quaisquer outros sujeitos que façam parte do sistema de segurança. A ausência de fontes diversificadas e informações complementares sobre temas ou dados relevantes acerca dos sujeitos torna as notícias tendenciosas e superficiais, deixando, por isso, de cumprir seu papel mais elementar de informar o público.

O próximo critério de análise proposto para esta pesquisa é a incitação do medo/sensação de caos, já listado como um dos elementos que caracterizam o ódio líquido. O estímulo ao medo é considerado como violação neste estudo, pois a violência, o medo e o caos são usados como produto e forma de controle, de tal modo a prejudicar o direito de ir e vir dos cidadãos.

Outro grave critério identificado é o “estigma/preconceito” com os indivíduos envolvidos em crimes. Goffman (1980) afirma que a sociedade estabelece maneiras diferentes

de categorizar pessoas e grupos a partir das características que eles possuem, como por exemplo, tipo físico, classe social, escolaridade entre outros. Essas categorias ajudam a reconhecer “identidades sociais” (GOFFMAN, 1980, p. 5), a socializar com indivíduos, a separar estratificações sociais e ainda apresentam padrões de comportamento em ambientes sociais, de trabalho ou na vida íntima.

Imaginemos caixas, cada uma representando categorias e atributos que damos ao outro a partir de nosso próprio julgamento. Os sujeitos serão classificados de acordo com o que avaliamos e não necessariamente de acordo com o que são. Devemos compreender que este sujeito nunca será como nós desejamos, ou seja, nunca irá suprir nossas necessidades, pois ele sempre será um sujeito diferente e dotado de características que o tornam diferenciado e único.

De acordo com Goffman (1980, p. 5), as “pré-concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso”. Logo, estamos constantemente criando expectativas em relação aos outros sujeitos e nossa intenção é que estas exigências sejam sempre cumpridas. Essas pré-concepções são criadas a partir de nossos valores morais e vivências pessoais, ou seja, o julgamento do que o outro deve ser se dá a partir do que o ‘eu’ é. Quando enxergamos no outro algo considerado menor, mais fraco e inferior, estamos criando um estigma:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1980, p. 6).

Logo, o termo ‘estigma’ será sempre usado para identificar um “atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1980, p. 6). Já o termo ‘preconceito’ será entendido nesta pesquisa como sendo a ideologia formada antecipadamente, com base em estigmas, e que fortalece a intolerância.

#### 4.5 Análise do caderno Polícia do *Diário do Pará*

“Fim de semana brutal: um assassinato a cada duas horas”. Assim, abre a manchete do caderno Polícia do jornal *Diário do Pará*, edição do dia 11 de setembro de 2017. A imagem apresentada mostra o corpo de um homem estirado no chão, calçando sandálias e vestindo bermuda e camiseta branca. O rosto do rapaz está virado e há uma pequena tarja preta com o objetivo de não o identificar.

Figura 1 - Capa do caderno Polícia, 11 set. 2017



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017.

É desta forma que o jornal inicia a construção de uma narrativa, na qual o medo é o foco. Partimos da ideia de Motta (2013) de que a análise de uma narrativa jornalística é uma tarefa complicada, pois, apesar de serem histórias independentes entre si, são relativamente inconclusas, com exceção das coberturas mais estendidas, de modo que elas devem ser olhadas a partir de uma perspectiva mais ampla, com destaque para o contexto, abarcando

também o enredo no qual se estruturam. Por isso, olharemos para esta edição do jornal como uma única narrativa formada por diferentes histórias, que se mostrará a partir da continuidade e a intenção do narrador.

A narrativa deste jornal apresenta seus elementos bem delimitados, de acordo com a proposta do autor: o enredo, a trama, protagonista, antagonistas e por fim o narrador. Todos são elementos estruturantes da narrativa e serão identificados a seguir, pois nos mostrarão de que maneira o ódio líquido é construído nessas narrativas a partir das violações cometidas aos direitos humanos.

Observando a composição da imagem de capa, vemos que seus elementos constroem uma história em que o corpo sem vida pertence a alguém de baixo poder aquisitivo: as sandálias e roupas simples e o corpo jogado, como o de um indigente, em uma rua de terra batida, todos elementos que compõem o enredo que simbolicamente relaciona a violência à pobreza e a periferia.

O título “Um assassinato a cada duas horas” busca mostrar que a cidade está entregue à criminalidade, pois os bandidos estão sem limites e as autoridades, sem o devido controle. Com a manchete, o jornal incita o medo e a insegurança na população, de modo a levar os leitores à construção da ideia de descaso do poder público em relação às necessidades da população. Conforme Bauman explica, com pessoas amedrontadas perde-se facilmente o controle e se fica mais difícil preservar a ordem social. Logo, o medo é usado como instrumento de coerção da sociedade.

Se considerarmos os critérios da ANDI, violações podem ser identificadas desde essa página, e a primeira a ser cometida é a exposição de corpos sem vida, sendo que este é visto como um traço evidente do ódio líquido, pois se trata de um indicativo da insensibilidade humana. O corpo que deveria chocar, pois mostra um indivíduo em situação trágica e vulnerável, torna-se mais uma imagem corriqueira e que serve de ‘chamariz’ para o público leitor. A ideia é de que o homem, acusado de um crime, não merece compaixão, justamente por tratar-se de um “bandido”. Percebemos aqui que a indignação com a morte e a violência é seletiva, pois quem está exposto na capa não é um “cidadão de bem”, mas sim o criminoso, que mesmo após a morte não merece qualquer tipo de consideração.

O sentimento de descaso com a morte de alguém considerado “menor”, “inferior” ou do “mal” e que, por isso, acaba sendo desumanizado, vai ao encontro daquilo que Bauman chama de “entorpecimento moral” (1998, p. 46), ou seja, é o ponto de partida para o anestesiamiento dos sentidos humanos, de modo que não nos solidarizamos com quem acreditamos não merecer solidariedade ou qualquer gesto de empatia, afinal a ideia que

prevalece é de que ele é o único responsável pelo fato e que sua morte é algo a que se pode permanecer indiferente.

A narrativa de insegurança segue sendo contada nas páginas seguintes. Na página 2, há a manchete “Assaltos sem limites na Batista Campos: população insegura”. Nela há imagens da feira, localizada na Avenida Gentil Bittencourt, na esquina com a Rua Dr. Moraes, e de uma feirante. A matéria possui destaque considerável e ocupa a página inteira. A reportagem relata que o bairro da Batista Campos, localizado na área nobre de Belém, está sofrendo com a onda de assaltos e violência que assola a capital. Veja a imagem abaixo:

Figura 2 - Matéria do caderno Polícia, p. 2, 11 set. 2017



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017.

Segundo o texto, dois assaltantes roubaram um restaurante localizado na Rua Gentil Bittencourt, na esquina com a Travessa Doutor Moraes. Para mostrar que a área está se tornando um trecho perigoso em pleno centro da cidade, a repórter entrevista uma feirante da

área, que afirma que os roubos se tornaram frequentes na região. Segundo o relato, os assaltos assustam não apenas aos moradores da área, mas também à clientela, que está se tornando escassa. Outra fonte da matéria, que prefere não ser identificada, relata que o bairro está soturno e que já não é mais possível circular na área sem o receio de ser assaltado.

A partir desta segunda reportagem, identificamos mais alguns elementos que constroem a narrativa de medo exposta. De um lado, como protagonista está a população temerosa, assustada pela crescente violência e que dia após dia assiste à modificação de sua rotina em razão da ação de criminosos, neste caso identificados como os antagonistas da história. A intriga e os conflitos entre as duas partes acontecem na construção permanente entre o bem e o mal e no estímulo do medo.

A incitação ao caos e à insegurança pode ser vista na construção de espaços de medo, como se o temor e a violência pudessem ter um geografia própria e pertencer somente a áreas específicas. Segundo a reportagem, os assaltos, que outrora estavam restritos apenas às áreas periféricas da cidade, começaram a invadir as áreas nobres, como é considerado o bairro da Batista Campos. Enquanto a violência estava reservada aos bairros pobres e mais afastados não havia novidades ou o que o jornalismo, segundo Wolf (2008), chama de valor-notícia; no entanto, quando o caos e a desordem se aproximam dos indivíduos de classes mais favorecidas, temos a novidade ou o diferencial almejado pelo jornalismo.

Quando moradores e transeuntes do bairro já não se sentem livres ou confortáveis nesse espaço, pois têm medo de serem roubados, machucados ou mortos em assaltos, temos o início da construção do ódio líquido em relação ao outro. A ideia de que podem ser abordados a qualquer momento os faz temer ao inimigo em potencial, e por isso leva ao isolamento dentro das casas e prédios que estão cada vez mais cheios de equipamentos tecnológicos que garantem a segurança pessoal, levando assim à consolidação da chamada economia do medo.

Retomando os elementos constituintes da narrativa, Motta (2013) afirma que quem narra sempre tem um propósito, pois “nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial, toda a narrativa é argumentativa” (2013, p. 196). Desta forma:

Não podemos perder de vista, entretanto, que estamos a todo o momento descortinando e recompondo as partes. Não para entender a estrutura interna da história em si, mas para observar e compreender as estratégias e astúcias textuais que criam na situação de comunicação em eu há, de um lado, respostas de uma audiência que atualiza as marcas deixadas no texto para interpretar o projeto dramático de construção da realidade. (MOTTA, 2013, p. 146).

Desta maneira, os elementos que constroem essa narrativa se encontram conectados segundo a intenção do narrador, que neste primeiro plano identificamos como sendo os repórteres. Cada um deles é o narrador de uma história e por isso detém o poder de escolher a ordem e quais elementos irão fazer parte da narrativa, de modo a corroborar com a linha editorial do grupo RBA. A repórter desta matéria ao escolher divulgar a fala de uma pessoa que não quis ser identificada sinaliza que o medo está cristalizado entre os que moram na região, já que estão assustados com os episódios de violência contínua. Logo, ela escolheu propositalmente as personagens, as falas e a localização da história que está contando para mostrar que violência chegou até mesmo em áreas que outrora não passavam por estes conflitos.

Partindo para a página 3 identificamos duas pequenas reportagens: a primeira traz a manchete “Tragédia em família: morto pelo sobrinho”, já a segunda matéria é intitulada “Bandido mata com 10 tiros e foge em um carro prata”. Veja a imagem a seguir:

**Figura 3** - Matérias do caderno Polícia, p. 3, 11 set. 2017



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017.

A primeira reportagem relata um homicídio em família, no qual, segundo informações do jornal, um homem de 44 anos de idade, identificado como Francisco Jesus Dias, foi assassinado a facadas pelo sobrinho Leonardo Patrick Gomes, de 18 anos. A matéria conta que o crime aconteceu na residência da família, que tem o endereço localizado na reportagem. De acordo com as informações cedidas pelo delegado que registrou o caso, o assassinato aconteceu de madrugada, após Leonardo e a tia (o nome dela não foi divulgado), esposa de Francisco, chegarem de uma festa.

A segunda matéria, localizada na parte inferior da página 3, traz a foto de um rapaz morto estirado no chão e de braços no que parece ser um matagal abandonado. Ele está descalço e usa bermuda jeans e camiseta amarela. Não é possível reconhecer o rosto dele. Segundo as testemunhas do crime, que não se identificam por medo de represálias, o homem se chama Osvagner Vinicius Silva Monteiro e teria sido abordado por um carro prateado. Do veículo desceu apenas um homem com o rosto coberto. Ele atirou 10 vezes na vítima, que morreu no local.

A lógica narrativa é construída a partir da conexão de uma ação em sequência da outra, logo, estas duas reportagens não foram colocadas aleatoriamente na mesma página. O narrador nos mostra que a violência está presente nas esferas privada e pública, de modo que o que há em comum entre elas é a impunidade dos bandidos.

Outro fator da análise é que mais uma vez percebemos, em segundo plano, que a violência e a criminalidade são relacionadas à pobreza. O homem que tem o corpo exposto na imagem não parece vestir roupas caras ou estar em uma área nobre da cidade. Pelo contrário. A reportagem enquadra o rapaz, que é negro, em um cenário decadente, um matagal onde seu corpo parece ter sido abandonado.

As reportagens cometem algumas violações, segundo os critérios da ANDI. A primeira, que conta a história de crime em família, traz o nome completo da vítima e do suposto assassino. A partir desses dados e do endereço da casa onde o crime aconteceu é possível identificar outros familiares, como por exemplo, a esposa da vítima, que não teve seu nome colocado na matéria. A exposição indevida da família se caracteriza como uma violação, ainda que não tenha sido cometida diretamente à vítima do caso.

Outra infração cometida nesta matéria é a “omissão/falta de informações complementares”. Durante a reportagem a única fonte consultada é o delegado Hilton Dias, que estava de plantão na seccional onde o caso foi registrado. Percebemos que a ausência de outras fontes como testemunhas ou familiares torna a matéria tendenciosa, de modo a não esclarecer os motivos que levaram ao crime.

A sexta infração cometida nesta edição também está na página 3 e é a exposição indevida de corpo sem vida, relacionada a segunda matéria da página. O cadáver exposto, assim como a imagem da capa, reflete a insensibilidade e o descaso com alguém que, de maneira subentendida, merece menos respeito, pois é um bandido. Apesar de o rosto da vítima não aparecer o nome dele e a idade foram divulgados, de modo, a indiretamente identificar a família, o que caracteriza a sétima violação deste jornal. O narrador poderia ter optado por qualquer enquadramento, todavia escolheu usar aquele que expõe o corpo de um suposto bandido que estava em situação vulnerável.

A página 4 da publicação traz a matéria da capa com o título “Decouville – Assassinado a tiros”. A edição repete a imagem da capa, com uma pequena diferença no ângulo da fotografia, mas ainda não é possível identificar o rosto da vítima. Observamos que a imagem desta página possui mais destaque do que o texto que a acompanha. Segundo a matéria, os tiros que mataram o rapaz na Rua Nova Decouville assustaram os moradores do local. A vítima que não foi identificada não era morador do bairro. De acordo com a Polícia Militar, fonte ouvida pelo repórter, tratou-se de uma execução que não teve testemunhas.

Figura 4 - Matéria do caderno Polícia, p. 4, 11 set. 2017

**4 Polícia** SEGUNDA-FEIRA, Belém-PA, 11/09/2017 **Diário do Pará** 24h de notícias • www.diarioonline.com.br

O crime foi registrado na Seccional da Marambaia. O autor do homicídio ainda não foi preso. FOTO: ANTONIO WILDO

**DECOUVILE ASSASSINADO A TIROS**

A vítima, ainda não identificada, não era conhecida por moradores da ocupação Pet

**MARITUBA**

Alexandre Nascimento  
alexandre.nascimento@diario-do-para.com.br

Era madrugada de domingo (10) tranquila, por volta das 1h30, na rua Nova Decouville, na ocupação Pet, no bairro Decouville, em Marituba, Região Metropolitana de Belém, até o estampido de tiros que acordaram os moradores do local. Ao abrirem as portas de suas casas, eles se depararam com o corpo de um homem sem vida, atingido pelos disparos. A vítima não foi identificada e nem era conhecida no local, pois não era morador da área, segundo os moradores. Ele estava trajando camiseta e chinelo, além disso, a única certeza no local é que o homem foi executado, de acordo com os policiais militares que atenderam a ocorrência do crime. Ainda de acordo com os policiais, as testemunhas não viram quem foi o autor do assassinato, pois ele fugiu sem ser identificado. “Os moradores disseram que quando foram ver o que tinha acontecido, só encontraram esse homem, que já estava estrado e morto no chão”, declarou o sargento PM David. O caso foi registrado na Seccional da Marambaia.

**CABEÇA E PEITO**

● Técnicos do Centro de Perícias Científicas (CPC) Renato Chaves estiveram no local e confirmaram que o homem foi morto a tiros, mas não especificaram a quantidade. Além disso, eles afirmaram que os disparos atingiram a cabeça e o peito da vítima.

Mais uma vez notamos a escolha do enquadramento. Como se trata de um suposto criminoso há o descaso com a reprodução da imagem do cadáver. O ângulo escolhido para mostrá-lo, como já dito anteriormente, faz a relação com a pobreza do local e da vítima. Outro ponto pertinente e que deve ser analisado é que, conforme Chauí afirma, a violência retratada no formato policialesco se restringe à criminalidade periférica e não a discussão da segurança pública, enquanto problema social que deve abranger aspectos como educação, por exemplo. Logo, o leitor é levado a acreditar, devido à frequência do uso desse formato, que a violência é um problema sempre do Estado, não uma causa a ser discutida e combatida por cada um de nós. A ideia de cidade segura acaba sendo ligada aos dados que comprovam o extermínio de criminosos.

A página seguinte traz o título “Pará sangrento e a matança continua correndo solta”. A reportagem relata que em três dias foram registrados 36 homicídios em Belém e no interior do Estado. Deste total, nove mortes aconteceram somente em Belém. Nenhum deles teve os autores presos ou identificados. A reportagem traz relatos de crimes ocorridos em Cametá e Curuçá, localizados no nordeste paraense. Veja a imagem a seguir:

Figura 5 - Matéria do caderno Polícia, p. 5, 11 set. 2017



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017.

Mais uma vez percebemos a construção da cultura do medo. A ideia da manchete é de que a violência se alastra por todo o Estado impunemente, afinal as mortes aconteceram sem que qualquer pessoa fosse presa em nenhuma das cidades onde os crimes foram registrados. Também chama a atenção a cor vermelha usada para destacar a expressão “Pará sangrento”, por a cor intuitivamente remete a elementos como sangue e morte, logo foi usada propositalmente. Identificamos ainda nesta notícia o ponto de ataque descrito por Motta (2013), pois os 36 homicídios sem resolução se mostram como o momento de maior tensão nesta edição do jornal.

A matéria possui uma imagem cuja finalidade é ilustrar os casos relatados. Nela, um homem identificado como Adalberto Ferreira da Silva, de 54 anos, aparece morto a tiros em um carro. A foto, apesar de ter uma tarja preta nos olhos da vítima, é chocante, pois é possível identificar onde foram dados os tiros que o mataram – o que remete também à insensibilidade humana praticada pelo jornalismo policial, que não possui filtros e banaliza este tipo de imagem. As imagens usadas nos levam a refletir sobre como o formato jornalístico policial se

vale do sensacionalismo em sua construção, pois ao abusar de imagens impactantes se mostra despreocupado com questões críticas acerca de temas como segurança pública, por exemplo.

Nas páginas 4 e 5, verificamos que a lógica comunicativa construída ao longo desta edição continua colaborando e induzindo o público a acreditar na ideia da cidade inabitável devido ao fato de os crimes serem uma realidade que não pode ser combatida.

As páginas 6 e 7 trazem a mesma matéria intitulada “Violência sem fim – 5 homicídios em Castanhal”. Segundo a reportagem, a cidade, localizada na região nordeste do Pará, teve uma noite de caos na qual cinco pessoas foram mortas a tiros e facadas. Veja as imagens a seguir:

Figura 6 - Matéria do caderno Polícia, p. 6, 11 set. 2017

6 Polícia SEGUNDA-FEIRA, Belém-PA, 11/09/2017 Diário do Pará  
24h de notícias - www.diarioonline.com.br

## VIOLÊNCIA SEM FIM 5 HOMICÍDIOS EM CASTANHAL

Os crimes aconteceram entre a noite de sexta-feira (8) e a manhã de sábado (9), na “Cidade Modelo” do nordeste paraense. Um deles foi um sargento da Polícia Militar

**TIROS E FACADAS**

**Tiago Silva**  
tiago.silva@diariodopara.com.br

DE CASTANHAL

**N**o final de semana foi um caos em Castanhal, região do nordeste paraense. Uma noite de sexta-feira (8) até a manhã de sábado (9), cinco pessoas foram mortas a tiros e a facadas na “Cidade Modelo”. O primeiro crime aconteceu no bairro Jaderlândia, por volta das 21h. A vítima foi identificada como Geovane Gonçalves Costa, de 18 anos. A mãe dele que estava em sua casa, deitada, quando ouviu tiros. Ao sair, viu seu filho com 2 tiros no peito. O corpo estava caído na travessa Minervina Afonso, esquina com a rua São Francisco. Geovane morreu no local.

Já no final da noite de sexta-feira, por volta das 23 horas, um sargento da Polícia Militar foi executado com um tiro no peito. O crime aconteceu em um bar localizado no conjunto Fonte Boa. O policial militar, identificado como S. Silva, não ingeria bebida alcoólica, apenas conversava com amigos quando foi surpreendido por um desconhecido que, após efetuar um único tiro de revólver no peito da vítima, fugiu do local com um companheiro em uma motocicleta. S. Silva morreu logo após dar entrada

**MAIS UM MORTO**  
Após a morte do sargento da PM, outra pessoa foi executada a tiros. Ainda no final da noite de sexta-feira, no bairro Novo Caiçara, mais precisamente na rua Raimundo Pinto Leite, esquina com Irmã Adelai-

de, Marcos Silva do Rosário, de 22 anos, foi baleado três vezes. Os matadores fugiram de moto. Marcos estava acompanhado de uma mulher, em uma bicicleta, quando foi atingido. Ele chegou a ser socorrido, mas morreu logo que deu

entrada em um hospital público de Castanhal.

**VIA TWITTER**  
#terço.comentários  
notícias@terco2015  
@diariodopara



**Marcos Silva do Rosário tinha 22 anos.** Ele estava acompanhado de uma mulher quando levou três tiros e morreu na hora  
Foto: TIAGO SILVA

Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017.

Figura 7 - Matéria do caderno Polícia, p. 7, 11 set. 2017



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017.

A primeira vítima, identificada como Geovane Gonçalves Costa, de 18 anos, foi morta com tiros no peito e teve o corpo encontrado pela mãe próximo à casa onde moravam. A segunda vítima, morta com um tiro no peito, era policial militar e foi identificado como S. Silva. Segundo a reportagem, o crime aconteceu no Conjunto Fonte Boa e a vítima era um homem sem vícios, que:

[...] não ingeria bebida alcoólica e apenas conversava com amigos quando foi surpreendido por um desconhecido que, após efetuar um único tiro de revólver no peito da vítima, fugiu do local com um comparsa em uma motocicleta. (DIÁRIO DO PARÁ, 2017, p. 6).

A terceira vítima da noite, identificada como Marcos Silva do Rosário, de 22 anos, foi atingida por três tiros. Os atiradores fugiram do local em uma moto. A vítima chegou a ser socorrida, mas não suportou os ferimentos e faleceu assim que deu entrada no hospital. A imagem de Marcos Silva Rosário é que ilustra esta página da reportagem. Nela, o rapaz veste

bermuda jeans, camisa preta e sandálias e está no chão. Para não o identificar há uma tarja preta cobrindo parte do rosto.

A quarta vítima, Isaac Gomes, de 39 anos, também foi morto a tiros. Sem muitas informações sobre o caso, a matéria conta que o assassinato aconteceu na madrugada, horário de menor movimentação nas ruas, por isso não há testemunhas. Segundo a polícia, não foi possível identificar se a vítima era usuária de drogas ou se tinha algum tipo de envolvimento com crimes.

A última vítima, identificada como Márcia Brito de Souza, de 19 anos, foi morta a facadas no centro comercial do município. Com o corpo de Márcia foi encontrada uma faca. Curiosamente a reportagem afirma que “a assassina” da moça fugiu do local sem ser identificada. A reportagem não explica anteriormente no texto como tem certeza de que o homicídio foi praticado por outra mulher, já que o crime não tem testemunhas. A imagem de Márcia morta ilustra a matéria. Nela, o corpo sem vida da moça aparece estirado e com o que parece ser uma faca, presa ao corpo pela calça jeans.

Temos mais uma vez a exposição de cadáveres. A chamada “Pará sangrento e a matança continua correndo solta”, da página 5, e “Violência sem fim – 5 homicídios em Castanhal” reforçam a ideia de caos e pânico na segurança pública do Estado. Estas são consideradas a nona e a décima infração cometidas neste jornal. Na matéria da página 5, mais uma vez, percebemos o formato tendencioso, no qual as principais fontes ouvidas ao longo do texto são delegados e policiais. Destacamos aqui a matéria da página 6. Ao relatar as cinco mortes ocorridas em Castanhal, tem-se entre elas o homicídio de um policial militar. Enquanto as demais vítimas, subentendidas como criminosos, não têm qualquer tipo de defesa nítida no texto, o policial é identificado apenas pela inicial do primeiro nome e apenas um sobrenome, S. Silva, o que já demonstra a tentativa de preservar sua identidade, já que é “protegido”, dentro de uma lógica em que há uma espécie de dicotomia entre o bem e o mal.

De um lado estão os bandidos, que têm seus nomes e imagens expostos, e do outro lado estão os “cidadãos de bem”, representados aqui por um policial militar, que além de ser vítima da violência da cidade tem a polícia ativa na tentativa de resolver o caso. A imagem usada para ilustrar a matéria não foi a de S. Silva, mas sim a de Marcos Silva do Rosário, tratado como indigente.

Na página 7, também fica evidente a falta de informações e dados na construção das matérias. Mesmo com a única fonte consultada sendo a polícia, pois não houve testemunhas do crime, a reportagem afirma que quem executou a vítima foi uma mulher e em sua construção não há outros dados ou ainda informações sobre feminicídio.

A página 8 da publicação do dia 11 de setembro de 2017 traz a manchete “Criminoso levou oito facadas – assalto saiu pela culatra”. Segundo a reportagem, um homem não identificado tentou fazer um assalto em um veículo de transporte alternativo. Durante a tentativa, o homem foi imobilizado pelo cobrador da van e ferido pela própria faca. Segundo informações do cobrador, passageiros e populares que perceberam o assalto fizeram “justiça com as próprias mãos”, atingindo o homem com as oito facadas. A matéria não explica se alguma das pessoas que o machucaram chegou a ser detida. A matéria traz a imagem do assaltante dentro da ambulância, chegando ao hospital para receber os primeiros socorros. Não é possível identificar seu rosto. Veja a imagem a seguir:

Figura 8 - Matéria do caderno Polícia, p. 8, 11 set. 2017



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017.

Nesta matéria identificamos como a violência e o ódio líquido podem ser ambivalentes e socialmente aceitos. A reportagem relata que a população, insatisfeita com a tentativa de

assalto resolveu bater no criminoso, que de tão machucado precisou ser levado ao hospital. Ora, o ato de machucar o outro (quem sabe até a morte) é crime e deveria ser punido de alguma forma, no entanto, quando a agressão é praticada contra alguém considerado inferior acaba sendo justificada como uma tentativa de defesa, na qual era necessário “fazer justiça com as próprias mãos” para que o acusado aprendesse a lição. Trata-se da violência que é retribuída com mais violência, mostrando ainda como a população parece descrente em relação às instituições de segura.

A ironia/sarcasmo contida na matéria da última página chamada “Criminoso levou oito facadas – assalto saiu pela culatra” já evidencia a informalidade do formato jornalístico policialesco. O uso de uma expressão dessa natureza mostra o descomprometimento do formato com regras gramaticais. Além desta infração, a matéria comete a “incitação ao crime e a violência”, pois ao dizer que populares fizeram “justiça com as próprias mãos” sem que qualquer indivíduo tenha sido punido pelo linchamento do acusado, deixando subentendido que a violência é uma possível solução para crimes desta natureza.

#### **4.6 Análise do programa *Linha de Frente***

No programa do dia 11 de dezembro de 2017, identificamos notícias sobre crimes, serviços e atualidades. Iniciamos a análise com os comentários do locutor Paulinho Montalvão e suas falas de violações aos direitos humanos. Abertura do programa decorre da seguinte forma:

Senhoras e senhores mais um fim de semana de muita violência aqui no estado do Pará. Mal o dia começou houve uma morte ali no bairro do Sideral, na Augusto Montenegro. Nos primeiros raios solares dessa segunda-feira começaram registro de mais violência na nossa capital. Um homem ainda não identificado morreu a tiros por volta das 7 horas ali no Sideral. Esse crime ocorreu na rua Esperantista com a Mário Covas, em frente a uma construtora. Por enquanto não há detalhes da execução nem motivos para esse crime (LINHA DE FRENTE, 2017).

No comentário, após narrar as notícias principais do dia, Montalvão destaca a onda de violência que assola o Estado. Mesmo sem saber detalhes do crime, a notícia é dada no programa, o que vai de encontro às regras de apuração do jornalismo e caracteriza a primeira infração que é a “omissão/falta de informações”. A fala do apresentador de que a capital está violenta, pois crimes como o citado se tornaram rotineiros, corroborando a construção da ideia de sensação de caos e medo, considerado como a segunda infração desta análise.

Na notícia seguinte, o locutor relata um crime ocorrido no bairro de Águas Lindas, periferia de Belém.

Quem também virou ‘banquete de minhoca’ na madrugada de hoje foi o ‘mau elemento’ Joelcio Reis Carvalho, de 33 anos. Ele foi perseguido pelos executores antes de ser morto lá em águas Lindas. Esse crime ocorreu por volta das 3h30 da madrugada na Rua da Paz e segundo a polícia esse ‘tal’ de Joelcio estava correndo dos assassinos até que ele foi alcançado e recebeu sete golpes de terçado na cabeça. Não teve conversa não. Já está fazendo companhia para o capeta. Já está embaixo de sete palmos (LINHA DE FRENTE, 2017).

A fala do locutor faz insinuações implícitas e explícitas de juízo de valor, ou seja, baseadas em convicções e pontos de vista pessoais. O julgamento pode ser observado, primeiro, quando Montalvão chama a vítima de “mau elemento”, em seguida quando diz que ele virou “banquete de minhoca”, ao chamá-lo de “tal” demonstrando desdém, e por fim ao considerá-lo como criminoso, nas entrelinhas de sua fala, mesmo sem ter instrumentos para confirmar tal acusação, o que caracteriza a terceira infração cometida pelo programa, que é o “desrespeito a presunção de inocência”.

A quarta infração é a “exposição indevida da pessoa”. O apresentador identifica a idade e o nome completo da vítima, informações que não deveriam ser levadas a público, pois podem levar o indivíduo e a família dele a situações de constrangimento ou represália.

O formato radiofônico permite o uso de BGs como recurso para a construção de narrativas. Ainda durante a divulgação da notícia, ao fundo o BG diz a seguinte frase “repete a cara do bandido?”, Logo em seguida, Paulinho Montalvão responde: “Deve ser cara de curica feita à mão”, fala que é mais uma vez seguida de um BG, dessa vez de risadas. O uso de “ironia/sarcasmo” é a quinta infração do programa *Linha de Frente*.

Além dos BGs sarcásticos e das falas citadas acima, a violação está evidente nas falas jocosas do locutor, que sem cerimônia alguma fala que a vítima virou “banquete de minhoca” e que estava fazendo “companhia para o capeta”. Ora, sabemos que o jornalismo policiaisco ressalta a informalidade, no entanto, percebemos que ainda assim o locutor ultrapassa os limites, ao explicitamente, festejar a morte da vítima.

Identificamos na próxima notícia do programa um caso de feminicídio, com o locutor Paulinho Montalvão, fazendo a seguinte narração:

Mulher é morta a tijoladas na frente dos filhos e do marido. Esse crime ocorreu na própria casa da vítima, ali na Passagem 2000 no Curuçambá, em Ananindeua. Aliás, vale ressaltar que de uns tempos pra cá o bairro do

Curuçambá, minha gente, tem sido palco de muita violência. Isso significa duas coisas: o crescimento da criminalidade, da bandidagem, que se multiplica a cada dia que passa e também à falta de policiamento naquela área já conflituosa [...]. Dessa vez, a Silvia Silvana Melo Nascimento, de 36 anos, estava em casa quando o local foi invadido por um grupo de homens às 2h30 da madrugada. Os invasores começaram então a golpear a cabeça da Silvia com tijolos causando várias lesões em diversas partes do crânio. A cara dela ficou parece ‘lasanha de quermesse’, toda fatiada. [...] (LINHA DE FRENTE, 2017).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, a OMS, o Brasil registrou em 2017, a quinta maior taxa de feminicídio do mundo, sendo que o número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres<sup>39</sup>. Ainda que o assunto esteja em evidência na mídia nacional, o locutor sequer atribui a morte de Silvana a um caso de feminicídio. A sexta infração do programa é a “omissão/falta de informações complementares” na notícia dada, o que demonstra certo grau de descomprometimento da atração com questões de interesse social.

A sétima e oitava infrações acontecem com a exposição do nome, idade e endereço da vítima, expondo-a e causando constrangimento à família, que presenciou o crime. Mais uma vez, Paulinho Montalvão não perde a oportunidade de ressaltar o quanto a cidade está violenta, ao afirmar que falta policiamento na área onde o crime aconteceu. O discurso repetitivo reforça a sensação de caos (nona infração) e a ideia de abandono por parte do poder público.

Apesar de a notícia ser trágica, novamente percebemos o uso da “ironia/sarcasmo” quando o locutor, após dar detalhes de como a moça foi morta, diz que ela ficou toda fatiada tal qual uma “lasanha de quermesse”. O desrespeito disfarçado de humor dá o tom mórbido à atração.

Observamos que nas emissoras do grupo RBA, apresentador e locutor são usados como instrumentos nas disputas políticas e contra os desafetos de Helder e Jader Barbalho, donos do grupo. A ideia de que o estado do Pará se encontra esquecido e sem receber recursos suficientes para necessidades básicas, como a segurança pública, acaba sendo tema recorrente dos discursos como forma de atingir o governo e colocar a população contra ele.

Olhem senhoras e senhores essa questão da violência eu tenho falado bastante aqui, mas parece que as autoridades do âmbito policial fazem ouvido de mercador. O governador do Estado não está nem ai, mesmo bombardeado por todos os lados com críticas ferrenhas pela omissão no

---

<sup>39</sup> Dados disponíveis no link: <http://www.who.int/eportuguese/publications/WHR2010.pdf?ua=1>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

combate à violência desenfreada aqui no Pará. Sua excelência, o governador do Estado, sempre ensaia uma reação, mas como de praxe fica só no discurso. Não passa disso não, de concreto mesmo nada foi feito. Tanto que a violência não tem dado trégua, minha gente! E as mortes continuam acontecendo como essas que acabei de narrar [...]. (LINHA DE FRENTE, 2017).

Conforme nos indicou Bauman (2007a; 2008a), na contemporaneidade, à incitação do medo e do caos são formas de controle social. Observamos que fica evidente na fala do locutor o estímulo ao medo a partir da violência. Esse sentimento pode gerar ódio ao governo, além de condicionar a população a formar determinada opinião a respeito.

Observem que todo o final de semana é essa novela, que a gente não consegue na verdade estancar essa chaga. Os números estarecedores colocam a população em choque, amedrontada, apavorada [...]. Ninguém aguenta mais! Você não pode mais deixar a janela da sua casa aberta, porque você corre o sério risco de ter sua casa invadida, sua filha estuprada, seus entes queridos ameaçados e hostilizados. Pessoas que são violentadas e mortas na frente dos pais [...] (LINHA DE FRENTE, 2017).

As expressões e palavras ‘em choque’, ‘amedrontada’ e ‘apavorada’ são os elementos que comprovam a construção da ideia de medo, de modo que o radialista se coloca como porta-voz da população.

#### 4.7 **Análise do programa *Metendo Bronca***

Não de forma aleatória o programa *Metendo Bronca* foi escolhido para participar do monitoramento realizado pela ANDI, afinal, a atração reúne em apenas uma hora de duração uma grande quantidade de elementos que fazem parte do formato policial e infringem as leis de maneira evidente e sem rodeios.

O programa, considerado popular, tem em sua essência a mistura de publicidade, entretenimento e notícia (COSTA, 2004, 2011). As reportagens, ou seja, as narrativas mostradas são construídas de maneira simples e objetiva, sem rodeios, de modo que o principal mote é estabelecer a comunicação com o público. O apresentador tem papel fundamental na atração, pois ele “toma para si as dores da população” que está assustada com a violência urbana.

A partir dos comentários que faz a respeito de cada reportagem, ele burla o formato jornalístico tradicional, que prioriza a imparcialidade, e mostra sua opinião acerca de temas polêmicos como pena de morte, aborto e como deveria ser a ação da policial. Dessa maneira,

ele ajuda a construir narrativas pautadas no medo (seja da violência urbana seja do outro), assim como incita o ódio e a agressão.

A composição do programa traz ainda elementos que ajudam na construção dessas histórias. São eles: o cenário, a trilha sonora, o comentarista e a abertura. O cenário do programa é parcialmente virtual e nele é feita a projeção de um leão que a todo o momento emite rugidos (Figura 9). O animal é uma referência ao temperamento forte de Joaquim Campos. Todas as vezes que o apresentador se encontra mais exaltado por conta de alguma notícia ou comentário que faz, solta a expressão “calma, leão!”, como se estivesse pedindo calma e paciência para si. Ao lado do apresentador, há um monitor no qual ele acompanha as reportagens exibidas. No entanto, uma das características mais significativas é que ao fundo do cenário há um alvo, numa clara referência do programa mirando os suspeitos.

Figura 9 - Cenário e apresentador do Metendo Bronca



Fonte: METENDO BRONCA, 2016.

A trilha sonora, cercada de humor e ironias, é feita de músicas instrumentais agitadas, que servem de fundo para perseguições policiais e por isso precisam ter um perfil mais dinâmico. O programa também usa BGs com expressões como “te mete à besta” ou “tu é doido, é?”, que são colocados quando o apresentador está narrando a ação de criminosos.

O programa do dia 16 de novembro de 2016 começa com a apresentação de uma matéria sobre o assalto a uma residência na rua WE 31, na Cidade Nova 8, que fica no município de Ananindeua, localizado na Região Metropolitana de Belém. Quatro homens entraram na casa durante a madrugada, na busca de objetos de valor e renderam a família,

entre eles duas crianças que ficaram presas em um banheiro, ao lado da mãe, enquanto o pai era ameaçado com uma arma de fogo.

Durante a matéria, o repórter Amaury Silveira está em frente à casa onde ocorreu o assalto, na busca de informações, acabando por expor as vítimas. A família, que está assustada, prefere não dar entrevista; no entanto, um vizinho e um parente próximo decidem conversar com o repórter, mas sem serem identificados. Ambos reclamam da constante violência no bairro.

Os criminosos saíram do local em dois carros, sendo um deles da família, levando televisores e dinheiro. Antes de exibir a matéria Joaquim Campos faz o seguinte comentário: “Ah rapaz o cara que invade uma casa... [pausa para um respiro profundo do apresentador enquanto olha para a câmera]. Quando o cara invade uma casa e faz uma família refém teria que ter pena de morte nesse país, principalmente para esse tipo de ataque” (METENDO BRONCA, 2016).

Joaquim Campos, ao longo desta edição, usa de maneiras distintas os recursos narrativos descritos por Motta (2013). O primeiro deles é a pausa dramática. No comentário inicial, o apresentador evidencia seu posicionamento favorável à pena de morte, no entanto, o silêncio que cria durante a fala se torna algo representativo nesta análise, pois simboliza a impaciência e o desprezo que tem ao falar sobre qual deveria ser o destino de um criminoso.

Esse comentário consiste na primeira violação identificada no programa. Trata-se de uma “incitação ao crime e a violência”. É de praxe no formato jornalístico a afirmação de que a violência e o extermínio de bandidos são a solução para o fim da insegurança urbana. A ideia construída é que violência se paga com mais agressividade, de modo que a morte de acusados seja o único destino aceitável para os acusados de um crime. Na fala de Joaquim Campos, porta-voz do programa e de uma parcela da população, há a incitação do discurso de ódio a este grupo.

Na matéria seguinte, o programa relata o assalto a um pequeno restaurante no bairro da Campina, no centro de Belém. Segundo a polícia, fonte da reportagem, os assaltantes entraram no estabelecimento à noite, levando cadeiras, um micro-ondas e comida perecível. Parte dos objetos roubados foi encontrada horas depois, na feira do Ver-o-Peso. A polícia prendeu em flagrante José Augusto Amaral Rocha, 31 anos, e Marco Antonio dos Anjos Santos, 29 anos.

Após a exibição da reportagem o apresentador Joaquim Campos comenta:

Olha só [enquanto olha fixamente para o monitor] eu fico olhando para essas imundices [...] revela o Avelar comigo aqui. [...] Tua mão coçou e a minha também, né Avelar? Eu sei qual é a tua contaminação porque é a minha também: “Nada a declarar”. Com aquela ‘orelhona’? Faz um eco na delegacia, que vocês não têm noção, mas é tanto desgraçado pra proteger essas imundices. Eles ficam o dia inteiro roubando e fumando droga. Se você pegar um drone e sobrevoar o centro da cidade à noite tem uma outra cidade sob os telhados. Eles vivem sobre os telhados. Tinha que ter um atirador de elite dentro de um helicóptero abatendo, que nem abate aqueles javalis que estão comendo e atacando aqueles animais lá no sul. Isso aí é uma praga da humanidade. Olha essa orelha... ah a minha mão...[...] só uma no pé do ouvido de um canalha desses... Se esse desgraçado invade a tua casa e você atira e mata, você ainda vai preso, né? (METENDO BRONCA, 2016).

Mais uma vez, ao olhar fixamente para os acusados fazendo silêncio em uma pausa dramática, Joaquim Campos traz para a narrativa que constrói elementos de ódio contra os bandidos. A fisionomia do apresentador é de nojo e repulsa enquanto despeja suas palavras. A todo o momento ele cria intrigas e tensionamentos, de modo a levar o público a criar o mesmo desprezo pelos acusados. O comentário de Joaquim apresenta tudo de negativo, como desrespeito, desumanidade, preconceitos, estigmas, incitação à violência e à morte, o que caracteriza diversas ou todas as violações possíveis, indo além das identificadas no monitoramento da ANDI, comparando-os às pessoas a animais que são abatidos, violentamente. Os dois acusados são rapazes negros, aparentemente pobres, e o apresentador explicitamente sugere a agressão (incitação de crime e violência) como uma maneira de contê-los, numa espécie de lição que precisa ser aprendida.

Percebemos claramente a construção do ódio contra o outro, neste caso contra aquele que é considerado como a personificação do mal dentro da sociedade. A esse indivíduo, na avaliação do apresentador, resta ser eliminado do convívio social o mesmo a morte. Joaquim usa palavras pejorativas, como “canalhas” e “imundices”, todas as vezes que se refere aos acusados. O desprezo é evidente na fisionomia e na escolha das palavras, que é feita propositalmente, afinal, o apresentador tem a intenção de inferiorizar os acusados enquanto paralelamente incita o público a desqualificá-los, como se pertencessem a uma categoria menor de indivíduos.

Percebemos nesta análise que ocorre o discurso da violência como forma de conter a própria violência, ou seja, a ideia cíclica e negativa de que o mal só pode ser destruído com o mal acaba sendo recorrente nas atrações policiais, de tal modo a colaborar com o discurso de uma parcela da população que é a favor da violência física e/ou da pena de morte, por exemplo.

Destacamos novamente que os rapazes acusados são negros e o apresentador usa de ironia e sarcasmo – quarta violação – para dar ênfase ao tipo físico dos rapazes, comentando que as orelhas grandes são apropriadas para tapas e outras punições físicas.

Durante a apresentação da matéria, que acontece dentro da Seccional de São Brás, em Belém, a repórter Sancha Luna pergunta aos acusados se a intenção era vender os objetos roubados. Visivelmente desconfortáveis com a situação, os dois tentam em vão esconder os rostos e afirmam que não são culpados e que não têm nada a declarar sobre o caso. A atitude da repórter de insistir por uma declaração dos acusados viola o direito ao silêncio, considerado nesta pesquisa como um indicativo de não reconhecimento dos direitos do outro e umas das características do ódio líquido.

Ainda na entrevista, os rapazes, um deles sem camisa, são colocados em frente a um paredão, reproduzindo a cena clássica do formato policial (Figura 10). Além dos nomes e idades serem revelados, os jovens têm os rostos colocados em foco, de modo a não deixar dúvidas sobre suas identidades. A ação provavelmente praticada sem o consentimento dos acusados comete o desrespeito à presunção de inocência, já que naquele contexto e a partir daqueles elementos já se percebe o julgamento implícito, ainda que ele não tenha acontecido por parte da justiça.

Figura 10 - Suspeitos durante reportagem do Metendo Bronca



Fonte: METENDO BRONCA, 2016.

Nessa edição, Joaquim Campos não está sozinho na apresentação do programa *Metendo Bronca*. Ele conta com a participação do repórter de rua e comentarista JR Avelar, que analisa os crimes e expõe seu ponto de vista rigoroso (Figura 0). Vestindo sempre preto, com um tipo de uniforme que lembra bastante uma farda policial, Avelar conta casos e se

mostra sempre íntimo da polícia, dando a entender que tem acesso a informações exclusivas e que também é um “justiceiro do povo”.

Figura 11 - Joaquim Campos e JR Avelar



Fonte: METENDO BRONCA, 2016.

Avelar também colabora com as violações cometidas pelo apresentador, e consequentemente pelo programa. Ao contar que sua mãe já foi roubada e torturada por assaltantes, ele diz que sua atitude ao saber do crime foi:

Eu fui fazer a mesma coisa com ele quando ele caiu na Divisão de Repressão ao Crime Organizado. Eu disse eu vou na tua casa, na casa da sua mãe, lá na Pratinha, pra ‘tu’ sentir o que é colocar uma senhora de 70 anos em perigo. (METENDO BRONCA, 2016).

O comentário de Avelar, assim como as falas de Joaquim Campos, incita mais uma vez a violência contra bandidos, dessa vez fazendo uma clara referência à tortura de terceiros, neste caso a mãe de um criminoso. Joaquim Campos responde a ele em tom de voz exaltado:

Tinha era que castrar com aquele alicate de jardineiro. Pegava todos os ‘instrumentos’ dele e ‘flap’[faz sinal com as mãos demonstrando que está cortando algo]. Esse aí partiu, mas deve tá no inferno com satanás que acompanha. (METENDO BRONCA, 2016).

Enquanto Avelar conta sua história, ao fundo Joaquim Campos chama a mãe do acusado de ‘vagabunda’ e mais adiante veremos que o comportamento de expor e incitar a

agressão a familiares de acusados não é um fato isolado do programa, mas sim um posicionamento recorrente do apresentador.

A próxima reportagem desta edição conta o caso de uma família de ribeirinhos, habitantes da Ilha do Maracujá, localidade próxima a Belém, que teve a lancha, único meio de transporte da família, e mais alguns eletrodomésticos roubados por um grupo de quatro rapazes, entre eles um menino menor de idade. Segundo o depoimento da vítima ao repórter Isidoro Calixto, o casal foi ameaçado com uma furadeira, além de receber tapas por todo o corpo. O crime, identificado na reportagem como um caso de pirataria comum nos rios da Amazônia, recebeu destaque no programa. Ao término da matéria a imagem de Joaquim Campos retorna ao vídeo. Exaltado, o apresentador em tom de voz alto começa a falar:

O meu grito é para a polícia. Tem que encontrar os quatro e matar os quatro. Passa-lhe o cacete neles, inclusive no de menor, que diz que não pega nada. A hora que meterem uma bala na tua cabeça ‘canalhazinho’... Tinham que matar o menor e colocar a mãe e o pai dele na cadeia. São um bando de canalhas que nem os filhos [...]. O homem trabalha, a mulher trabalha a vida inteira para se submeter a um massacre, a uma tortura dessas e vocês canalhas que defendem esses menores, que defendem bandidos, vocês deveriam ir para a cadeia também. Tá aí o que eles fazem com as pessoas. [...] A hora que meterem uma bala na tua cara... de vez em quando mandam foto pra gente. O olho tá de um lado, o cérebro tá pra o outro lado. Quando acontece isso a gente se livra. Tem que ir na casa da mãe e do pai, já que é menor, e socar o casal na cadeia. Ah, mas porque eu tô sendo preso? Por que de uma forma ou de outra vocês são beneficiados por esses ladrões que vocês pariram e botaram no mundo. O desgraçado fica aí falando que não vai dar em nada. Isso é bem feito pra todos nós que não sabemos votar [...] tá aí a ‘merda’ que estão fazendo, tá aí as leis protecionistas. Pega esse povo todinho que protege bandido e manda pra Venezuela. Lá tá um paraíso... [...] Manda pra lá! (METENDO BRONCA, 2016).

Constatamos a incitação da violência e do crime, no entanto, destacamos essa fala como uma das mais graves, pois ao mesmo tempo comete uma série de violações. Ainda que não mostre imagens ou divulgue o nome do jovem que participou do crime, Joaquim Campos viola o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), ao considerar que um menor de idade deve ter o mesmo tratamento que um adulto. A lei compreende que o jovem ainda está em formação física e psicológica e por isso a correção comportamental vem através de medidas socioeducativas.

Joaquim é claro ao dizer que o adolescente deveria ser morto, assim como os outros que participaram do crime. O modo depreciativo com que ofende o jovem, chamando-o de ‘canalhazinho’, e com que debocha das leis “protecionistas” deixa claro que o apresentador não considera que estes indivíduos são dignos de quaisquer direitos, algo que nos remete ao

que Alves (2013) chama de “desumanização do humano”, ou seja, Joaquim pratica a desqualificação ostensiva de um grupo específico sugerindo que estes não merecem ser protegidos pelas leis, caracterizando ainda um discurso de ódio contra os direitos humanos.

Entre palavras e risadas a ironia e o sarcasmo são percebidos ainda na sugestão dada por ele de que todos que são favoráveis aos direitos de criminosos sejam mandados para a Venezuela, país governado por um partido comunista. O discurso vazio do ponto de vista argumentativo que pede que estes indivíduos sejam tratados como animais sem direitos ou cidadania, anula a possibilidade do debate profundo acerca do que pode ser feito para corrigir os problemas de segurança pública enfrentados pelo Estado. Logo, o formato tendencioso inflamado pelo discurso caloroso que pede e estimula o ato de fazer justiça com as próprias mãos é considerado como uma violação, pois caracteriza a “omissão e ausência de informações complementares”.

A próxima violação cometida pelo apresentador está na exposição indevida da família. Joaquim Campos é enfático ao dizer que os pais são os responsáveis e devem pagar com a própria prisão pelos atos cometidos pelo menor de idade. Nos trechos “Tinham que matar o menor e colocar a mãe e o pai dele na cadeia. São um bando de canalhas que nem os filhos” e “Tem que ir na casa da mãe e do pai, já que é menor, e socar o casal na cadeia. Ah, mas porque eu tô sendo preso? Por que de uma forma ou de outra vocês são beneficiados por esses ladrões que vocês pariram e botaram no mundo”, o apresentador incita a violência física, comete a exposição indevida da família, pede a prisão de inocentes e ao mesmo tempo incentiva o tratamento desumano e degradante de sujeitos que estão ligados indiretamente aos eventos.

Nesta fala, percebemos ainda que o apresentador deixa explícita a maneira como entende o problema da violência no contexto social mais amplo. No seu ponto de vista, trata-se de um problema particular das famílias – em especial as pobres - e que só aconteceu, pois pais e mães não souberam educar bem seus filhos, logo devem pagar por este erro. O apresentador ignora a violência como um problema social que está relacionado à falta de educação e excesso de desigualdades sociais.

Diante dos comentários feitos por Joaquim Campos, JR Avelar também se posiciona sobre o crime ao dizer sobre o menor de idade que “quando ele disse que não pega nada pra ele, pega sim! Pega um tiro na cara. Dá certinho na cabeça dele!”, mais uma vez incentivando a violência e o discurso de ódio como forma de punir e combater a violência.

Destacamos aqui outra característica dos discursos identificados na edição: a polarização entre o bem e o mal e o incentivo ao acirramento e confronto entre os dois. O bem

é representado pela polícia e o papel do mal é atribuído aos criminosos. Apesar de a divisão parecer óbvia, destacamos aqui que essa polarização na construção do enredo desta narrativa é subjetiva e conseqüentemente ambivalente, pois ainda que a polícia tenha autorização legal e aceitação social para portar armas, como é possível dizer que este é o bem se em determinados momentos ambos praticam as mesmas atitudes baseadas na violência?

Identificamos que em vários momentos, Joaquim pede o posicionamento, de preferência armado, por parte da polícia no combate aos assaltantes. Ele coloca em xeque o poder e o caráter dos policiais ao questionar se eles têm medo dos criminosos.

Eles são extremamente violentos e perigosos. Por sorte não mataram esse casal. Eles já disseram, deixaram recado, foram bem claros! Saíram gritando que se a polícia vier atrás a gente vai matar polícia também. Eu quero ver se vocês não têm medo de umas imundices dessas. Porque disseram que vão matar a polícia. Onde é que nós vamos parar? (METENDO BRONCA, 2016).

O apresentador demonstra certa perda de confiança e desolamento ao questionar que se os criminosos já chegaram ao ponto de ameaçar claramente os policiais, onde os “cidadãos de bem” podem se refugiar diante deste cenário. A fala incentiva a polícia a ter um posicionamento firme no combate ao crime, no qual ela seja temida pela arma e não pelo respeito.

A fala, implicitamente, ressalta a sensação de caos nos sujeitos que se sentem desprotegidos e à mercê de quaisquer ataques, ou seja, se tem a construção da narrativa de medo e insegurança ao longo de todas as reportagens apresentadas. Outra violação, dessa vez a “desobediência às leis”, também fica evidente na fala do apresentador:

Se eu fosse vocês [referindo-se aos policiais] invadia a casa e o cacete. Ah, tem que ler os direitos! Direito é o cacete. Arromba logo a porta, solta logo o cacete. Não matem o cachorro, de resto pode passar o sal no pai, mãe e do diabo que for. (METENDO BRONCA, 2016).

A invasão de privacidade e de propriedade alheia são crimes, e o apresentador sugere que os policiais o façam. Após a exibição da reportagem e dos comentários o apresentador chama o intervalo comercial. Joaquim Campos faz pessoalmente alguns anúncios, no entanto, um deles chama a atenção, pois o apresentador usa o caso de pirataria para vender um dos produtos. Ele anuncia a venda de um tipo de GPS chamado “SOS Rastreamento”. Ao falar do produto, Joaquim afirma que se a família de ribeirinhos tivesse o produto a lancha roubada já teria sido recuperada. Segundo ele, nunca se sabe quando podemos ser atingidos pela ação de bandidos e por isso é sempre bom estar preparado. O comentário é um exemplo de como age

a economia do medo que se vale das angústias e dos medos individuais para vender produtos em larga escala.

Ao retornar para o segundo bloco do programa é exibida uma reportagem sobre a morte de dois bandidos em Marituba, Região Metropolitana de Belém, logo após terem feito um assalto à mão armada a um posto de gasolina do município. Os rapazes foram mortos durante a intervenção policial. A matéria foi feita por JR Avelar e quando a imagem retorna ao estúdio Joaquim Campos faz o seguinte comentário:

Avelar deixa eu falar uma coisa pra você, que bom que você tá do meu lado. Esses aí já foram pra o inferno. Esse negócio de levar pra o IML nem precisava. Podiam fazer um cemitério só pra enterrar essas imundices. Seria um cemitério barato, os caras cavariam com uma inchada uma cova bem funda, tipo uns 50 metros, pra caber bastante deles e iria socando lá dentro pra se serve pra alguma coisa. Acho que nem pra adubo servem essas imundices. Depois reclamam que Deus não existe. Existe sim, isso aí é uma prova que deus existe. Obrigado, meu senhor por ter levado mais duas imundices dessas. Mas olha tem mais pra levar tá? (METENDO BRONCA, 2016).

A ideia de abrir uma cova aberta e enterrar bandidos aos montes como se fossem indigentes lembra bastante a imagem do holocausto, quando milhares de judeus, entre crianças e homens e mulheres adultos, eram mortos e jogados em buracos a céu aberto. Há por trás deste comentário a verdadeira materialização e banalização do mal, como fala Arendt (1999), e nos aponta os níveis os quais a insensibilidade humana pode alcançar. Enquanto os dois conversam imagens dos cadáveres são mostradas na tela, ainda que estejam desfocadas. Os dois agem com naturalidade enquanto é possível perceber a posição dos corpos. Enquanto assiste as imagens Joaquim fala:

Olha ainda tem gente que diz que matar não resolve o problema. Aquele comerciante disse que diminuiu a violência lá por que mataram uns cinco [...] O pessoal não aguenta mais tanta violência. [...] Depois a mãe aparece e diz que mataram o filho dela [o apresentador faz uma fisionomia irônica]. (METENDO BRONCA, 2016).

Antes de encerrar a edição deste dia, Joaquim dá o registro de mais um caso de violência. Dessa vez, um grupo formado por quatro rapazes e uma moça fez um assalto a um posto de gasolina, localizado na Rodovia Arthur Bernardes, em Belém. Observamos que Campos e Avelar só observam a participação da mulher no crime. Entre as formas com que se referem a ela, estão ofensas como ‘ploc’, ‘pistoleira’ e ‘vagabunda’. As expressões representam uma forma de preconceito/estigma e discurso de ódio contra a mulher.

#### 4.8 Síntese das análises

Na análise realizada, constatamos que os veículos de comunicação do grupo RBA criaram a partir de narrativas independentes e cronológicas o que Motta (2013) chama de intriga. A intriga como se pôde ver é um elemento do plano da estória, ajudando na maneira como a realidade é compreendida pelo receptor a partir dos elementos usados pelo narrador. A intriga se construiu a partir da continuidade e da coesão nos discursos destas narrativas. A todo momento, os veículos ratificaram a ideia da cidade do medo, da violência urbana, a sensação do caos e insegurança, e ainda a desconstrução dos direitos humanos como sendo uma espécie de privilégio para criminosos.

Ora, se no princípio as notícias diárias poderiam ser vistas apenas como fragmentos sem sentido que, sozinhos, não conseguiam contar uma história completa, a continuidade no discurso possibilitou a criação de um enredo forte e coerente. Logo, é a continuidade e a coerência no discurso de cada veículo que permite a identificação moral do público com o que está sendo mostrado na mídia. Cada vez mais pessoas usam os argumentos do formato policialesco como dados da realidade e forma de propagar ainda mais os elementos do ódio líquido, a exemplo da insensibilidade humana.

Após selecionar e identificar as narrativas que se tornariam objeto de estudo, observamos que nas emissoras de televisão e de rádio, apresentador e locutor, são instrumentos centrais das narrativas, ou personagens das mesmas, pois ambos possuem funcionalidade nas histórias. Eles são os porta-vozes dos discursos que o grupo midiático deseja propagar e a partir desta função usaram os elementos narrativos para intervir diretamente nos fatos a partir de seus comentários.

Assim como em uma narrativa ficcional, com heróis, bandidos e vilões, a fala desses personagens na narrativa jornalística tem como base o imaginário popular para estabelecer diferenças entre ‘mocinhos e bandidos’. À polícia cabe o papel de herói, a sociedade é a moça desprotegida que necessita de ajuda, os criminosos e o poder público seriam os vilões e os apresentadores, por assim dizer, são os justiceiros, paladinos em busca da justiça para os indefesos. Essa analogia é necessária para a construção e assimilação por parte do público sobre o que é – e quais as atribuições – do bem e do mal.

Todos, com exceção do público, parecem ter papel forte e ativo na construção dessas narrativas, no entanto destacamos que o papel do público não é de total passividade como assim se pode imaginar. Como bem diz Motta (2004), são estes sujeitos quem irão conectar os

fatos e interpretá-los a partir da memória e dos valores que possuem. Logo, ainda que haja a intenção de convencimento por parte dos narradores, nada é possível sem a participação do público. A este cabe o papel de assimilar, reproduzir os discursos e perpetuar os estereótipos que mais uma vez serão reproduzidos na mídia.

O Grupo RBA possui conexões e interesses político-partidários, logo constatamos em nossas análises, que os discursos construídos nessas narrativas têm intencionalidades. O grupo usa seus veículos de comunicação como instrumento de confronto político que tem como meta alcançar cargos do poder público. A estratégia consiste em desacreditar todos aqueles que estão no poder e por isso são rivais, de modo a destruir reputações e construir capital político favorável ao grupo.

Portanto, percebemos que a mídia, enquanto instituição detentora de poder simbólico, propaga e controla discursos. Estas narrativas cercadas de intencionalidade política são pautadas na violência, elemento que atrai e seduz o público, despertando nele os instrumentos necessários para a construção do ódio contemporâneo. O sentimento direcionado a determinados grupos, como negros, pobres e periféricos, é alimentado pela insensibilidade humana e acaba sendo socialmente aceito. Assim, como consequência, percebemos a desconstrução de princípios dos direitos humanos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ódio é considerado um objeto complexo e significativo para a análise da psique humana e da vida em sociedade, porém ainda é pouco debatido, o que dificulta sua identificação e o combate as suas consequências.

Nesta pesquisa, percebemos que o ódio, como sinônimo da maldade, da violência e da destruição acaba sendo um assunto invisível ou que está velado; por isso suas sequelas são naturalizadas e conseqüentemente não passam por qualquer processo reflexivo, principalmente aquele que reconhece que o mal não está apenas no outro, mas também pode estar em nós mesmos, desde as menores atitudes que desumanizam nossos semelhantes até os atos mais cruéis de violência física e simbólica.

Vivemos tempos efêmeros, transitórios por natureza, que se preenchem e se esvaziam de ideologias e ideais com facilidade, assim como os espaços preenchidos pelos líquidos, como bem diz Bauman, e por isso encontramos dificuldades para aceitar e nos relacionar com o outro, de modo a entendê-lo como um indivíduo semelhante e que possui os mesmos direitos, deveres e necessidades.

Compreender o meio social em que essas relações acontecem implica analisar os dispositivos presentes neste espaço e que ajudam na construção de significados, discursos e comportamentos. Neste sentido, a mídia tem papel crucial já que ela reflete o momento histórico-social que está sendo vivido e é referência para a construção da realidade.

Percebemos, com este estudo, que o ódio líquido está fortemente presente na mídia. No entanto, antes de explorar esta afirmação, é preciso deixar claro que não queremos restringi-lo a um grupo ou outro. Pelo contrário, pois afirmamos que ele está presente na mídia paraense de forma geral e se apresenta de maneira ainda mais destrutiva, afinal, vem sendo naturalizado e socialmente aceito pela população e as instituições.

Ao analisar os veículos de comunicação escolhidos para esta pesquisa, constatou-se que o problema vai muito além da reprodução de clichês como “bandido bom é bandido morto” ou a ausência de debates acerca de assuntos de interesse geral, como é o caso da segurança pública. Percebeu-se a reprodução do ódio a minorias como pobres e negros, já histórica e socialmente esquecidas, mas que neste formato ganham status de vilão e inimigo a ser combatido.

O poder da comunicação e dos veículos midiáticos neste contexto se dá, pois, devido aos discursos criados e massificados por eles, que acabam sendo tomados como uma espécie de verdade cristalizada, capaz de colaborar com a perpetuação de estigmas e estereótipos. A

mídia se torna vitrine de violência, mas não de qualquer tipo. Ela se torna vitrine da violência que pode ser usada como instrumento político e de coerção para o ganho de votos e disputa partidária.

Verificamos que, ainda que o papel do jornalismo seja o de informar e buscar a imparcialidade – mesmo que isso seja uma utopia –, os veículos de comunicação do grupo RBA estão constantemente a serviço dos interesses políticos e econômicos de seus proprietários. Em um cenário midiático-comunicacional como o que se tem, especialmente em Belém, polarizado entre dois grupos que disputam a mesma fatia do mercado, fica notório que o mais prejudicado será sempre o público, que é levado a discussões sem profundidade e tendenciosas.

Os discursos destes veículos obedecem aos interesses políticos e ao contexto social, já que, em anos eleitorais e pré-eleitorais, as falas são mais radicais e buscam dar ênfase aos erros do poder público de modo a desqualificá-lo e colocar a população contra. Helder Barbalho foi lançado recentemente como pré-candidato ao governo do Pará pelo PMDB. No entanto, ainda que esta informação tenha sido confirmada há poucos meses, a destruição da imagem do atual governo estadual e da prefeitura de Belém, ambos pertencentes ao PSDB, já vem acontecendo há mais tempo.

Logo, percebemos a partir da análise dos veículos de comunicação escolhidos para este estudo que o ódio líquido está presente e enraizado nas narrativas midiáticas paraenses, às vezes de maneira sutil e em outras de forma mais escrachada, mas sempre de modo a banalizar o mal e acentuar a insensibilidade humana e o descaso com o outro.

Estamos historicamente localizados em uma sociedade fragmentada e individualista, na qual os sujeitos estão preocupados principalmente com o próprio bem-estar sem pensar nas consequências ao longo do prazo da banalização do mal e da crueldade. A aceitação destes discursos, todavia, nos aponta para outros e novos questionamentos: o que esperar de uma sociedade que naturaliza a violência? E ainda: como é possível combater a cultura do ódio? Infelizmente trata-se de perguntas ainda sem respostas.

Pensando acerca da mídia, como uma instituição que reproduz o ódio líquido, vemos as redações jornalísticas lotadas com profissionais sobrecarregados e estressados que confirmam que o jornalismo praticado atualmente passa por processos de burocratização da informação, nos quais as reflexões acerca do que está sendo feito e qual o alcance destas reportagens em pequeno ou longo prazo, sejam em esferas macro sejam micro, o que acaba sendo deixado em segundo plano.

Refletir sobre a notícia como um ato que deve ser responsável e eticamente comprometido – que busca, mesmo sutilmente, romper com os interesses políticos e econômicos de indivíduos ou grupos – talvez seja o passo inicial para compreender de que forma desejamos construir uma sociedade em que a informação é livre, imparcial e correta.

Para Bauman (1997), a ética moderna é o conjunto de regras que norteiam o agir humano e ajudam a entender quais comportamentos são corretos ou não para a convivência em um meio social, de modo a manter a harmonia entre os sujeitos. No entanto, a pós-modernidade sugere tempos de ética flexível – por mais absurda que essa ideia possa parecer –, nos quais a ambivalência impera.

Segundo o autor, essa subjetividade na interpretação acontece, pois a pós-modernidade frustra a capacidade de autoanálise dos sujeitos. Logo, é difícil agir eticamente se não estamos sequer conseguindo olhar para nós mesmos enquanto indivíduos que fazem parte de um plano social maior do que o pequeno círculo de nossos interesses pessoais.

Identificamos nesta pesquisa que, no geral, o ódio líquido surge nos espaços nos quais o comportamento baseado na ética foi desconsiderado ou abandonado. Apontamos que o individualismo e a insensibilidade humana podem ser as possíveis razões deste cenário, no qual o ódio coloca em risco sentimentos como solidariedade, compaixão e amor, destruindo as relações.

Logo, finalizando as considerações finais deste trabalho, vemos que ele não se encerra aqui. Pelo contrário, pois a temática exposta deixa lacunas e abre lugar para novas reflexões acerca do comportamento humano e de como a mídia vem desenvolvendo seus modelos sociais. Conforta-nos saber que esta pesquisa de alguma forma pode colaborar não apenas com o crescimento da prática jornalística, mas principalmente com a autorreflexão sobre como estamos lidando com o outro, sujeito que nem sempre conhecemos, mas que de antemão não precisa ser visto como inimigo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A. L. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- ANDI. História. **ANDI – Comunicação e Direitos**, [on-line], [20--]. Disponível em: <<https://goo.gl/oXzPhw>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- ARENDT, H. **Eichmman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- \_\_\_\_\_. **Amor líquido: a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Europa: uma aventura inacabada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007a.
- \_\_\_\_\_. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007b.
- \_\_\_\_\_. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.
- \_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011a.
- \_\_\_\_\_. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011b.
- BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BIRMAN, J. **Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, J. L. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**, Brasília, v. 14, n.1, p. 1-33, jan./abr. 2011.
- \_\_\_\_\_. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & mediatização**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 29-52.
- \_\_\_\_\_. Lógicas da mídia, lógicas da mediatização? In: FAUSTO NETO, A. (Org.). **Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones**. Rosario: UNR: Editora, 2015. p. 15-32.

\_\_\_\_\_. Aprender metodologia ensinando pesquisa: incidências mútuas entre metodologia pedagógica e metodologia científica. In: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 77-98.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata**. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal; Secretaria de Documentação, 2017.

BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Direito Público**, Porto Alegre, ano 4, n.15, p.117-136, jan./mar. 2007.

BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

CASTRO, F. F. **Comunicação, Poder Democracia**. Belém: Labor Edições, 2012.

\_\_\_\_\_. Macrodinâmicas da comunicação midiática na Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 8, n. 2, p. 435-445, maio/ago. 2013.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: uma análise de mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COLOMBO, S. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. **Folha de São Paulo**, [on-line], 18 maio 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/edSyCq>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

COSTA, A. C. **A violência como espetáculo: um debate em torno do Programa Metendo Bronca**. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

\_\_\_\_\_. Um olhar midiático sobre a violência. In: BRITO, D. C.; BARP, W. J. (Org.). **Violência e controle social: reflexões sobre práticas de segurança pública**. Belém: Numa/UFPA, 2005. p. 173-190.

\_\_\_\_\_. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, M. A. et al. (Org.). **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 179-204.

COSTA, A. C. et al. Narrativas jornalísticas e representações sociais da violência na Amazônia urbana. In: MARTINS, F. (Org.). **Trajetos da narratividade: ensaios sobre narrativa, mídia e cognição**. Porto: FLUP, 2017. p. 95-106.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contratempo, 1997.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, ano 35, n. 12.097, 11 set. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/4LzuPC>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DIAZ, A. P. La penalización de la incitación al odio a la luz de la jurisprudencia comparada. **Revista Chilena de Derecho**, Santiago, v. 38, n. 2, p. 503-609, 2011.

- FAUSTO NETO, A. (Org.). **Midiatizações processos sociais: aspectos metodológicos**. Santa Cruz: Edunisc, 2010.
- FRANÇA, V. A TV, a janela e a rua. In: FRANÇA, V. (Org.). **Narrativas televisivas: programas populares na TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 13-45.
- FRANÇA, V.; SIMÕES, P. G. **Curso básico de Teorias da Comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FREUD, S. **Pulsão e seus destinos**. In: \_\_\_\_\_. Obras completas. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1915.
- \_\_\_\_\_. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- \_\_\_\_\_. **O mal-estar na civilização**. In: \_\_\_\_\_. Obras completas. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1930.
- \_\_\_\_\_. **Pulsão e seus destinos**. In: \_\_\_\_\_. Obras completas. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Escritos sobre psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.
- GAGLIARDONE, I.; GAL, D.; ALVES, T.; MARTINEZ, G. **Countering online hate speech**. France: Unesco, 2015.
- GLUCKSMANN, A. **O discurso do ódio**. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 2007.
- GÓES, J. **Anatomia do ódio: na família, no trabalho, na sociedade**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2004.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 53-91, jan/jun. 2012.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ILIBAGIZA, I.; ERWIN, S. **Sobrevivi para contar: o poder da fé me salvou de um massacre**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KABUENGE, N. N.; COSTA, A. C. A “sociedade de bem” e a exclusão do outro: enunciados narrativos do programa paraense Rota Cidadã 190. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015. p. 1-15.
- KABUENGE, N. N. et al. O corpo acontecimento: as narrativas policiais ou de violência nos cadernos impressos paraenses. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 14., 2015, Manaus. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015. p. 1-15.
- KARNAL, L. **Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- LACAN, J. **O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- \_\_\_\_\_. **O seminário, livro 20: Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LÉVINAS, E. **Ética e infinito**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.
- LIICEANU, G. **Do ódio**. Campinas: Vide Editorial, 2014.

- LINHA DE FRENTE. Belém: Rede Brasil Amazônia, 11 dez. 2017. Programa de rádio.
- LOPES, M. I. V. Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação. In: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 99-107.
- MAFFESOLI, M. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- METENDO BRONCA. Belém: Rede Brasil Amazônia, 16 nov. 2016. Programa de TV.
- MEYER-PFLUG, S. R. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Vértice, 1989.
- MOTTA, L. G. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2004.
- \_\_\_\_\_. Por que estudar narrativas? In: MOTA, C. L.; MOTTA, L. G.; CUNHA, M. J. (Org.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 23-32.
- \_\_\_\_\_. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 143-167.
- \_\_\_\_\_. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- MONTAIGNE, M. Da crueldade. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio**. v.1. São Paulo: Nova Cultura, 2000. p. 358-370.
- MOURA, M. A. **O discurso do ódio em redes sociais**. São Paulo: Lura Editorial, 2016.
- PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2007.
- RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- SCHÄFER, G.; LEIVAS, P. G. C.; SANTOS, R. H. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 52, n. 207, p. 143-158, jul./set. 2015.
- ROXO, M. Metodologia como disciplina: estratégias pedagógicas adotadas em sala de aula. In: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 109-128.
- SAMUEL, K.-J.; COSTA, A. C. O popular como construção nas narrativas da televisão paraense: uma análise do programa Balanço Geral-PA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015. p. 1-15.
- TODOROV, T. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TÚLIO COSTA, C. Modernidade líquida, comunicação concentrada. **Revista USP**, São Paulo, n. 66, p. 178-197, jun./ago. 2005.
- VARJÃO, S. **Violações de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa**. v. 1. Brasília: ANDI, 2015a.
- \_\_\_\_\_. **Violações de direitos na mídia brasileira: um conjunto de reflexões sobre como coibir violações de direitos no campo da comunicação de massa**. Brasília: ANDI, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Violações de direitos na mídia brasileira:** pesquisa detecta quantidade significativa de violações de direitos e infrações a leis no campo da comunicação de massa. v. 3. Brasília: ANDI, 2016.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WU, T. **Império da comunicação:** do telefone à internet, da AT&T ao Google. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.